

Celesc | Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Relatório Anual **2006**

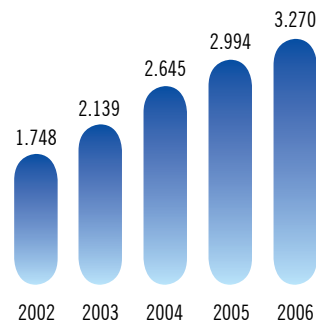


Celesc

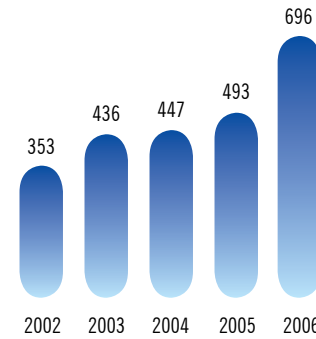
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Destaques 2006

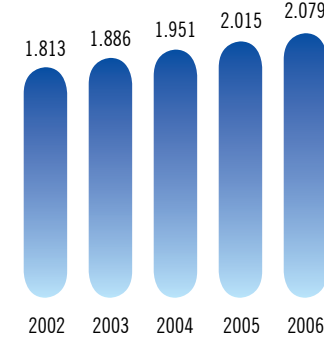
Receita Líquida
(R\$ milhões)



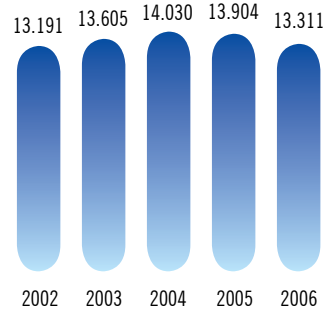
EBITDA
(R\$ milhões)



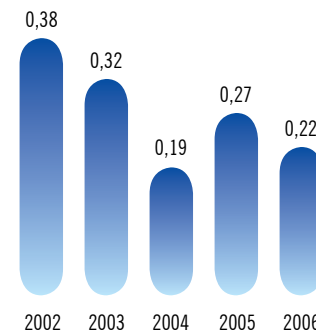
Número de Consumidores
(mil)



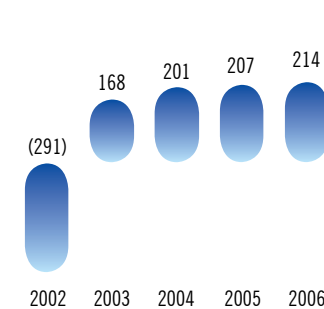
Vendas de Energia
(GWh)



Dívida Líquida
(vezes)



Lucro Líquido
(R\$ milhões)



Aquisição da SCGás

Em dezembro, o Conselho de Administração decidiu pela aquisição do controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGás, companhia responsável pela comercialização e distribuição de 1,5 milhão de metros cúbicos de gás natural para 250 clientes em 35 municípios de Santa Catarina, pelo valor de R\$93 milhões. A sinergia dos negócios das duas companhias foi o grande mote para a operação.

Conclusão do PDVI e Renovação do Quadro

Concluído em dezembro de 2006, o PDVI teve como objetivo a redução do custo da folha de pessoal, com base na Empresa Referência apontada pela ANEEL.

Venda de Ativos

Com a definição do novo modelo societário, a *Holding* resolve se desfazer de parcerias em empreendimentos desinteressantes na nova conjuntura. É o caso da participação da Empresa na Campos Novos Energia S.A. – ENERCAN – e outras pequenas participações.

Resumo dos Indicadores Econômico-Financeiros e Socioambientais

	2002	2003	2004	2005	2006
Indicadores Econômico-Financeiros (Valores em milhões de Reais)					
Receita Operacional Líquida	1.748	2.139	2.645	2.994	3.270
Despesas Operacionais	1.938	1.798	2.457	2.679	3.066
Resultado Operacional	(190)	341	192	316	204
EBITDA	353	436	447	493	696
Lucro Líquido	(291)	168	201	207	214
Ativo Total	2.629	2.988	3.118	3.359	3.633
Patrimônio Líquido	638	778	921	1.043	1.206
Investimentos	112	135	212	250	313
Endividamento Líquido	138	142	87	132	150
Endiv. Líquido / Patrimônio Líquido	22%	18%	9%	13%	12%
Endividamento Líquido/EBITDA	39%	32%	19%	27%	22%
Dados Operacionais					
Número de Consumidores (milhares)	1.813	1.886	1.951	2.015	2.079
Energia Requerida (GWh)	14.309	14.634	15.236	15.126	14.770
Vendas de Energia (GWh)	13.191	13.605	14.030	13.904	13.311
Residencial	3.007	3.084	3.139	3.325	3.449
Industrial	5.988	6.149	6.397	5.842	4.955
Comercial	1.742	1.828	1.908	2.069	2.172
Rural	1.259	1.323	1.423	1.523	1.568
Outros	1.195	1.221	1.163	1.145	967
Índice de Perdas (*)	7,7%	6,9%	7,2%	6,5%	7,4%
Tarifa Média de Venda (R\$/MWh)	138,65	164,09	201,26	233,72	257,52
Indicadores Socioambientais					
Sociais Internos	145.799	96.789	105.197	115.684	137.905
Sociais Externos (**)	NA	14.574	44.832	118.354	173.685
Investimentos em Meio Ambiente	NA	2.873	11.559	16.835	44.278
Ações e Remuneração ao Acionista					
Base Acionária (mil)	771.431	771.431	771.431	771.431	38.571
Lucro Líquido por Ação (R\$)	(7,53)	4,36	5,21	5,38	5,54
Cotação de Fechamento (R\$) CLSC6	10,80	16,20	22,60	29,20	34,21
Valorização no Ano (%) CLSC6	17,39	50,00	39,51	29,20	17,16
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio Distribuídos (R\$ milhões)	-	-	28.000	47.730	99.275
Retorno para o Acionista (%)	-	-	4,7	5,7	9,1

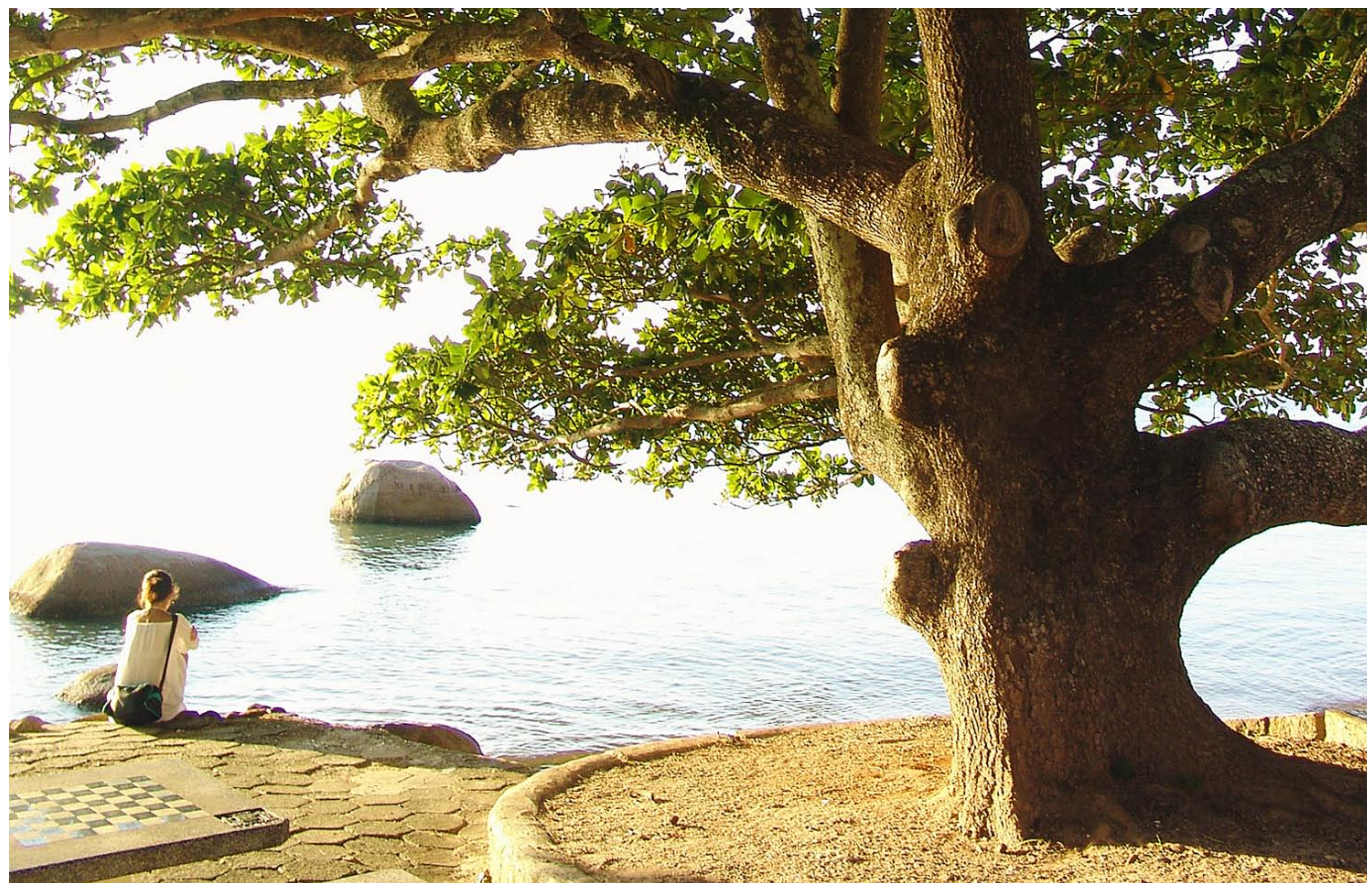
(*) Aperfeiçoamento da metodologia de cálculo, devido ao novo ambiente de contratação livre, a partir de 2004. (**) Contribuições para a sociedade, não inclui tributos.

- 9** Mensagem da Administração
- 11** Missão, Visão e Valores
- 13** Perfil Corporativo
- 15** Desempenho Operacional
- 19** Desempenho Econômico-Financeiro
- 27** Desempenho no Mercado de Capitais
- 33** Governança Corporativa
- 39** Gestão de Pessoas
- 43** Desempenho Socioambiental
- 49** Gestão de Risco
- 51** Ativos Intangíveis
- 53** Estratégias e Perspectivas
- 54** Reconhecimentos e Premiações
- 57** Demonstrações Contábeis

*São Francisco do Sul
Detalhe do casario histórico da cidade
localizada às margens da Baía da
Babitonga, região cercada por rica
vegetação de mata atlântica.*

Ribeirão da Ilha

Recanto bucólico, à beira do mar
de águas calmas e areia grossa
do distrito de Ribeirão da Ilha, que
abriga um rico acervo histórico
com traços originais da colonização
açoriana na capital do Estado.



Mensagem da Administração

A aquisição da SCGás abre um leque de oportunidades de negócios e eleva a Celesc a um novo patamar empresarial.

O exercício de 2006 foi marcado por transformações na estrutura societária da Celesc. Realizamos as mudanças necessárias para mantermos a lucratividade e eficiência dos nossos negócios, bem como as reorganizações devidas para ficarmos em conformidade com o novo Modelo do Setor Elétrico, estabelecido pelo Governo Federal, em 2004.

Tal modelo impõe a desverticalização das atividades de geração e distribuição de energia elétrica. A fim de se adequar às regras, a Celesc realizou, a partir de outubro de 2006, uma reestruturação societária e jurídica que levou à criação de duas empresas subsidiárias integrais, Celesc Geração S.A. e Celesc Distribuição S.A., sob o controle da *holding* Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Paralelamente ao processo de desverticalização, também efetuamos a alienação de alguns ativos em participações acionárias, como no empreendimento Campos Novos Energia S.A. – ENERCAN – e em outras pequenas participações. A venda desses ativos significou um importante aporte de recursos que será utilizado na atividade de distribuição de energia elétrica, nosso *core business*.

Com foco em geração de valor e qualidade, nosso corpo gestor implantou novas práticas que priorizam a eficiência operacional e os bons resultados financeiros, garantindo níveis adequados de retorno aos acionistas e respondendo ao compromisso de apoiar o desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.

Dentre as ações dedicadas à obtenção de maior eficiência, desde 2003, estamos implantando um modelo de gestão por resultados, inédito entre as companhias públicas do Setor Elétrico, baseado nos princípios da profissionalização, governança corporativa, transparência da informação e blindagem política às decisões empresariais.

A estratégia da Companhia é focar na maximização da qualidade, na rentabilidade dos serviços prestados e na manutenção e consolidação do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias, de forma sistêmica e sustentável.

O cliente é nossa prioridade, por isso os investimentos que estamos fazendo, por meio da Celesc Distribuição nas regiões metropolitanas e rurais, são de importância fundamental. Além de manutenção, modernização e expansão da rede, investimos também em treinamentos para aprimorar o relacionamento com os consumidores. Nosso intuito é promover um padrão de excelência no atendimento prestado ao consumidor que vá além do âmbito dos atendentes comerciais e de *Call Center*. Ainda, sob esse mesmo aspecto, mas com foco em grandes consumidores, desenvolvemos programas de Fidelização e de Venda de Energia Especial para minimizar a migração para o mercado livre.

Acreditamos que as perspectivas futuras são de crescimento e expansão para o País, e junto com ele, para o Setor de energia, e estamos nos posicionando para aproveitar as oportunidades que surgirão nesse processo. Pretendemos expandir nossas atividades, seja por meio da participação em novos negócios de geração de energia ou da atuação em mercados de fontes alternativas (eólica, biomassa e PCH). Sob tal estratégia, realizamos, em dezembro passado, a aquisição do controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGás, um importante ativo que abre um leque de novas oportunidades de negócios e nos alça a um novo patamar empresarial.

Eduardo Pinho Moreira | Diretor Presidente

Missão, Visão e Valores

Missão

Atuar de forma rentável no mercado de energia, serviços e segmentos de infraestrutura afins, promovendo a satisfação de clientes, acionistas e empregados, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Visão

Ser a melhor empresa nos seus negócios, reconhecida por seus resultados, mantendo-se pública e competitiva.

Valores

- ▶ Satisfação dos clientes, acionistas, empregados e fornecedores
- ▶ Confiabilidade junto a todos os públicos com os quais a Empresa se relaciona
- ▶ Qualidade dos processos e resultados
- ▶ Ética, transparência e profissionalismo
- ▶ Responsabilidade social e ambiental
- ▶ Segurança e qualidade de vida

Indústria Têxtil – Joinville

Na região Norte do Estado, concentra-se o pólo econômico e industrial de Santa Catarina.

Joinville é a cidade mais populosa do Estado e possui o título de terceiro maior pólo industrial do Sul do Brasil.



Treze Tílias

Berço da cultura austríaca em Santa Catarina, a cidade conserva os valores culturais e arquitetônicos das legítimas cidades dos Alpes do Tírol. Sua natureza privilegiada é caracterizada por um relevo acidentado e pela presença de rios e lagos.



Perfil Corporativo

A Celesc Distribuição comercializa mais de **1 bilhão de kWh mensalmente** e seu faturamento bruto anual está na casa dos **R\$4,6 bilhões**.

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc – opera no mercado de energia elétrica há 51 anos, com concessões nas atividades de geração e distribuição. É controladora de duas subsidiárias integrais, concessionárias dos serviços de geração e distribuição de energia: a Celesc Geração S.A. e a Celesc Distribuição S.A., e também de participações societárias minoritárias em atividades afins.

Em 31 de dezembro de 2006, suas principais participações eram: Machadinho Energética S.A. – MAESA (14,63%); Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE (20%); Dona Francisca Energética S.A. – DFESA (23,03%); Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN (19,3%); Fundo de Investimento em Participações – Energia PCH (20%); na SPE Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. (40%), entre outras.

Celesc Geração S.A.

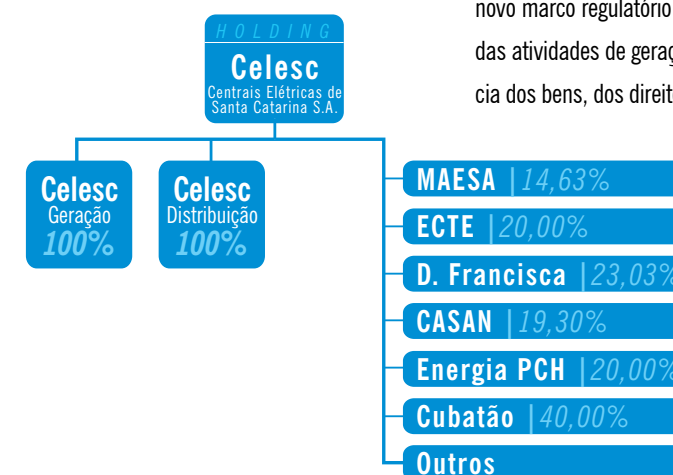
Explora o potencial de 12 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) as quais, juntas, compõem um parque próprio de geração, cuja potência instalada é de 82,6MW. Tais PCHs estão localizadas nos seguintes municípios: Joinville (UHE Piraí); Schröder (UHE Bracinho); Blumenau (UHE Salto); Rio dos Cedros (UHE Cedros e UHE Palmeiras); Campos Novos (UHE Governador Ivo Silveira); Mafra (UHE São Lourenço); Angelina (UHE Garcia); Lages (UHE Caveiras); Curitibaanos (UHE Pery); Faxinal dos Guedes (UHE Governador Celso Ramos); e Videira (UHE Rio do Peixe).

Celesc Distribuição S.A.

Presta serviços de distribuição de energia elétrica para uma carteira formada por mais de dois milhões de clientes. Dos 293 municípios catarinenses, a Empresa detém a concessão em 262, tendo exclusividade em 241 destes. Adicionalmente, 21 desses municípios contam com consumidores no perímetro urbano. No Estado do Paraná, a Celesc detém a concessão do município de Rio Negro, no qual serve a área urbana e algumas comunidades da zona rural.

Novo Modelo Societário

Foi formalizada no dia 2 de outubro de 2006 a transformação societária da Empresa, decorrente do novo marco regulatório do Setor (Lei 10.848, de 15 de março de 2004), que exige a desverticalização das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia. Tal processo implicou a transferência dos bens, dos direitos e das obrigações da concessionária Celesc para as empresas subsidiárias.



Urubici

Localizada no Parque Nacional de São Joaquim, Urubici é uma das cidades mais atraentes do Planalto Serrano Catarinense. No inverno, a ocorrência de neve atrai turistas de todos os lugares, ansiosos por conhecer a "Suíça Brasileira".

Desempenho Operacional

4,7% de crescimento médio no volume de energia distribuída nos últimos quatro anos.

Em 2006, as 12 usinas hidrelétricas (PCHs) da Celesc Geração produziram 289MWh de energia, que, somados ao volume adquirido de terceiros, atingiu 14.770GWh no ano. Esse volume, referente à energia requerida, foi 2,4% inferior ao realizado no ano anterior, devido à saída de consumidores industriais para o mercado livre.

Vendas de Energia

O mercado atendido pela Celesc, incluídos consumidores livres e cativos, foi responsável pelo consumo de 15.474GWh de energia elétrica em 2006. O volume é 3,5% maior que o registrado em 2005.

O mercado cativo foi responsável, no ano, pelo consumo de 13.125GWh. O volume equivale a 89% do total da energia requerida pela Celesc dos agentes de geração. Para as quatro concessionárias supridas pela Celesc (Empresa Força e Luz de Urussanga – EFLUL, Força e Luz João Cesa Ltda – EFLJC, Cooperativa Aliança – Cooperaliança, e Iguazu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda) foram destinados 200GWh.

Os consumidores livres responderam pela aquisição de 2.349GWh da energia distribuída pela Celesc.

Energia Vendida no Mercado Cativo - GWh por Classe

Classe	2006	2005
Residencial	3.449	3.325
Industrial	4.955	5.842
Comercial	2.172	2.069
Rural	1.569	1.523
Poder Público	294	277
Iluminação Pública	435	428
Serviço Público	238	224
Subtotal	13.111	13.688
Consumo próprio	14	14
Suprimento de Energia	200	216
Total	13.325	13.918

No período de 2002 a 2006, o mercado cresceu a uma taxa média anual de 4,7%. Essa variação representou um acréscimo de 2.598.865MWh no consumo de energia elétrica e de 517MWh/h na demanda máxima, que passou de 2.328MWh/h em 2002 para 2.845MWh/h em 2006.

Área de Concessão

Historicamente, o desempenho do consumo de energia elétrica na região servida pela Celesc sempre foi maior que a média nacional. A economia local conta com atividades industriais, comerciais e de serviços públicos, e há uma grande rede de consumidores residenciais com renda *per capita* acima da média brasileira. As grandes indústrias são consumidoras de médio porte e estão todas localizadas próximo aos centros regionais de carga.

Sem vazios demográficos, a energia elétrica distribuída pela Celesc é uma realidade em praticamente todos os lares, quer seja na cidade ou no campo. Segundo dados do IBGE (censo de 2004), 99% das residências catarinenses possuem luz elétrica, o maior índice do País.



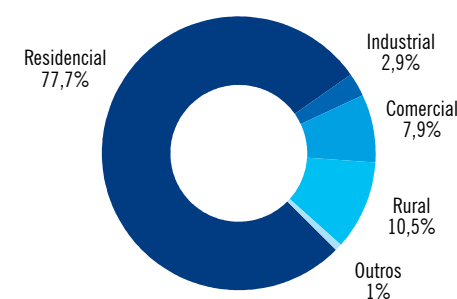
- 5.774.178 habitantes (população urbana: 81,6% e rural: 18,4%);
- PIB *per capita*: R\$12.159, bem acima da média nacional (R\$9.729).

Fonte: Contas Regionais do Brasil 2004 – IBGE

Número de Consumidores (mil)



Consumidores por Classe (Dez/2006)



Programa de fidelização atraiu 877 clientes em 2006.

Desempenho no Mercado Cativo

O número de novas ligações foi de 64.755, elevando para 2.079.115 o número de clientes atendidos pela Empresa, 3,21% superior ao do ano anterior.

» Na Classe Residencial, o número de clientes chegou a 1.616.156 em 2006. A Classe tem crescido a uma taxa média de 3,4% ao ano, com 75,2% do total de consumidores concentrados na faixa entre 51 e 300kWh de consumo mensal.

» Nos últimos quatro anos, a Classe Comercial, com 164.637 clientes, e a Rural, com 219.278, têm alavancado o desempenho positivo do mercado. A Classe Rural aumentou sua participação de 9,8% em 2002 para 12% em 2006, crescendo a uma taxa média de 5,6% ao ano. Para a classe Comercial, que representava 13,5% do consumo total em 2002 e passou a 16,55% em 2006, essa evolução representou um crescimento anual em torno de 5,7% ao ano. Um pouco menos acelerado, em 2006, o consumo da Classe Rural cresceu 3,02%, e o da Comercial, 4,98%.

» A Classe Industrial, que em 2003 chegou a representar a parcela de 46% do consumo do mercado cativo de energia na área de concessão da Celesc, encerrou 2006 representando 38% do total. O desempenho é reflexo do novo perfil de clientes. A Classe somou, em 2006, 60.247 clientes, contra 55.261 em 2002. Em 2003, sete consumidores industriais, justamente os que apresentam os maiores consumos, deixaram o mercado cativo e optaram pela aquisição de energia no mercado livre. No ano passado, o número de clientes no mercado livre chegou a 52.

Compra de Energia em Leilão

Em junho de 2006, a Celesc adquiriu 97GWh de energia elétrica no segundo leilão de compra de energia de novos empreendimentos. O leilão foi realizado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE – e reuniu 30 empresas compradoras. A aquisição realizada pela Celesc foi a maior dentre todas, representando 27% do total negociado.

Programa Energia Especial

O crescimento do Ambiente de Contratação Livre promoveu a migração de grandes consumidores cativos e impactou na geração de sobras da energia contratada pela Celesc. Com o objetivo de reduzir esse volume, foi criado, no final de 2003, o Programa Energia Especial.

O Programa consiste em oferecer energia interruptível, ou seja, sem garantia de continuidade de fornecimento, por um preço diferenciado, para os consumidores que necessitam de mais energia no horário de ponta. Ao final do exercício, 877 clientes eram atendidos pelo Programa.

Evolução Tarifária

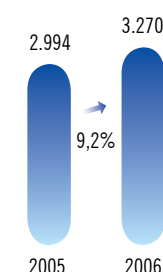
A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 361, de 03 de agosto de 2006, autorizou os reajustes para as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Celesc. O reajuste médio foi de 10,59% e entrou em vigência no dia 07 de agosto. O reajuste incidiu de forma diferenciada sobre as diversas classes de consumo, conforme diretrizes do Decreto nº 4.667, de 04 de abril de 2003. O referido Decreto estabeleceu o processo de realinhamento das tarifas, visando eliminar gradualmente os subsídios cruzados existentes entre grupos de consumo. Dessa forma, os consumidores ligados em baixa tensão (residenciais) tiveram reajuste médio negativo de 3,43% e, para aqueles ligados em alta tensão (indústrias), o reajuste médio chegou a 5,79%.

Tarifa Média Líquida de ICMS (R\$/MWh)

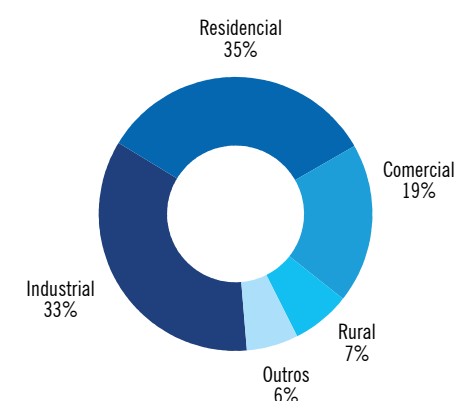


Desempenho Econômico-Financeiro

Receita Líquida (R\$ milhões)



Composição da Receita Bruta (2006)



Resumo das Contas de Resultado e Margens

Valores em R\$ milhões	2006	2005	Var. %
Receita Operacional Bruta	4.654,1	4.365,2	6,6
Receita Operacional Líquida	3.269,7	2.994,5	9,2
Despesas Operacionais	3.066,1	2.679,0	14,5
EBITDA	696,0	493,0	41,2
Resultado do Serviço	204,0	316,0	(35,5)
Resultado Financeiro Líquido	(0,3)	(14,4)	(98,3)
Lucro Operacional	203,3	301,1	32,5
Lucro Líquido	213,6	207,5	3,0
Patrimônio Líquido	1.206,0	1.043,1	15,6
Indicadores %			
Margem EBITDA	21,3	16,5	-
Margem Operacional	6,2	10,1	-
Margem Líquida	30,7	42,1	-
Retorno sobre o Patrimônio Líquido	20,5	24,8	-

Receita Operacional Líquida

Em 2006, a receita operacional líquida registrou um crescimento de 9,2% em relação a 2005, acumulando R\$3,3 bilhões. Esse desempenho reflete principalmente os seguintes fatores:

- » Aumento de 3,2% no número de consumidores, representando 65 mil novas ligações durante o ano;
- » Aumento de 10% na tarifa média praticada, passando de R\$233,72/MWh (líquido de ICMS) para R\$257,52/MWh em 2006;
- » Manutenção da concentração de consumidores (78%) na Classe Residencial, que possui tarifas mais elevadas em relação às demais classes;
- » Receita adicional referente à disponibilização do sistema de distribuição (TUSD – Tarifa de Uso do Sistema Elétrico de Distribuição), no montante de R\$133 milhões, contra R\$77 milhões em 2005;
- » Receita gerada pela venda de energia no mercado *spot*, que totalizou R\$126 milhões em 2006 e não ocorreu em 2005.



Balneário Camboriú

Um dos destinos turísticos mais procurados da Região Sul do País, Balneário Camboriú reúne, em um único endereço, inúmeras opções de lazer junto à bela paisagem natural e vida noturna repleta de atrações.

Resultados consistentes evidenciam eficiência operacional e expansão dos negócios.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram 14% durante o exercício de 2006, totalizando R\$3.066 milhões, contra R\$2.679 milhões em 2005. Tal resultado se deve ao aumento de 463% no montante de provisão para contingências cíveis e trabalhistas, que passaram de R\$79 milhões em 2005 para R\$443 milhões em 2006, devido, principalmente, ao provisionamento de possíveis despesas com o ressarcimentos de valores pagos a título de Recomposição Tarifária Extraordinária efetivada em 2001; à evolução de 21% na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC –, no total de R\$232 milhões no final do exercício, e ao crescimento de 25% na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE –, somando R\$137 milhões em 2006.

Em contrapartida ao aumento significativo nos principais itens das despesas operacionais, a Celesc conseguiu uma recuperação de despesas no montante de R\$238 milhões no final do exercício, originada pela desistência de empregados em aderirem ao Programa de Demissão Voluntária Incentivada, lançado pela Empresa em 2002 e das provisões efetuadas.

EBITDA

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação/amortização e provisões) atingiu R\$696 milhões em 2006, 41% superior em relação a 2005, com evolução de margem EBITDA para 21%, contra 16% do ano anterior. Esse crescimento reflete, sobretudo, a recuperação de despesa originada pela desistência de empregados que inicialmente se inscreveram no Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, e aos efeitos econômicos referentes à Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, que trata de Benefícios Pós-Emprego.

Lucro Líquido

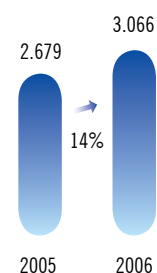
A Celesc encerrou o exercício de 2006 com um lucro líquido de R\$214 milhões, com crescimento de 3% em relação a 2005 (R\$207 milhões). Esse resultado corresponde a um lucro de R\$553,89 por lote de cem ações.

Endividamento

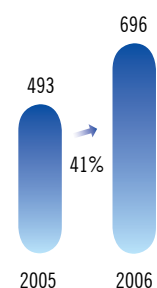
A Celesc vem mantendo uma situação financeira bastante confortável nos últimos anos. A Companhia encerrou o exercício de 2006 com uma dívida bruta de R\$159 milhões, com queda de 28% em relação à posição do final de 2005. O endividamento líquido (dívida bruta menos o saldo de aplicações financeiras) foi de R\$150 milhões no final do ano. É importante mencionar os seguintes aspectos:

- » historicamente a Celesc mantém baixa relação no indicador Dívida Líquida/EBITDA;
- » 56,3% da dívida bruta estão concentrados no longo prazo, no total de R\$89,7 milhões;
- » do total de curto prazo (equivalentes a R\$68,8 milhões), os vencimentos com o BNDES somam R\$40,5 milhões;
- » 52% da dívida tem como indexador a taxa Selic, e os 48% restantes estão indexados pela UFIR e IGP-M.

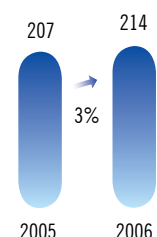
Despesas Operacionais (R\$ milhões)



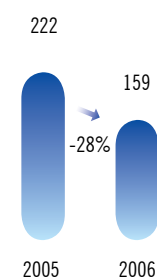
EBITDA (R\$ milhões)



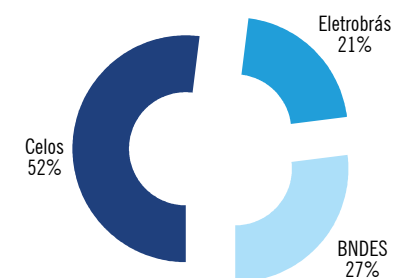
Lucro Líquido (R\$ milhões)



Empréstimos e Financiamentos (R\$ mil)



Credores em Dez/2006



Síntese do Balanço Patrimonial Consolidado e Indicadores Financeiros

Valores em R\$ milhões	31/12/2006	AV%	31/12/2005	AV%
ATIVO				
Disponível e Aplicações Financeiras	129	4	204	6
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	969	27	934	28
Títulos a Receber	143	4	111	3
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(277)	(8)	(200)	(6)
Tributos a Compensar	66	2	18	1
Serviços em Curso	27	1	48	1
Estoques	25	1	13	-
Ativos Regulatórios	141	4	95	3
Outros Créditos	46	1	23	1
Ativo Não Circulante	915	25	768	23
Ativo Permanente	1.447	40	1.345	40
	3.633	100	3.359	100

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Fornecedores	300	8	267	8
Folha de Pagamentos e Encargos Sociais	15	-	10	-
Empréstimos e Financiamentos	70	2	84	3
Taxas Regulares	168	5	135	4
Entidade de Previdência Privada	35	1	36	1
Benefício Pós-Emprego	56	2	46	1
Tributos e Contribuições Sociais	128	4	122	4
Dividendos Declarados e JCP	1	-	46	1
Passivos Regulatórios	145	4	76	2
Outras Contas a Pagar	43	1	25	1
Passivo Não Circulante	1.460	40	1.468	44
Resultado de Exercícios Futuros	6	-	-	-
Patrimônio Líquido	1.206	33	1.043	31
	3.633	100	3.359	100

	31/12/2006	31/12/2005
Liquidez Corrente	1,32	1,47
Endiv. Líquido/Patr. Líquido	12%	13%
Retorno s/ o Patrimônio Líquido	20,5	24,8
Índice de Estrutura – Capital Próprio	74%	75%
Índice de Estrutura – Capital de Terceiros	26%	25%

Investimentos

Durante o exercício, foram investidos R\$313,3 milhões, volume 25,3% superior ao realizado em 2005. A maior parte dos investimentos (R\$290 milhões) foi destinada ao segmento de distribuição de energia elétrica e viabilizou obras de ampliação e modernização do sistema.

No ano, a Empresa também viabilizou a construção de novas instalações para oito lojas de atendimento aos clientes; promoveu a renovação da frota de veículos com a aquisição de 44 picapes, 13 com guincho e 31 com cesta aérea, adquiriu 11.250 novos medidores de energia elétrica, mais os ramais de ligação, e inovou seu parque tecnológico com a compra de 1.375 micros, 110 *laptops*, 80 impressoras e 80 suítes de rede, entre outros equipamentos, sistemas e *software*, realizando, nessas ações, um investimento total de R\$22,56 milhões.

Reforço no Sistema

Em 2006, a potência do sistema foi reforçada em 422,7 quilovolts-ampères (kVA) com a conclusão das obras de construção de quatro novas subestações e de seis linhas de distribuição, além da ampliação de outras oito subestações melhorando, de forma significativa, a operacionalização do sistema e, conseqüentemente, os índices de qualidade do serviço prestado aos consumidores.

■ Subestações novas

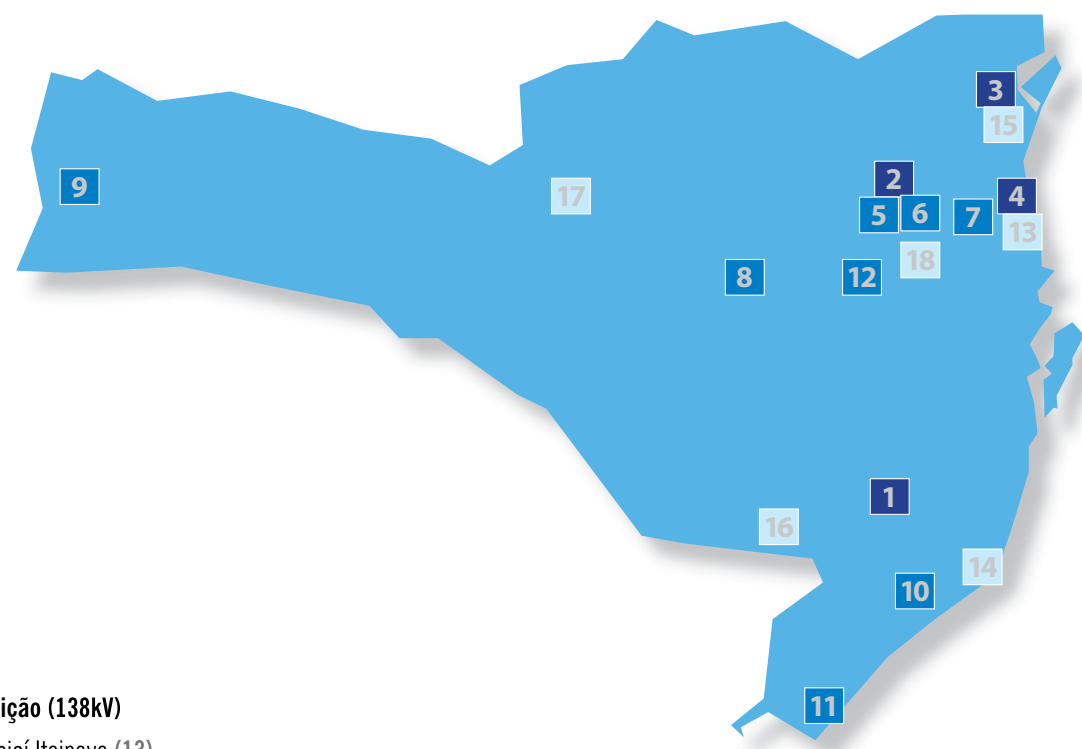
- » SE Orleans (1)
- » SE Indaial (2)
- » SE Joinville Iririú (3)
- » SE Itajaí Itaipava (4)

■ Subestações ampliadas

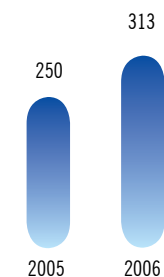
- » SE Blumenau Salto (5)
- » SE Blumenau II (6)
- » SE Brusque Rio Branco (7)
- » SE São Cristóvão (8)
- » SE São Miguel do Oeste (9)
- » SE Criciúma Floresta (10)
- » SE Sombrio (11)
- » SE Rio do Sul II (12)

■ Novas Linhas de Distribuição (138kV)

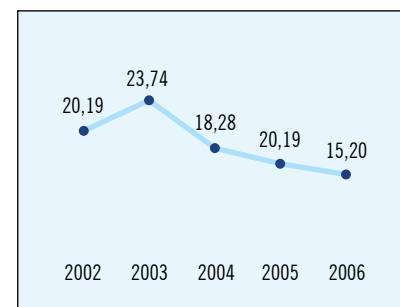
- » SE Itajaí (Eletrosul) – SE Itajaí Itaipava (13)
- » Derivação (SE Tubarão – SE Jaguaruna) – SE Sangão (14)
- » SE Joiville IV - SE Joiville Iririú (15)
- » Entroncamento (UTE Jorge Lacerda – SE São Joaquim) – SE Orleans (16)
- » Linha de Distribuição SE Videira – SE Caçador (2º circuito) (17)
- » Derivação dupla (SE Blumenau – SE Rio do Sul II) – SE Indaial (18)



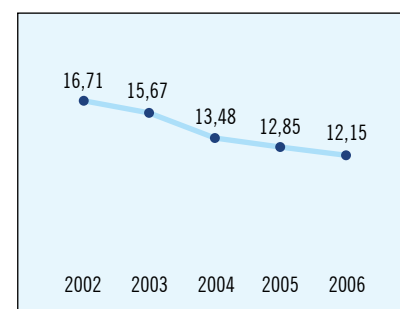
Investimentos (R\$ milhões)



DEC – Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor (horas)



FEC – Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor (vezes)



Qualidade do Serviço

A fim de oferecer energia de qualidade e o melhor serviço, a Celesc investe continuamente em obras de ampliação, manutenção e modernização de seu sistema. A eficácia das medidas adotadas pode ser verificada nos índices que medem a qualidade de seu fornecimento de energia e dos serviços que presta a seus clientes.

No período de 2003-2006, a Celesc implantou uma série de ações de caráter gerencial para reduzir a duração e a frequência média das interrupções – Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor (FEC). Os resultados são bastante positivos. Desde 2002, o índices DEC e FEC tiveram redução de 21,0% e 20,0%, respectivamente.

Ações para melhorar DEC e FEC:

- » instalação de rede multiplexada na rede de distribuição de baixa tensão, em obras de melhoria e ampliação, e de obrigatoriedade para novos loteamentos.
- » implantação de cabos semi-isolados na saída das subestações e em áreas de preservação permanente e de alta densidade demográfica.
- » implantação do sistema de comunicação digital nas viaturas pertencentes aos Centros de Operação da Distribuição (CODs), iniciado pelas Regionais de Lages e Jaraguá do Sul, devido a problemas na comunicação VHF.
- » instalação nos Centros de Operação da Distribuição (COD) de *interface* gráfica para localização de ocorrências em redes de distribuição de baixa tensão. O sistema localiza o problema a partir do nome da rua ou da conta do cliente, exibindo graficamente a extensão do circuito e suas características técnicas. O resultado é a agilidade e o melhor controle do serviço.
- » desenvolvimento e implantação de sistemas de informação para melhor gestão do processo de controle da qualidade da energia:
 - Sistema de Apoio à Decisão (SAD)
 - Sistema Especialista da Distribuição (SED)
 - *Data Warehousing* da Distribuição (DW)
 - *Software* para equilíbrio de redes de baixa tensão (EQ - Celesc)
- » implantação da Página da Divisão de Operação, que disponibiliza uma série de informações sobre o sistema, tais como indicadores operativos, indicadores de qualidade de energia e procedimentos operacionais, disponível na Intranet.

Outras Realizações Importantes

► Universalização do Atendimento no Perímetro Urbano

Antecipando de 2008 para 2006, a Celesc finalizou, no início do segundo semestre, as obras de expansão do sistema elétrico para atendimento dos moradores no perímetro urbano de sua área de concessão, inscritos no Programa de Universalização do Atendimento. Até dezembro de 2007, a Celesc espera completar 100% da universalização do atendimento no perímetro rural.

► Conclusão do Cadastro Georeferenciado na Área Urbana

Em dezembro de 2006, foi concluído o cadastro georeferenciado de todos os equipamentos que compõem o sistema elétrico de baixa e média tensão (até 34,5kV) no perímetro urbano da área de concessão. Foram inseridos no cadastro aproximadamente 280 mil postes e 870 mil clientes. A ferramenta operacional usa a tecnologia de GPS e aerofotogrametria para posicionamento dos equipamentos e obtenção de mapas. O recurso otimiza o planejamento e a operação do sistema, a compra de novos equipamentos e a contratação de serviços. A expectativa é que em 2008 o cadastro no perímetro rural também seja concluído.

► Conclusão de Programa de Eficientização da Iluminação Pública

No mês de maio foi concluído o projeto de modernização de 168 mil pontos de Iluminação Pública (IP) em 58 municípios. Tal projeto, o maior do País, é parte integrante do ciclo 2003/2004 do Programa Celesc de Eficiência Energética – proCeleficiência –, e promoveu a substituição de lâmpadas de vapor de mercúrio de 400 e 80W por lâmpadas de vapor de sódio de 250 e 70W, respectivamente, reduzindo o consumo em 18.668MWh/ano, e a demanda no horário de ponta em 5.409kW.

Em dezembro, a Celesc assinou convênio com as 61 prefeituras detentoras dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado de Santa Catarina, comprometendo-se a estender os benefícios do Programa a tais municípios, com a doação dos equipamentos e mão-de-obra.

► Instalação de Enlace Óptico no Alto Vale

No ano passado, a Celesc também finalizou a instalação de enlace óptico na região do Alto Vale catarinense, entre as subestações Rio do Sul II e Blumenau II, conferindo maior capacidade, segurança e eficiência ao tráfego dos dados de supervisão e controle do sistema elétrico e de informações corporativas. A fibra óptica é um recurso de extremo valor para a interligação da Administração Central com as áreas descentralizadas e já se faz presente em parte do Oeste e nas regiões Norte, Sul e Leste catarinense, onde está concentrada cerca de 60% da atividade operacional da Empresa.

Expansão das redes elétricas, novas tecnologias e efficientização do sistema de iluminação pública foram destaques no ano.

Ilha Deserta

Uma das três ilhas que integram a Reserva

Biológica Marinha do Arvoredo, patrimônio

ecológico nacional e um dos melhores locais do

Brasil para a prática de mergulho em alto-mar.



Pântano do Sul

Localizada no litoral sul da Ilha de Santa Catarina, Pântano do Sul abriga importante colônia de pescadores e é famosa pela prática da pesca artesanal de tainha, uma das iguarias gastronômicas da região.



Desempenho no Mercado de Capitais e Relações com Investidores

Em 2006, o Ibovespa teve a melhor performance de sua história.

Visão Geral do Mercado de Capitais Brasileiro

O ano de 2006 foi o quarto ano consecutivo de expansão no mercado acionário brasileiro. Desde 2003, o Ibovespa avançou de 11.268 pontos para 44.473 pontos, com ganho acumulado de 295%.

Em 2006, o crescimento do Ibovespa foi de 32,9% e, em 29 ocasiões, o índice bateu suas máximas históricas de pontuação. O volume total negociado na Bolsa de Valores de São Paulo apresentou crescimento de 49% em 2006 e atingiu R\$599 bilhões – o melhor movimento de sua história. A média diária de negócios atingiu R\$2,4 bilhões, 51% maior do que 2005.

Os investidores estrangeiros tiveram papel fundamental em tais recordes – as compras de ações advindas desse capital alcançaram R\$212,8 bilhões e as vendas somaram R\$211 bilhões. O saldo ficou em R\$1,75 bilhão, elevando assim para R\$16,9 bilhões a entrada líquida de capitais externos nos últimos quatro anos. A participação dos estrangeiros no volume total negociado aumentou de 32,8%, em 2005, para 35,5%, em 2006.

Tal expansão do mercado de ações brasileiro é consequência da seguinte combinação de fatores:

- » taxa básica de juros (Selic) declinante: de 18% no final de 2005 para 13,25% no final de 2006;
- » liquidez nos mercados internacionais, gerando aumento da canalização de recursos para o mercado de ações brasileiro;
- » queda no risco-país: o indicador encerrou 2006 em 193 pontos, contra 303 pontos registrados no final de 2005;
- » adesão de maior número de empresas de capital aberto às melhores práticas de governança corporativa;
- » aumento substancial no número de Ofertas Públicas de Ações (26 novas emissões em 2006);
- » crescente popularização do investimento em ações.

Juntos, esses fatores resultam num mercado cada vez mais maduro e em franca expansão.

A História da Celesc no Mercado de Capitais



As ações da Celesc fazem parte dos seguintes índices da Bovespa:

- » **ISE** – Índice de Sustentabilidade Empresarial.
- » **IEE** – Índice de Energia Elétrica.
- » **IBrX-100** – Cem ações selecionadas entre as mais negociadas na Bovespa, em termos de número de negócios e volume financeiro.
- » **IGC** – Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada.
- » **ITAG** – Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado.



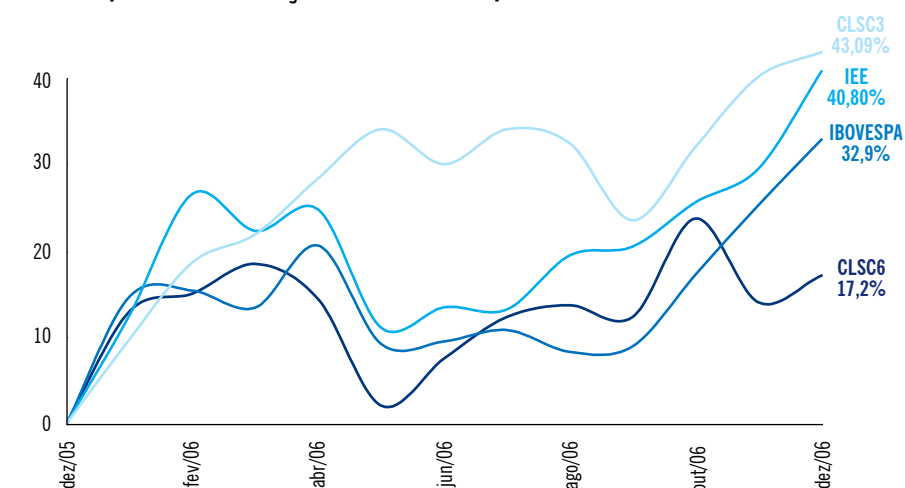
A Celesc na Bovespa

As ações preferenciais classe B da Celesc (CLSC6) foram negociadas 68.503 vezes durante o ano e apresentaram uma valorização de 17,2%, frente a 32,9% do IBOVESPA e 40,8% do IEE.

O volume negociado foi de 55,4 milhões de ações, com média diária de 225,3 mil ações, e o volume financeiro atingiu R\$1.814,1 milhões, representando média diária de R\$7,4 milhões. As ações preferenciais classe B (PNB) marcaram presença em 100% dos pregões do ano.

As ações ordinárias valorizaram 43% no mesmo período.

Comportamento das Ações Celesc e Principais Índices em 2006



Dividendos

Política de Dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Empresa, a Companhia destinará, no mínimo, o pagamento de 25% do lucro líquido ajustado do exercício a seus acionistas, calculados em forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio.

O dividendo deverá ser pago no prazo de 60 (sessenta) dias da data em que for declarado, salvo posição diferente da Assembléia Geral.

Remuneração aos Acionistas

A Celesc realizou no primeiro semestre do ano o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, no montante de R\$49 milhões, referentes ao exercício de 2005.

Em 31 de agosto de 2006, o Conselho de Administração aprovou o pagamento antecipado dos juros sobre capital próprio referentes ao exercício de 2006, no valor de R\$50 milhões.

Proventos Distribuídos no Exercício de 2006

Data de aprovação (AGOs/RCA)	Data de Início de Pagto	Tipo de Provento	Valor Total	Reais/Classe de Ação			Dividend Yield (%)		
			R\$	ON	PNA	PNB	ON	PNA	PNB
19/dez/2005	16/jan/2006*	Juros s/ o Capital Próprio	40.375.000,00	0,0494	0,0543	0,0543	4,02	6,13	3,72
27/abr/2006	26/jun/2006	Dividendos Distribuídos	8.900.962,30	0,0109	0,0120	0,0120	0,69	0,74	0,72
31/ago/2006	29/set/2006	Juros s/ o Capital Próprio	50.000.000,00	0,0612	0,0673	0,0673	3,75	4,18	4,05

(*) Registrado contabilmente no exercício anterior

Considerando a cotação inicial do período, o *dividend yield* acumulado em 2006 foi de 9,87% para as ações ordinárias e de 9,28% para as ações preferenciais.

Classe de Ação	ON	PNA	PNB
Cotação em 02/01/06 (R\$)	1,23	1,44	1,44
Total Distribuído (R\$/Ação)	0,12	0,13	0,13
Provento/Cotação da Ação	9,87	9,28	9,28

Grupamento de Ações

Em outubro, a Celesc realizou uma operação de grupamento de ações com o objetivo de ajustar o valor unitário de cotação a um patamar mais adequado ao mercado, melhorar as condições de liquidez dos títulos em bolsa, reduzir custos operacionais e aumentar a eficiência do sistema de registro de informações da base acionária. O grupamento foi adotado na proporção de 20 (vinte) ações para 1 (uma) ação da mesma espécie.

Composição Acionária

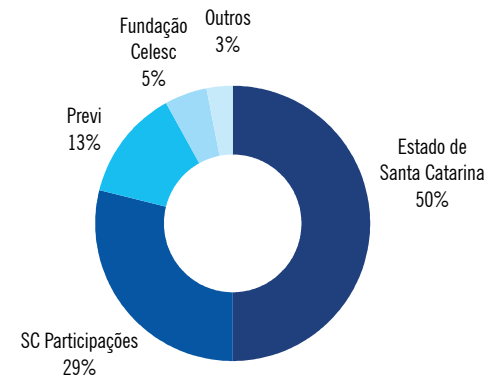
O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado em 31 de dezembro 2006, era de R\$696 milhões, composto por 38.571.591 ações sem valor nominal. O Estado de Santa Catarina é o sócio majoritário, detendo 50,18% das ações ordinárias e 20,2% do total de ações.

Composição do Capital Social em 31/12/2006

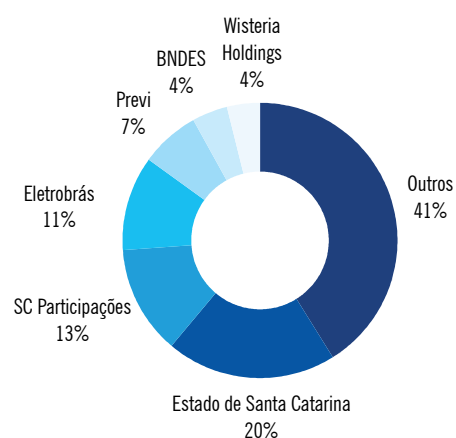
Tipo e Classe de Ação	Quantidade	Participação sobre o Total (%)
Ações Ordinárias – ON	15.527.137	40,26
Ações preferenciais “A” – PNA	1.329.073	3,44
Ações Preferenciais “B” – PNB	21.715.381	56,30
Total de Ações do Capital Social	38.571.591	100,00

Distribuição do Capital Social em Dezembro de 2006

Capital Votante (Ações Ordinárias)



Capital Total: ON + PNA + PNB



BNDES = Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social | Eletrobrás = Centrais Elétricas Brasileiras | Fundação Celesc = Fundação Celesc de Seguridade Social | Previ = Caixa de Previdência do Banco do Brasil | SC Participações = Santa Catarina Participações e Investimentos S.A. (INVESC) | Wisteria Holdings = Fundo de Previdência (EUA)

Nível 2 da Bovespa e Relações com Investidores



Em 2000, a Bovespa implantou três segmentos de listagem de ações: Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Eles se diferenciam entre si pela característica de emissão de ações (ordinárias e preferenciais), bem como pelas exigências relacionadas à divulgação de informações ao mercado e outras práticas de Governança Corporativa. O objetivo central da Bovespa com essa diferenciação foi estimular o interesse dos investidores, bem como, contribuir para a valorização das Companhias.

A Celesc foi a primeira empresa a ingressar no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, em junho de 2002. Desde então, tem investido em melhorias da gestão interna, assegurando transparência em todos os seus negócios. Em 2006, diversas ações foram tomadas no sentido de consolidar a transparência administrativa, com destaque para:

- » **Janeiro:** criação e estruturação do Departamento de Relações com Investidores e sua Divisão de Governança Corporativa.
- » **Abril:** eleição de novos membros do CA e CF na AGO. Na ocasião, seis novos integrantes do CA foram empossados, entre eles, os três novos conselheiros independentes, e foi aprovado o nome do novo integrante do CF, por meio de processo de seleção pública.
- » **Junho:** a Celesc foi a única empresa do Setor Elétrico brasileiro representada com um estande no 8º Encontro Nacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, promovido pela Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA) e pelo Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI). A iniciativa inédita da Celesc foi muito bem recebida por investidores, analistas e outros profissionais ligados ao mercado financeiro.
- » **Julho:** 40 profissionais da Celesc tiveram a oportunidade de participar de uma extensa programação, voltada exclusivamente para as questões de Relações com Investidores, Mercado de Capitais e Governança Corporativa. O evento *in company* foi realizado com o intuito promover os conhecimentos sobre a prática de Governança Corporativa nas diversas áreas da Celesc, com prioridade para os Departamentos de Contabilidade, Financeiro e Comercial.
- » **Agosto:** evento interno educativo realizado com representantes da Bovespa e de corretora credenciada sobre o funcionamento da Bolsa de Valores e sobre investimento de pessoas físicas no mercado de ações.
- » **Novembro:** criação do Clube de Investimentos Amigos da Celesc – Investcel –, com mais de 90 empregados cadastrados.
- » **Dezembro:** a Celesc foi aprovada, novamente, para integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da Bovespa. A nova carteira vigora até o dia 30 de novembro de 2007. No mesmo mês, foi lançado o novo *site* de Relações com Investidores.

A Celesc foi a primeira empresa a ingressar no Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa.

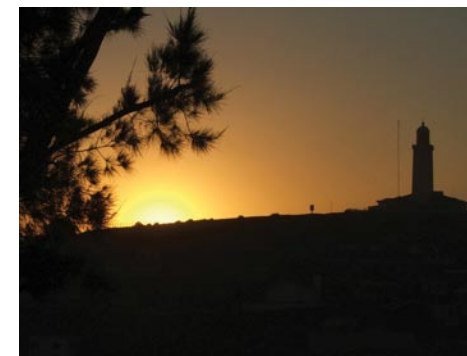
Farol de Santa Marta

Detalhe do Farol de Santa Marta, inaugurado em 1891, que possui 24 lentes planas, alcance geográfico de 85 quilômetros e estrutura construída com pedras, areia e óleo de baleia. Localizado no Cabo de Santa Marta, em Laguna, no Sul do Estado.

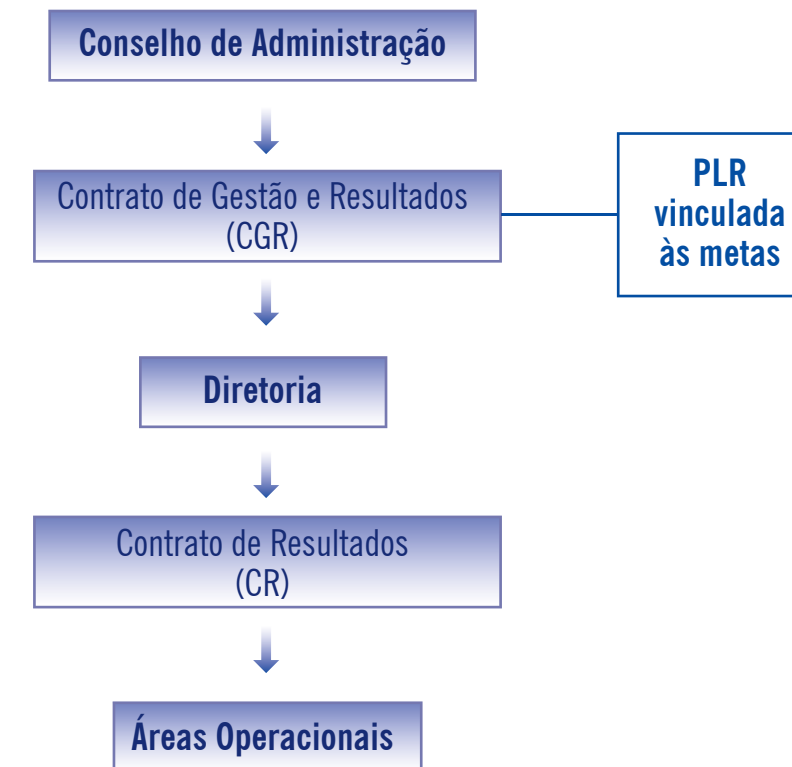


Governança Corporativa

Compromisso com resultados, transparência e melhores práticas.



Modelo de Gestão



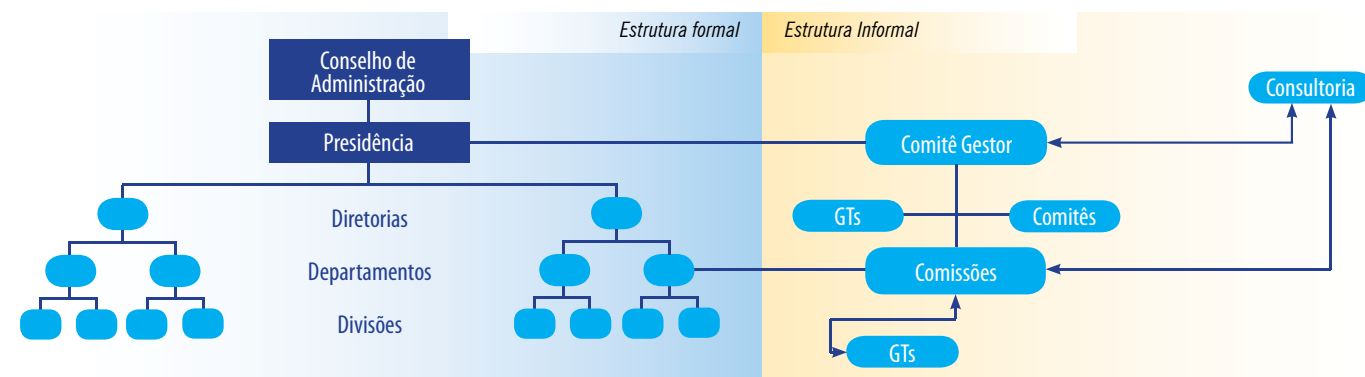
Focada em resultados e eficiência, a Celesc, que é uma companhia estatal inserida em ambiente concorrencial, desenvolveu um modelo de gestão baseado em princípios de profissionalização, governança corporativa, transparência da informação, extensão de direitos aos sócios minoritários e blindagem política às decisões empresariais. Dessa forma, a Empresa busca a melhoria contínua da eficiência operacional e dos resultados para os acionistas, clientes, empregados e sociedade.

Tal modelo possui mecanismos de operacionalização, controle, monitoramento e avaliação, metas desafiadoras e política de consequências. Suas metas são definidas em dois níveis: no nível estratégico, por meio do Contrato de Gestão e Resultados (assinado entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração), e no nível tático-operacional, por meio dos Contratos de Resultados, firmados entre a Diretoria Executiva e as áreas operacionais.

O pagamento da Participação nos Lucros e Resultados – PLR – está relacionado ao cumprimento de oito metas do Contrato de Gestão, conforme estipulado em Acordo Coletivo de Trabalho. Tais metas referem-se à eficiência do atendimento operacional; à satisfação dos clientes; à maior desempenho dos índices de Rentabilidade e da Margem Ebitda; à maior segurança dos profissionais; ao cumprimento do Programa de Universalização do Atendimento e às ações da Empresa com foco em sustentabilidade sociambiental.

Sistema de Liderança

O sistema de liderança da Empresa, baseado nas práticas de Gestão Compartilhada, é exercido por meio das estruturas formal e informal.



Estrutura Formal

Contempla a Assembléia Geral, o Conselho de Administração, a Diretoria Executiva, o Conselho Fiscal e o Conselho de Consumidores.

O **Conselho de Administração** – CA, é composto por 13 membros: sete representantes do acionista majoritário, sendo quatro na condição de conselheiros independentes, dois dos acionistas minoritários (Preferenciais e Ordinários), dois dos consumidores, um dos empregados, mais o representante da Fundação Celesc de Seguridade Social – CELOS, signatária do Acordo de Acionistas. Compete ao Conselho de Administração a fixação da orientação geral dos negócios da Empresa; a fiscalização da observância das diretrizes por ele fixadas; e o acompanhamento da execução dos programas aprovados e verificação dos resultados obtidos. Para materializar suas atribuições, o Conselho de Administração firma com a Diretoria Executiva um Contrato de Gestão e Resultados (CGR), em que são estabelecidos os objetivos, as metas, os programas, o orçamento e a política de conseqüências.

Composição do CA em 31 de Dezembro de 2006

Conselho de Administração

Presidente do Conselho de Administração	Glauco José Côrte (FIESC)
Representante Acionista Majoritário	Miguel Ximenes de Melo Filho
Representante Acionista Majoritário	Içuriti Pereira da Silva
Representante Acionista Majoritário	Ivo Carminatti
Representante dos Acionistas Minoritários	Francisco Teixeira Nobre (PREVI)
Representante dos Acionistas Minoritários	João Fernandes Moraes (Eletrobrás)
Representante do Conselho de Consumidores	Adermo Francisco Crispim
Representante dos Empregados	Arno Veiga Cugnier
Representante Celos	Ricardo Moritz
Conselheiro Independente	Adélcio Machado dos Santos
Conselheiro Independente	Alaor Tissot
Conselheiro Independente	Herbert Steinberg
Conselheiro Independente	Wadico Bucchi

A **Diretoria Executiva** é composta por seis pastas: Presidência, Diretoria Técnica, Diretoria Econômico-Financeira e de Relações com Investidores, Diretoria de Gestão Corporativa, Diretoria Comercial e Diretoria Jurídico-Institucional. Os Diretores representantes dos acionistas são escolhidos pelo critério de lista triíplice.

O acionista controlador indica quatro (Presidente, Diretor Técnico, Diretor Jurídico-Institucional e Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores), os acionistas minoritários e os empregados (estes por eleição direta) escolhem os outros dois que são, respectivamente, o Diretor de Gestão Corporativa e o Diretor Comercial.

Cabe à Diretoria Executiva administrar os negócios da Empresa, executar as deliberações da Assembléia Geral e do Conselho de Administração, executar e propor planos, programas e orçamentos. Para executar suas atribuições e o acordado no CGR com o Conselho de Administração, a Diretoria assina um Contrato de Resultados (CR) com cada uma das 16 Agências Regionais e os Departamentos da Administração Central. No Contrato de Resultados, consta o desdobramento dos objetivos, metas, ações e orçamentos do Contrato de Gestão e Resultados.

Composição da Diretoria em 31 de Dezembro de 2006

Diretoria Executiva

Diretor Presidente	Miguel Ximenes de Melo Filho
Diretor de Gestão Corporativa	José Affonso da Silva Jardim
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores	Gerson Pedro Berti
Diretor Técnico	Eduardo Carvalho Sitonio
Diretor Comercial	Carlos Alberto Martins
Diretor Jurídico-Institucional	Octávio Acácio Rosa

O **Conselho Fiscal (CF)**, independente da Administração, é composto por cinco membros e respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembléia Geral Ordinária, podendo ser reeleitos. O acionista majoritário indica três integrantes, um dos quais, independente, é escolhido por meio de seleção pública. Os acionistas preferenciais e os acionistas ordinários minoritários elegerão, em escrutínio separado, seus representantes e respectivos suplentes.

Composição do CF em 31 de Dezembro de 2006

Presidente: Ricardo Campos Marques	Representante da Eletrobrás
Humberto Dalsasso	Representante da PREVI
Ronaldo Baumgarten Júnior	Representante do Acionista Majoritário
Célio Goulart	Representante do Acionista Majoritário
Jurandir Sell Macedo Júnior	Conselheiro Independente

O **Conselho de Consumidores**, formado por representantes de clientes da Empresa, tem função consultiva. Busca defender o interesse dos clientes junto à Concessionária, auxiliando a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) a assegurar serviços de qualidade à sociedade.

Composição do Conselho de Consumidores em 31 de Dezembro de 2006

Conselheiros Titulares

Classe Industrial	Anderson de Menezes – Presidente	FIESC
Classe Comercial	Carlos Alberto Gonçalves da Costa	FACISC
Classe Comercial/Rural	Adermo Francisco Crispim	FECOERUSC
Classe Rural	Abel Just – Vice-Presidente	FAESC
Classe Poder Público	Waldir Gorges Alves	FECAM
Classe Residencial	Paulo Henrique Simon	DECONOR
Programa de Defesa do Consumidor	Azize Dibo Neto	PROCON

Estrutura Informal

O processo de compartilhamento da gestão é operacionalizado por meio de Comitês, Comissões de Gestão e Resultados e Grupos de Trabalho.

Os **Comitês** tratam das questões estratégicas globais da Empresa e são criados para tratar de temas relacionados com a gestão. Compostos por profissionais que têm ligação direta com a Diretoria e relação com as partes interessadas, atuam com auxílio de consultores internos e externos.

As **Comissões de Gestão e Resultados** têm como objetivo elaborar o programa de trabalho da área, negociar, acompanhar e avaliar mensalmente o programa de trabalho e os Contratos de Resultados. Há uma CGR em cada Departamento e em cada Agência Regional. São compostas pelos chefes de Departamento/Agência, pelos chefes de Divisão (que juntos formam 50% da Comissão) e também por representantes dos empregados, estes eleitos democraticamente, e que completam a Comissão.

Os **Grupos de Trabalho** são constituídos por profissionais da Empresa, por meio de deliberação de Diretoria, relacionam-se ao assunto a ser trabalhado. São temporários e se reportam às diversas instâncias hierárquicas de acordo com a necessidade, por meio de relatórios, pareceres, memorandos ou atas de reuniões.

Gestão compartilhada
garante eficiência na busca
de objetivos comuns.

Código de Ética

O Conselho de Administração da Celesc aprovou, em janeiro de 2006, o Código de Ética da Empresa. Tal documento trata das relações entre colegas, clientes, acionistas, investidores, fornecedores, sociedade e governo e pretende ser uma referência comportamental na prática profissional, um instrumento de aprimoramento das relações, baseado em princípios éticos e morais.

A fim de que seja sempre um instrumento efetivo e uma referência atual, o Código será avaliado continuamente, para manter-se em sintonia com a evolução da sociedade.

Acordo de Acionistas

Em 5 de janeiro de 2006, foi celebrado Acordo de Acionistas entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celos sobre princípios gerais de gestão da Celesc, eleição da Diretoria Executiva, fixação da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva, e composição e funcionamento do Conselho Fiscal.

Estação Ecológica Bracinho

Situada em uma área de 46.066.744m², no Noroeste de Santa Catarina, entre os municípios de Joinville, Schroeder, Jaraguá do Sul e Guaramirim, a Estação se espalha por uma paisagem montanhosa cortada pelos rios Júlio e Bracinho, além de outros afluentes, que proporcionam um total de 12 saltos d'água.

A criação da reserva constituiu um passo importante da Celesc para evitar agressões ao patrimônio natural da região.

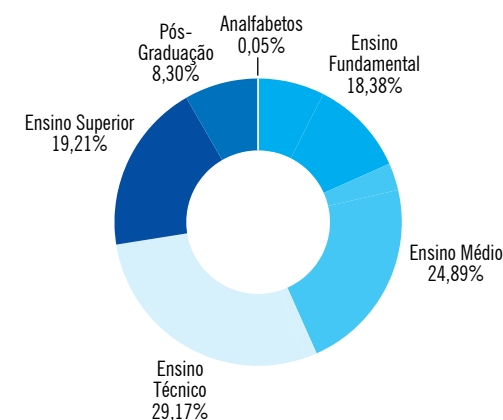


Joinville

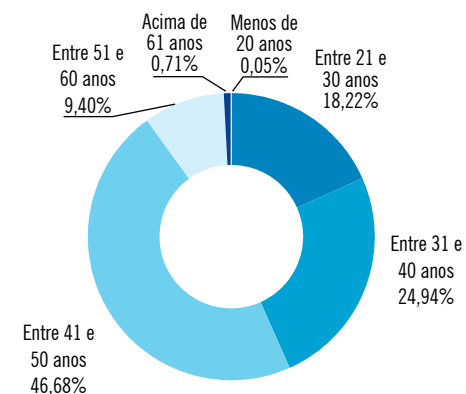
Apesar do acelerado ritmo de desenvolvimento e da pujante atividade industrial, a população de Joinville preserva o antigo hábito de andar de bicicleta. Em qualquer rua da cidade, a qualquer hora, o veículo se faz presente e é um dos símbolos da cidade.

Gestão de Pessoas

Quadro de Empregados por Escolaridade



Quadro de Empregados por Faixa Etária



Disposição do Pessoal

Ao final do exercício, a Celesc contava com uma força de trabalho composta por 4.041 empregados.

Desenvolvimento Profissional

No ano, a Empresa viabilizou 11.634 vagas para seus empregados participarem de cursos voltados à maior capacitação pessoal, perfazendo um total de 14.738 horas de treinamento. As principais áreas abordadas foram: Distribuição, Transmissão, Geração e Comercialização de Energia Elétrica, Eletrônica e Telecomunicações, Economia e Finanças, Segurança e Medicina do Trabalho, Meio Ambiente, Administração Geral e Atendimento ao Público, Direito e Justiça, Recursos Humanos, Gerência, Comportamento, Suprimentos e Transporte.

Pesquisa de Clima

Em março, foi realizada Pesquisa de Clima Organizacional com o objetivo de identificar a percepção dos empregados em relação às práticas e aos procedimentos organizacionais, bem como o nível de satisfação e credibilidade presente. O índice de participação na Pesquisa chegou a 67,8%, e o processo gerou uma série de ações voltadas a melhorar a satisfação do público interno, dentre elas: Revisão e Enquadramento do Plano de Cargos e Salários – PCS, Implantação de Sistema de Treinamentos *on line* (DT-COM), criação e distribuição de cartilha sobre o cálculo da PLR e estudos visando capacitar especialistas em Gestão de Clima Organizacional, para padronizar ações a serem efetuadas nas diversas áreas da Empresa.

Avaliação de Desempenho

No primeiro semestre do ano foram finalizados os estudos para elaboração de metodologia com vistas a viabilizar o processo de Avaliação de Desempenho Funcional na Celesc. Em junho, foi publicada normativa específica e desenvolvido sistema informatizado para sua aplicação. A nova metodologia foi amplamente divulgada e o processo de Avaliação contou com a participação de 98% dos empregados. O resultado da Avaliação proporcionou diretrizes para o desenvolvimento da Política de Recursos Humanos da Empresa e se configura em um dos fatores para a manutenção do Plano de Cargos e Salários.

Saúde e Segurança

Em 2006, a Empresa publicou manual com diretrizes de saúde e segurança no trabalho e promoveu treinamento intensivo sobre a NR-10 (norma que regulamenta as atividades em áreas de risco), envolvendo 2.225 participantes, incluindo eletricitas, técnicos e engenheiros.

Também deu início à promoção dos Diálogos Diários sobre Segurança com as equipes de operação e manutenção do sistema elétrico e da inclusão de obrigatoriedades relativas à segurança nos contratos com empresas terceirizadas. Outro destaque foi o Programa de Prevenção e Tratamento de

Alcoolismo e Outras Dependências Químicas – PPTAD. Implantado há 13 anos, visa prevenir a dependência química, bem como recuperar e tratar os empregados em tal situação, para que possam ser reinseridos no contexto social do trabalho e da família, melhorando suas condições de saúde, bem-estar, segurança no trabalho e produtividade. No ano, o PPTAD prestou 761 atendimentos psicoterápicos, 216 reuniões dos Grupos de Ajuda Mútua – GAM – e registrou 20 internações.

Benefícios

Os colaboradores da Celesc contam com diversos benefícios, entre eles: Participação nos Lucros e Resultados, previdência privada, gratificação 25 anos, auxílio-alimentação, auxílio-creche ou babá, auxílio a empregados com dependentes portadores de necessidades especiais, auxílio a deficientes, auxílio-enfermidade, auxílio-médico, auxílio-funeral, pecúlio, auxílio-odontológico, plano de saúde, programa de prevenção e tratamento do alcoolismo e outras dependências químicas, programa de reabilitação e readaptação profissional, custeio de despesas com acidente em serviço e outras doenças profissionais. O programa de Participação nos Lucros e Resultados abrange todos os empregados e, em 2006, a Companhia distribuiu R\$12,3 milhões a título de PLR.

Programa de Demissão Voluntária e Incentivada – PDVI

Em dezembro, foi concluído o Programa de Demissão Voluntária e Incentivada, que teve como objetivo reduzir o custo da folha de pessoal e ajustá-la aos números da Empresa Referência, conforme modelo estabelecido pela ANEEL. O Programa durou quatro anos e, durante este tempo, a Empresa compensou a saída dos empregados com a admissão de novos, em funções devidamente adequadas à necessidade da Empresa. Ao final do ano, 25% do quadro de colaboradores era composto por novos empregados.

Demonstração do Valor Adicionado

(R\$ mil)

	2006	2005
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas		
Venda de Energia e Serviços	4.654.097	4.365.189
Provisão p/Créditos Liquidação Duvidosa	(78.085)	(53.450)
Resultado Não Operacional	30.039	(45.767)
	4.606.051	4.265.972
(-) Insumos Adquiridos de Terceiros	(2.117.980)	(1.857.321)
Valor Adicionado Bruto		
Quotas de Reintegração	(99.647)	(96.131)
(=) Valor Adicionado Líquido	2.388.424	2.312.520
(+) Valor Adicionado Transferido		
Receitas Financeiras	164.844	161.797
(=) Valor Adicionado a Transferir	2.553.268	2.474.317
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal e Administradores	278.548	278.397
Governo		
Federal	588.531	554.498
Estadual	926.995	892.558
Municipal	928	767
Encargos Intra Setoriais	446.212	422.080
Financiadores	98.408	118.539
Acionistas		
Juros sobre Capital Próprio	50.000	40.375
Dividendos Propostos	741	8.901
Lucros Retidos	162.905	158.202
	213.646	207.478
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO	2.553.268	2.474.317
VALOR ADICIONADO MÉDIO POR EMPREGADO	622,07	655,48

Praia da Pinheira

Localizada na região balneária do município de Palhoça, a Praia da Pinheira é um local de águas tranquilas e dunas de areia branca, cercada por costões de mata nativa preservada.



Desempenho Socioambiental

Promover o desenvolvimento da comunidade, em uma relação de benefício mútuo.

Compromisso Formal e Público

A Celesc é signatária, desde 2006, dos seguintes tratados públicos: Pacto Global, Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção e Pacto Nacional Contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil nas Rodovias.

Programa Celesc de Responsabilidade Social

A Empresa desenvolve, atualmente, mais de 55 projetos externos, divididos em três linhas de atuação: (1) construção da cidadania e inclusão social; (2) saúde e qualidade de vida; (3) educação e meio ambiente.

1 Construção da Cidadania e Inclusão Social

Os projetos objetivam a capacitação profissional de jovens em situação de risco social, sua inserção do jovem no mercado de trabalho e sua autonomia como cidadão. Além das aulas de capacitação profissional, ocorrem também eventos que envolvem questões como ética e cidadania, educação ambiental, saúde e segurança e apresentação pessoal.

Abaixo segue a descrição de dois dos projetos realizados sob essa vertente de atuação da Companhia: Tô Ligado! e Cinema na Favela – Favela no Cinema.

► Tô Ligado!

Parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego, o Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA, a Associação Catarinense de Construtores de Obras em Redes de Energia Elétrica – ACECORE e a Celesc, teve início em setembro de 2005 com o objetivo de capacitar 41 jovens, com idade entre 16 e 24 anos, do sexo masculino, moradores da periferia, com pouca escolaridade e em situação de vulnerabilidade social.

A Celesc atuou junto à sua rede de fornecedores para estimular a contratação desses jovens após passarem pelo curso de formação. Dos 41 jovens que iniciaram a qualificação, 21 foram capacitados para o ofício de eletricitista predial e 13 foram contratados pelas empreiteiras que participam da iniciativa.

► Cinema na Favela – Favela no Cinema

O projeto, voltado aos jovens da periferia e estudantes, utiliza o cinema nacional para promover o intercâmbio cultural e o debate de temas importantes, sempre com a presença de convidados, tais como o cineasta Cacá Diegues, que no mês de novembro esteve na sede da Celesc, em Florianópolis, debatendo o filme “O maior amor do mundo”.

2 Saúde e Qualidade de Vida

Sob este tópico abrigam-se projetos que abordam a prevenção de doenças, a atividade física e a alimentação saudável. Por meio de tais iniciativas, a Empresa pretende promover uma perspectiva saudável e maior qualidade de vida.

Os projetos PPTAD na Comunidade e Esporte e Saúde são duas ações de destaque entre as demais voltadas à Saúde e Qualidade de Vida:

► Projeto PPTAD na Comunidade

Projeto inicialmente desenvolvido para o público interno, foi estendido à comunidade. Desenvolvido pelos empregados da Agência Regional de Concórdia, com os pacientes internados no setor de psiquiatria e dependência química do Hospital São Francisco, e pelos empregados da Agência Regional de Rio do Sul nas escolas da rede pública municipal.

► Projeto Esporte e Saúde

Com o apoio da Celesc, tal projeto atende cerca de 60 crianças e adolescentes, na faixa etária entre 5 e 17 anos, que se encontram em situação de vulnerabilidade. Além de atividades esportivas, oferece acompanhamento e reforço escolar.

3 Educação e Meio Ambiente

Neste campo, os projetos buscam a implementação de novas tecnologias que permitem a melhoria da qualidade de vida, e tratam, ao mesmo tempo, da questão ambiental. Destacam-se alguns projetos alinhados ao Programa Celesc de Eficiência Energética, o proCeleficiência:

► Escola + Clara

Esse programa tem como foco as escolas públicas do Estado. Em sua primeira etapa, concluída no ano passado, viabilizou a iluminação mais eficiente para 130 escolas, com a substituição de lâmpadas e luminárias. Alunos, professores e a direção das entidades beneficiadas comemoram a iniciativa, que trouxe mais luz às salas, corredores e banheiros, auxiliando no ensino, no conforto e na segurança, além de reduzir os custos com energia elétrica. Nessa etapa, a Celesc investiu R\$2,34 milhões e calcula a redução do uso de 6.132MWh/ano. A redução esperada para o horário de ponta é de 0,65MW. A próxima etapa do programa vai estender os benefícios para outras 83 instituições.

► Programa Banho de Sol

Voltado a instituições sociais, promove também o uso mais racional da energia elétrica, revertendo em economia de custos. O Banho de Sol implantou sistemas de aquecimento solar para substituição do chuveiro elétrico em 47 entidades, incluindo creches, asilos e orfanatos. A energia solar, ambientalmente recomendável, é capaz de reduzir mais de 50% das despesas com aquecimento da água nessas casas.

Por meio do Programa de Eficiência Energética, a Celesc contribui para a redução de custos de comunidades carentes e ONGs.

Em junho de 2006 foi aprovada a Política Ambiental da Celesc.



Também nas Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – o aquecimento solar das piscinas terapêuticas permitiu a redução expressiva das contas de energia elétrica. Cinco APAEs foram beneficiadas: Jaraguá do Sul, Blumenau, Camboriú, Florianópolis e Criciúma.

Concluído no ano passado, o Banho de Sol deve viabilizar a redução de 333MWh/ano de energia consumida e redução de 0,34MW no horário de ponta. O aquecimento das piscinas da APAE deve gerar redução de 80MW/ano no consumo e de 17KW no horário de ponta. Para o próximo ciclo, outras 24 instituições filantrópicas serão beneficiadas.

► Programa Energia do Futuro

O Programa Energia do Futuro teve início em 2005 quando a Celesc, por meio do seu programa de responsabilidade social, passou a apoiar o Sr. José Alcino Alano, morador da cidade de Tubarão, no sul de Santa Catarina, que criou um aquecedor solar a partir de materiais reciclados: garrafas *pet* e caixas do tipo longa-vida.

A parceria resultou na viabilização de uma verdadeira inovação tecnológica e o aquecedor passou a ser visto como uma fonte de energia limpa de baixíssimo custo. Tais aquecedores, eficientes e ambientalmente corretos, passaram a ser instalados em entidades sociais e até o final do ano, nove aquecedores estavam instalados em instituições dos municípios de Blumenau, Joinville, Gaspar, Videira e Florianópolis, ajudando na redução do consumo de energia elétrica e se traduzindo em nova fonte de renda para famílias envolvidas na confecção dos aquecedores.

Meio Ambiente

A Política Ambiental da Celesc foi aprovada em maio de 2006, e divulgada internamente em 5 de junho do mesmo ano, em ação comemorativa ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Ela é constituída por sete princípios:

- » Integrar o conceito de desenvolvimento sustentável à estratégia corporativa;
- » Desenvolver a competência e a mobilização do quadro funcional por uma ética partilhada de desenvolvimento sustentável;
- » Trabalhar em parceria com instituições públicas, privadas e comunidade por uma melhor qualidade de vida, buscando o equilíbrio dos interesses das partes;
- » Buscar o melhoramento contínuo da performance ambiental de obras e serviços, mediante o aperfeiçoamento de métodos e processos e a incorporação de novas tecnologias;
- » Oferecer à sociedade serviços que incorporem, de forma permanente, as variáveis socioambientais;
- » Fomentar o uso racional de energia entre seus clientes e a sociedade em geral;
- » Exigir de contratados e fornecedores atitudes ambientais coerentes com este conjunto de princípios.

► Ações de Destaque

- » Substituição do óleo mineral isolante dos transformadores por óleo vegetal, biodegradável;
- » Instalação de um sistema fotovoltaico (captação de energia solar) em substituição ao antigo gerador abastecido com óleo diesel, na reserva ambiental Ilha do Arvoredo. Ação realizada em parceria com a Eletrosul e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

► Ações em Desenvolvimento

- » Estudo para licenciamento ambiental corretivo, junto ao Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), de redes elétricas em 69kV e 138kV e subestações associadas com influência sobre as florestas nacionais de Ibirama e Três Barras;
- » Estudos para licenciamento ambiental corretivo junto à Fundação Estadual de Meio Ambiente – FATMA – de 2.450km de redes elétricas em 69kV e 138kV, de 107 subestações, em 34,5kV, 69kV e 138kV, de uma unidade de tratamento de óleos isolantes e de uma unidade de tratamento de postes de madeira;
- » Implantação do Programa de Apoio à Gestão do Verde Urbano que, por meio de instituição especializada, proporcionará transferência de *know-how* em gestão do verde urbano às equipes técnicas de prefeituras. O objetivo do Programa é conferir maior confiabilidade ao sistema de distribuição de energia elétrica por meio da redução dos índices de desligamento causados por vegetação na rede;
- » Manutenção do Programa de Proteção de Aves na Rede, que objetiva conferir maior confiabilidade ao sistema de distribuição de energia elétrica por meio da redução dos índices de desligamento causados por animais na rede, em especial, pelo João-de-Barro. O Programa contempla, mediante autorização do Ibama, a retirada de ninhos de João-de-Barro das estruturas e a instalação de dispositivo inibidor da construção de ninhos dessa espécie;
- » Manutenção e refinamento do Programa de Gestão de Resíduos, o qual inclui os sub-programas: Descontaminação de Lâmpadas Especiais (utilizadas nas dependências da Celesc), Coleta de Papel Reciclável e Tratamento de Óleos Isolantes.
- » Programa de Gestão Global de Resíduos, o qual estabelecerá diretrizes para o tratamento e destinação de todos os materiais descartados pela Empresa, tais como baterias de veículos e de subestações, óleos isolantes e resíduos de sua filtragem, sucatas de postes de concreto, isoladores de porcelana e sucata de chumbo, cobre alumínio, ferro, zinco, bronze, pneus, entre outros.



Balanco Social 2006

1 - BASE DE CÁLCULO	2006 - Valor (mil reais)			2005 - Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	3.269.694			2.994.460		
- Resultado Operacional (RO)	203.344			301.134		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	343.936			331.170		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	12.596	4	0	10.777	3	0
- Encargos Sociais Compulsórios	82.919	24	3	69.071	21	2
- Previdência Privada	17.132	5	1	15.564	5	1
- Saúde	7.436	2	0	5.624	2	0
- Segurança e Medicina no Trabalho	1.578	0	0	902	0	0
- Educação	32	0	0	1	0	0
- Cultura	36	0	0	150	0	0
- Capacitação e Desenv. Profissional	2.572	1	0	3.542	1	0
- Creches ou Auxílio-creche	787	0	0	632	0	0
- Participação nos Lucros ou Resultados	12.185	4	0	8.626	3	0
- Outros	632	0	0	795	0	0
Total - Indicadores Sociais Internos	137.905	42	5	115.684	35	4
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	157	0	0	346	0	0
- Cultura	9.222	3	0	3.435	1	0
- Saúde e Saneamento	68.067	23	2	68	0	0
- Esporte	18.003	6	1	1.200	0	0
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	118	0	0	67	0	0
- Outros	78.118	26	3	113.238	38	4
Total das Contribuições p/ a Sociedade	173.685	58	6	118.354	39	4
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	1.428.540	474	48	1.404.697	466	47
Total - Indicadores Sociais Externos	1.602.225	532	54	1.523.051	506	51
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac. c/ a Produção/Operação da Empresa	73	0	0	877	0	0
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	44.205	15	1	15.958	5	1
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	44.278	15	1	16.835	6	1
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	(x) cumpre de 51 a 75 %	() não possui metas	(x) cumpre de 51 a 75 %	() não possui metas	(x) cumpre de 51 a 75 %
	() cumpre de 0 a 50 %	() cumpre de 76 a 100 %	() cumpre de 0 a 50 %	() cumpre de 76 a 100 %	() cumpre de 0 a 50 %	() cumpre de 76 a 100 %
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2006			2005		
- Nº de empregados ao final do período	4041			3590		
- Nº de admissões durante o período	765			187		
- Nº de empregados terceirizados	1973			1905		
- Nº de estagiários	379			340		
- Nº de empregados acima de 45 anos	1393			1496		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	666			530		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	19			16		
- Nº de negros que trabalham na empresa	143			69		
- % de cargos de chefia ocupados por negros	2			1		
- Nº de portadores de deficiência ou neces. especiais	16			2		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2006			Metas 2007		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	23.02			15		
- Número total de acidentes de trabalho	61			0		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerências	() todos os empregados	() direção	(x) direção e gerências	() todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	() todos os empregados	(x) todos + Cipa	() direção e gerências	() todos os empregados	(x) todos + Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(x) incentivar e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados	() direção	() direção e gerências	(x) todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(x) serão exigidos
- Quanto à participação de empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(x) organizar e incentivar
- Número total de reclamações e críticas de consumidores:	na Empresa 68.358	no Procon 165	na Justiça 1305	na Empresa 0	no Procon 0	na Justiça 0
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa 95%	no Procon 100%	na Justiça 100%	na Empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2006: 2.553.268			Em 2005: 2.474.317		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	76,87 % governo - 10,91 % colaboradores 1,99 % acionistas - 3,85 % terceiros - 6,38 % retido			76 % governo - 11 % colaboradores 2 % acionistas - 5 % terceiros - 6 % retido		

Oleiro – São José

Do barro surgem jarros, vasos, miniaturas de louças, panelas e de personagens do folclore catarinense, como boi-de-mamão, portuguesinhas e maricotas. A riqueza do artesanato catarinense envolve homens e mulheres no trato da palha de milho e de folhas de bananeira, na fabricação da famosa renda de bilro, cestarias, cristais e ferro fundido.

Gestão de Risco

Prudência e previdência necessárias para obtenção de resultados consistentes, a longo prazo.

Abaixo estão descritos as principais ferramentas e instrumentos de gestão que a Celesc utiliza para gerenciar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

Atenção à Regulação

Estar em conformidade com o marco legal e regulatório do Setor Elétrico nacional é uma necessidade constante. Para fazer frente a essa demanda, em 2006, foi criada a Assistência de Regulação da Empresa, subordinada diretamente à Presidência. A Assistência tem a atribuição de interpretar e acompanhar o cumprimento do marco regulatório e subsidiar a condução estratégica dos negócios empresariais.

Saúde e Segurança dos Profissionais

Visando fortalecer a cultura da segurança, em 2006, a Empresa reforçou a prática de ações voltadas a esse aspecto e publicou manual específico sobre diretrizes de saúde e segurança no trabalho, distribuído a todos os empregados. Também promoveu treinamento intensivo sobre a NR-10 (segurança em instalações e serviços elétricos).

Autonomia de Gestão

Conforme demonstrado no capítulo de Governança Corporativa, a Celesc conta com um diferenciado modelo de gestão, desenvolvido para garantir à Empresa maior profissionalização e qualidade executiva com foco em resultados, bem como autonomia em relação às questões políticas, uma vez que a Empresa é controlada por um órgão público, o Governo do Estado de Santa Catarina.

Riscos Financeiros

A administração da Celesc adota importantes instrumentos de proteção para evitar a exposição da Empresa a riscos de câmbio, taxa de juros, endividamento etc. Por tal razão, a Celesc é uma das empresas do Setor que apresenta mais baixo nível de endividamento.

Riscos Operacionais

A Empresa investe continuamente em manutenção de equipamentos e rede, a fim de evitar falhas e interrupções no fornecimento de energia causadas por equipamentos obsoletos ou quebrados.

Riscos de Mercado

A área de concessão da Celesc abriga um dos Estados mais bem desenvolvidos do País. Santa Catarina tem renda *per capita* acima da média nacional e economia diversificada, baseada em área urbana e rural, com indústrias, serviços públicos e comércio.

Região rural

Paisagem bucólica do Oeste Catarinense, uma das regiões mais importantes do Estado na área do agronegócio, devido, principalmente, à alta atividade no ramo da agropecuária.



Ativos Intangíveis

A marca Celesc é reconhecida por sua qualidade em tudo o que faz.

Marca Consolidada

A Celesc está presente na vida dos consumidores de energia elétrica há mais de cinco décadas. Sua atuação é respeitada em todos os setores da economia catarinense e está intimamente ligada ao desenvolvimento social e econômico do Estado. Na pesquisa Abradee 2006, a Empresa obteve a melhor nota para Imagem Institucional.

Qualidade Reconhecida

A qualidade dos serviços prestados pela Celesc é reconhecida em âmbito nacional e internacional. Os prêmios conquistados pela Empresa e conferidos por entidades representativas do Setor Elétrico, a partir de pesquisa de opinião feita com os consumidores, confirmam seu excelente desempenho.

Profissionais Qualificados

O Centro de Formação e Aperfeiçoamento da Empresa, durante anos, se mantém no topo da lista das instituições indicadas para prestação de serviços educacionais entre as empresas do Setor e órgãos públicos.

Referência Nacional para o Setor

Segundo resultado de pesquisa de opinião, promovida pela Abradee em 2006, a Celesc é *benchmarking* para o Setor nos quesitos: Dia do vencimento da conta de luz; Entrega da conta com antecedência; Educação dos funcionários; Empresa preocupada com o meio ambiente; Empresa preocupada com a satisfação dos clientes; Empresa que contribui para o desenvolvimento da região, e Rapidez no atendimento.

Estratégias e Perspectivas

Atenção às melhores oportunidades de crescimento e geração de valor para os acionistas.

Relação entre Partes Interessadas e Campos de Resultados



O processo de formulação das estratégias da Celesc alinha-se às expectativas dos *stakeholders* e está vinculado ao Contrato de Gestão, instrumento gerencial que dispõe sobre as metas a serem alcançadas, firmado entre o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva.

Os Principais Objetivos da Empresa são:

- » **Mercado e Imagem:** Fortalecer a presença no mercado e elevar o índice de satisfação dos clientes, com ênfase na ampliação e modernização da infra-estrutura produtiva (sistema elétrico), na modernização e descentralização dos serviços de atendimento aos clientes e no aumento da qualidade dos serviços prestados.
- » **Econômico-Financeiro:** elevar o resultado operacional e remunerar os acionistas, com ênfase no aumento da produtividade, gestão eficiente dos ativos e investimentos, redução dos custos operacionais e de manutenção, além de ampliar e fortalecer os negócios de energia, com ênfase nas parcerias com a iniciativa privada para aumentar a capacidade de geração de energia elétrica e energias alternativas.
- » **Patrimônio Humano:** elevar o nível de motivação e comprometimento e melhorar a segurança no trabalho, com ênfase na busca da satisfação e qualificação dos empregados.
- » **Social e Ambiental:** atender a conformidade ambiental na operação e manutenção do sistema elétrico e nos novos empreendimentos; implantar ações de responsabilidade social; atender aos planos de universalização do acesso à energia elétrica; priorizar ações que visem reduzir os impactos no ambiente urbano e rural, focando também a inclusão social e os investimentos em cultura.
- » **Tecnologia e Processos:** buscar melhoria contínua na gestão e modernização tecnológica, com ênfase na Governança Corporativa, aprimorar modelo de gestão, automação da distribuição, eficiência energética e programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Perspectivas e Investimentos Futuros

A Celesc continuará investindo na qualidade de seus serviços, focando, principalmente, em manutenção e modernização de equipamentos e da sua rede.

Devido à posição financeira de baixa alavancagem, a Empresa está pronta para investir e aproveitar as melhores oportunidades de negócio, economicamente viáveis e com retorno adequado. Nesse sentido, a Celesc está atenta e poderá realizar negócios no segmento de geração de energia elétrica, bem como em outros segmentos, tais como gás e fontes renováveis e alternativas.

A aquisição da SCGás, em dezembro de 2006, comprova tal estratégia e coloca a Empresa em outro patamar de negócios, diversificando sua carteira de clientes e ampliando a gama de produtos que oferece ao mercado.

Reconhecimentos e Premiações

Prestar o melhor serviço é premissa básica da Celesc e a maior prova de que tal objetivo tem sido alcançado está no reconhecimento público de seu trabalho.

Atuação séria e de qualidade fazem da Celesc uma empresa referência no Setor.



Melhor Empresa do País na Avaliação do Cliente - Abradee

A pesquisa coloca a Empresa como referência nacional em sete dos 27 quesitos analisados:

- » Dia de vencimento da conta
- » Entrega da conta com antecedência
- » Educação dos funcionários
- » Empresa preocupada com o meio ambiente
- » Empresa preocupada com a satisfação dos clientes
- » Empresa que contribui para o desenvolvimento da região
- » Rapidez no atendimento



Prêmio CIER de Qualidade – Satisfação do Cliente

A Celesc é tetracampeã do prêmio máximo (Categoria Ouro – Edições 2003, 2004, 2005 e 2006), concedido pela Comissão de Integración Energética Regional, que reúne as 32 maiores distribuidoras de energia elétrica da América do Sul.

Troféu Apimec

A Celesc recebeu o troféu Prata da Apimec – SP (Associação dos Profissionais do Mercado de Capitais de São Paulo) por sua assiduidade na apresentação das demonstrações contábeis e financeiras, nos últimos cinco anos.

Prêmio Empresa Cidadã – Participação Comunitária

Concedido pela Associação dos Dirigentes de Venda e Marketing do Brasil, pela participação da Empresa nos projetos Tô Ligado! e Energia do Futuro.



Prêmio Fritz Müller – Gestão Ambiental

Concedido pela FATMA, em reconhecimento aos esforços para a conformidade ambiental da área de geração; para a promoção da educação ambiental em projetos do Programa Celesc de Eficiência Energética; e para o desenvolvimento de projetos na área de energia alternativa.



Selo Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente

A Celesc é a única empresa catarinense a receber a certificação pelos compromissos assumidos nas áreas de educação, saúde, erradicação do trabalho infantil, direitos civis e investimentos na criança e no adolescente.

Melhor Empresa de Serviços da Região Sul Revista *Exame* *Melhores e Maiores*

O crescimento das vendas, investimento, liderança de mercado, liquidez corrente, rentabilidade do patrimônio e riqueza criada por empregado foram os critérios avaliados pela revista *Exame*, para conceder à Celesc o título de Melhor Empresa da Região Sul. A Celesc desponta em outros quesitos do Anuário: 8ª entre as 100 Maiores do Sul, 10ª entre as 50 maiores estatais do País, 20ª entre as 50 maiores de serviços por vendas e a 60ª no ranking das 500 maiores por vendas.

Em Santa Catarina, ainda segundo o anuário de *Exame*, a Celesc é a 3ª maior empresa no quesito Vendas, a 4ª em Riqueza Gerada por Empregado, a 6ª em Rentabilidade, a 9ª em Crescimento de Vendas no Ano, a 10ª em Investimento no Imobilizado e 8ª em Liquidez Corrente.



Informações Corporativas

Relações com Investidores

Aldo R. Schuhmacher

Endereço: Avenida Itamarati, 160 – Itacorubi
88034-900 Florianópolis – SC
Fone: (55) (48) 3231-5100
E-mail: aldors@celesc.com.br
Website: www.celesc.com.br/ri

Bolsa de Valores de São Paulo - Bovespa

Endereço: Rua XV de Novembro, 275
01013-001 - São Paulo – SP
Fone: (55) (11) 3233-2000 - Fax: (55) (11) 3242-3550
E-mail: bovespa@bovespa.com.br

Consultoria de RI

Financial Investor Relations Brasil – FIRB
Endereço: Rua Funchal, 375 - 2º andar
04551-060 - São Paulo - SP
Fone/Fax: (55) (11) 3897-6857
E-mail: atendimento@firb.com
Website: www.firb.com

Instituição Depositária

Banco Itaú S.A.
Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707 - 9º andar
Torre Eudoro Villela - Lado Laranja - Superintendência de Serviços para Empresas
04322-902 - São Paulo - SP
Investfone: (11) 5029 7780

Sede da Celesc

Endereço: Avenida Itamarati, 160 – Itacorubi
88034-900 - Florianópolis – SC
Fone: (55) (48) 3231-5000 / 3231-6000 - Fax: (55) (48) 3231-6530
E-mail: celesc@celesc.com.br
Website: <http://www.celesc.com.br>



Celesc | Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.
Relatório Anual **2006**

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)				
ATIVO	CONTROLADORA		CONTROLADORA	
	2006	2005	2006	2005
Circulante	272.515	1.246.130	105.058	847.499
Numerário Disponível	7.842	113.433	19.182	266.642
Aplicações no Mercado Aberto	4.119	90.745	75	9.707
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	364.067	934.103	-	1.026
Títulos a Receber	-	111.322	-	83.275
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(227.678)	(199.955)	41.325	135.340
Dividendos a Receber	46.755	-	-	35.664
Tributos a Compensar	8.924	17.762	-	46.099
Serviços em Curso	-	47.594	30.068	122.367
Estoque	-	13.259	4.992	4.692
Conta de Compensação de Variação de Custos da "Parcela A" CVA	-	88.666	1.076	46.323
Controladas	40.479	-	-	13.262
Ativos Regulatórios PIS e COFINS	-	6.466	287	63.114
Outros Créditos	28.007	22.735	8.053	19.988
Não Circulante	1.303.738	2.051.265	265.215	1.406.821
Realizável a Longo Prazo	474.986	706.629	265.215	1.406.821
Contas a Receber do Estado de Santa Catarina	33.786	30.988	-	137.993
Títulos a Receber	-	158.038	-	427.470
Tributos a Compensar	2.339	23.273	-	571.645
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	141.289	370.848	222.239	107.536
Conta de Compensação de Variação de Custos da "Parcela A" CVA	-	41.927	12.480	96.765
Investimentos Temporários	96.521	31.448	25.554	30.892
Controladas	197.875	-	-	31.858
Ativos Regulatórios PIS e COFINS	-	46.409	2.281	-
Outros Créditos	3.176	3.698	2.661	2.662
Permanente	828.752	1.344.636	1.205.980	1.043.075
Investimentos	828.752	88.519	696.200	696.200
Imobilizado Líquido	-	1.256.117	509.780	346.875
TOTAL DO ATIVO	1.576.253	3.297.395	1.576.253	3.297.395

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS Exercícios Findos em 31 de Dezembro (valores expressos em milhares de reais)		
	CONTROLADORA	
	2006	2005
Receita Operacional Bruta	3.462.728	4.365.189
Fornecimento de Energia Elétrica	3.238.809	4.104.063
Suprimento de Energia Elétrica	6.602	14.320
Ajuste Financeiro IRT 2005	(31.312)	-
Disponibilização da Rede Elétrica	98.885	77.795
Encargo de Capacidade Emergencial	857	99.471
Energia Elétrica de Curto Prazo	102.056	(48)
Arrendamento e Aluguéis	20.929	34.392
Outras Receitas	25.902	35.196
(-) Deduções da Receita Operacional	1.037.816	1.370.729
ICMS sobre Energia Elétrica	695.742	892.175
PIS	59.125	72.541
COFINS	267.277	323.670
ISS	202	110
Reserva Global de Reversão RGR	14.889	14.309
Encargo de Capacidade Emergencial	581	67.924
(=) Receita Operacional Líquida	2.424.912	2.994.460
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	1.571.298	1.980.712
Custo com Energia Elétrica	1.307.249	1.679.719
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.106.878	1.450.131
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão	200.371	229.588
Custo de Operação	247.613	299.662
Pessoal e Administradores	129.326	157.773
Entidade de Previdência Privada	2	-
Material	20.249	22.324
Serviço de Terceiros	32.505	34.284
Depreciação	63.362	83.437
Outras Despesas	2.169	1.844
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	16.436	1.331
(=) Lucro Operacional Bruto	853.614	1.013.748
(-) Despesas Operacionais	899.300	698.247
Despesas com Vendas	147.765	130.845
Despesas Gerais e Administrativas	192.055	221.579
Outras Despesas Operacionais	559.480	345.823
(=) Resultado do Serviço	(45.686)	315.501
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras	169.152	(14.367)
(=) Resultado Operacional	123.466	301.134
(+) Receita Não Operacional	30.993	14.831
(-) Despesa Não Operacional	6.465	60.598
(=) Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	147.994	255.367
(-) Provisão para Imposto de Renda	62.170	54.332
(-) Provisão para Contribuição Social	25.174	20.874
(+/-) Imposto de Renda Diferido	74.665	(9.295)
(+/-) Contribuição Social Diferido	28.331	(3.763)
(=) Lucro Antes da Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	163.646	167.103
(+) Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	50.000	40.375
(=) Lucro do Exercício	213.646	207.478
Lucro por Lote de 100 Ações em Reais	553,90	537,91

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS Exercícios Findos em 31 de Dezembro (valores expressos em milhares de reais)			
	CONTROLADORA		
	2006	2005	
Origens dos Recursos	2.274.321	335.726	
Das Operações	213.646	207.478	
Resultado do Exercício	-	-	
Itens que não Afetam o Capital Circulante Líquido:			
Depreciação e Amortização	73.678	96.169	
Custo das Baixas do Ativo Permanente	1.712.867	9.783	
Contingências Fiscais de Longo Prazo	(84.285)	4.138	
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	75.756	(3.759)	
Provisão/Reversão para Desvalorização de Investimentos Temporários	-	57.089	
Ativos Regulatórios	37.221	(13.292)	
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(36.143)	
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	229.559	(13.773)	
Juros e Variações Monetárias Líquidas	15.879	28.036	
De Terceiros	495.451	368.826	
Financiamentos Obtidos	8.050	61.158	
Repasse de Convênios	30.697	31.731	
Adições em Obrigações Especiais	-	12.379	
Baixa de Depósitos Judiciais	105.936	17.910	
Baixa de Itens do Realizável a Longo Prazo	213.984	20.982	
Benefícios Pós-Emprego	-	35.589	
Variação de Custos da "Parcela A" CVA	46.085	39.373	
Realizável a Longo Prazo Transferido para Circulante	88.418	149.704	
Controladas	2.281	-	
Total das Origens	2.769.772	704.552	
Aplicações de Recursos			
Em Depósitos Judiciais	66.989	43.991	
Em Outros Itens do Realizável a Longo Prazo	21.485	25.123	
No Investimento	813.409	200	
No Imobilizado	233.407	250.012	
Juros sobre o Capital Próprio	50.000	40.375	
Dividendos Propostos	741	8.901	
Variação de Custos da "Parcela A" CVA	25.687	61.291	
Redução de Exigíveis a Longo Prazo Subsidiárias	1.381.233	-	
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante	186.004	161.005	
Controladas	197.875	-	
Parcelamento de Consumidores	24.116	86.989	
Total das Aplicações	3.000.946	677.887	
Aumento (Redução) Capital Circulante Líquido	(231.174)	26.665	
Demonstração das Variações do Capital Circulante Líquido			
Ativo Circulante	(973.615)	132.574	
No Início do Exercício	1.246.130	1.113.556	
No Fim do Exercício	272.515	1.246.130	
Passivo Circulante	(742.441)	105.909	
No Início do Exercício	847.499	741.590	
No Fim do Exercício	105.058	847.499	
Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido	(231.174)	26.665	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (valores expressos em milhares de reais)				
Lucro do Período	CONTROLADORA		CONTROLADORA	
	2006	2005	2006	2005
	213.646	207.478		
Itens que Não Afetam o Caixa:				
Depreciação e Amortização	73.678	96.169		
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(36.143)		
Custo das Baixas do Ativo Permanente	1.712.867	9.783		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	27.723	46.774		
Provisão/Reversão para Desvalorização de Investimentos Temporários	-	57.089		
Contingências Fiscais de Longo Prazo	(84.285)	4.138		
Ativos Regulatórios	-	(9.910)		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	229.559	(13.773)		
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	75.756	(3.759)		
Juros e Variações Monetárias Líquidas	15.879	28.036		
	2.264.823	385.882		
Variações no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	570.036	(213.829)		
Títulos a Receber	269.360	(70.322)		
Tributos a Compensar	29.772	7.620		
Serviços em Curso	47.594	(5.909)		
Estoque	13.259	(3.545)		
Conta de Compensação de Variação de Custos da "Parcela A" CVA	-	117.576		
Ativos Regulatórios	186.289	-		
Despesas Antecipadas	(2)	81		
Contas a Receber do Estado de Santa Catarina	-	8.327		
Controladas	(197.875)	-		
Investimentos	3	-		
Dividendos	(43.607)	-		
Depósitos Judiciais	38.947	(26.081)		
Outras Contas a Receber	(48.374)	3.104		
	865.402	(182.978)		
Variações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo				
Fornecedores			(247.460)	(22.524)
Taxas Regulamentares			(94.015)	51.627
Entidade de Previdência Privada			(474.157)	(13.770)
Benefícios Pós-Emprego			(617.744)	(3.001)
Tributos e Contribuições Sociais			(99.310)	(2.812)
Passivo Regulatório			(51.695)	25.469
Remunerações e Encargos Provisionados			(72.459)	13.702
Controladas			2.281	-
Dividendos Declarados e Juros sobre o Capital Próprio			(45.247)	1.870
Outras			(11.935)	(958)
			(1.711.741)	49.603
Total das Atividades Operacionais			1.418.484	252.507
Atividades de Investimentos				
Investimentos			(813.409)	(200)
Imobilizado			(233.407)	(250.012)
Obrigações Especiais			(319.618)	12.379
			(1.366.434)	(237.833)
Total das Atividades de Investimento				
Atividades de Financiamento				
Empréstimos e Financiamentos Líquido			(224.222)	31.421
Repasse de Convênios			30.697	31.731
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio			(50.741)	(49.276)
			(244.266)	13.876
Total das Atividades de Financiamento				
Total dos Efeitos de Caixa			(192.216)	28.550
Saldo Inicial			204.178	175.628
Saldo Final			11.962	204.178
Variação no Caixa			(192.216)	28.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Exercícios Findos em 31 de Dezembro (Valores expressos em milhares de Reais)					
ATIVO	CONSOLIDADO		PASSIVO	CONSOLIDADO	
	2006	2005		2006	2005
Circulante	1.270.449	1.246.130	Circulante	960.595	847.499
Numerário Disponível	119.942	113.433	Fornecedores	299.581	266.642
Aplicações no Mercado Aberto	9.511	90.745	Folha de Pagamento e Encargos Sociais	15.121	9.707
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	969.095	934.103	Encargos de Dívidas	873	1.026
Títulos a Receber	142.919	111.322	Empréstimos e Financiamentos	68.827	83.275
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(276.583)	(199.955)	Taxas Regulamentares	168.228	135.340
Dividendos a Receber	3.148	-	Entidade de Previdência Privada	34.934	35.664
Tributos a Compensar	66.251	17.762	Benefícios Pós-Emprego	55.574	46.099
Serviços em Curso	26.768	47.594	Tributos e Contribuições Sociais	128.300	122.367
Estoque	25.304	13.259	Programa Parcelamento Especial Paes	4.992	4.692
Conta de Compensação de Variação de Custos da "Parcela A" CVA	107.241	88.666	Dividendos Declarados e Juros sobre o Capital Próprio	1.076	46.323
Ativos Regulatórios PIS e COFINS	7.155	6.466	Conta de Compensação de Variação de Custos da "Parcela A" CVA	60.952	13.262
Outros Ativos Regulatórios	26.876	-	Obrigações Estimadas	62.072	63.114
Outros Créditos	42.822	22.735	Outros Passivos Regulatórios	22.274	-
	2.274.987	2.051.265	Outras Contas a Pagar	37.791	19.988
Não Circulante	2.274.987	2.051.265	Não Circulante	1.378.861	1.406.821
Realizável a Longo Prazo	827.585	706.629	Exigível a Longo Prazo	1.372.475	1.406.821
Contas a Receber do Estado de Santa Catarina	33.786	30.988	Empréstimos e Financi		

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		
Exercícios Findos em 31 de Dezembro (valores expressos em milhares de reais)		
	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Receita Operacional Bruta	4.654.097	4.365.189
Fornecimento de Energia Elétrica	4.345.560	4.104.063
Suprimento de Energia Elétrica	8.902	14.320
Ajuste Financeiro IRT 2005	(21.016)	-
Disponibilização da Rede Elétrica	133.136	77.795
Recomposição Tarifária Extraordinária RTE	253	-
Encargo de Capacidade Emergencial	857	99.471
Energia Elétrica de Curto Prazo	125.884	(48)
Arrendamento e Aluguéis	28.047	34.392
Outras Receitas	32.474	35.196
(-) Deduções da Receita Operacional	1.384.403	1.370.729
ICMS sobre Energia Elétrica	926.596	892.175
PIS	79.107	72.541
COFINS	357.612	323.670
ISS	215	110
Reserva Global de Reversão RGR	20.293	14.309
Encargo de Capacidade Emergencial	580	67.924
(=) Receita Operacional Líquida	3.269.694	2.994.460
(-) Custo do Serviço de Energia Elétrica	2.093.331	1.980.712
Custo com Energia Elétrica	1.738.812	1.678.719
Energia Elétrica Comprada para Revenda	1.488.664	1.450.131
Encargo de Uso do Sistema de Transmissão	250.148	229.588
Custo de Operação	337.894	299.662
Pessoal e Administradores	177.252	157.773
Entidade de Previdência Privada	2	-
Material	27.565	22.324
Serviço de Terceiros	44.817	34.284
Depreciação	85.561	83.437
Outras Despesas	2.697	1.844
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	16.625	1.331
(=) Lucro Operacional Bruto	1.176.363	1.013.748
(-) Despesas Operacionais	972.768	698.247
Despesas com Vendas	171.848	130.845
Despesas Gerais e Administrativas	254.791	221.579
Outras Despesas Operacionais	546.129	345.823
(=) Resultado do Serviço	203.595	315.501
(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras	(251)	(14.367)
(=) Resultado Operacional	203.344	301.134
(+) Receita Não Operacional	36.969	14.831
(-) Despesa Não Operacional	6.930	60.598
(=) Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	233.383	255.367
(-) Provisão para Imposto de Renda	62.369	54.332
(-) Provisão para Contribuição Social	25.284	20.874
(+) Imposto de Renda Diferido	12.106	9.295
(-) Contribuição Social Diferido	5.810	3.763
(=) Lucro Antes da Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	163.646	167.103
(-) Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	50.000	40.375
(=) Lucro do Exercício	213.646	207.478
Lucro por Lote de 100 Ações em Reais	553,90	(*) 537,91

(*) Lucro por lote Ações de 2005 foi representado tendo em vista o grupamento de ações realizado em 2006.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Exercícios Findos em 31 de Dezembro (valores expressos em milhares de reais)		
	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Origens dos Recursos		
Das Operações	448.043	335.726
Resultado do Exercício	213.646	207.478
Itens que não Afetam o Capital Circulante Líquido:		
Depreciação e Amortização	99.647	96.169
Custo das Baixas do Ativo Permanente	24.559	9.783
Contingências Fiscais de Longo Prazo	(35.563)	4.138
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias.	322.545	(3.759)
Benefícios Pós-Emprego	(212.374)	-
Provisão/Reversão para Desvalorização de Investimentos Temporários	-	57.089
Ativos Regulatórios	-	(13.292)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(36.143)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.646	(13.773)
Juros e Variações Monetárias Líquidas	17.937	28.036
De Terceiros	325.340	368.826
Financiamentos Obtidos	8.050	61.158
Repasse de Convênios	30.697	31.731
Adições em Obrigações Especiais	10.357	12.379
Baixa de Depósitos Judiciais	119.857	17.910
Baixa de Itens do Realizável a Longo Prazo	35.445	20.982
Benefícios Pós-Emprego	-	35.589
Variação de Custos da "Parcela A" CVA	53.926	39.373
Realizável a Longo Prazo Transferido para Circulante	60.822	149.704
Resultado de Exercícios Futuros	6.386	-
Total das Origens	773.583	704.552
Aplicações de Recursos		
Em Depósitos Judiciais	146.339	43.991
Em Outros Itens do Realizável a Longo Prazo	53.556	25.123
No Investimento	19.784	200
No Imobilizado	313.318	250.012
Juros sobre o Capital Próprio	50.000	40.375
Dividendos Propostos	741	8.901
Variação de Custos da "Parcela A" CVA	54.476	61.291
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante	166.233	161.005
Parcelamento de Consumidores	57.913	86.989
Total das Aplicações	862.360	677.887
Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido	(88.777)	26.665
Demonstração das Variações do Capital Circulante Líquido		
Ativo Circulante	24.319	132.574
No Início do Exercício	1.246.130	1.113.556
No Fim do Exercício	1.270.449	1.246.130
Passivo Circulante	113.096	105.909
No Início do Exercício	847.499	741.590
No Fim do Exercício	960.595	847.499
Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido	(88.777)	26.665

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Exercícios Findos em 31 de Dezembro				
(valores expressos em milhares de reais)				
	CONSOLIDADO		CONSOLIDADO	
	2006	2005	2006	2005
Lucro do Período	213.646	207.478		
Itens que Não Afetam o Caixa:				
Depreciação e Amortização	99.647	96.169		
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	(36.143)		
Custo das Baixas do Ativo Permanente	24.559	9.783		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	76.628	46.774		
Provisão/Reversão para Desvalorização de Investimentos Temporários	-	57.089		
Contingências Fiscais de Longo Prazo	(35.563)	4.138		
Ativos Regulatórios	-	(9.910)		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.646	(13.773)		
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	322.545	(3.759)		
Juros e Variações Monetárias Líquidas	17.937	28.036		
	737.045	385.882		
Variações no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	(34.992)	(213.829)		
Títulos a Receber	(89.510)	(70.322)		
Tributos a Compensar	(56.011)	7.620		
Serviços em Curso	20.826	(5.909)		
Estoque	(12.045)	(3.545)		
Conta de Compensação de Variação de Custos da "Parcela A" CVA	-	117.576		
Ativos Regulatórios	(48.589)	-		
Despesas Antecipadas	(2)	81		
Contas a Receber do Estado de Santa Catarina	-	8.327		
Investimentos	(65.073)	-		
Depósitos Judiciais	(26.482)	(26.081)		
Outras Contas a Receber	(22.711)	3.104		
	(334.589)	(182.978)		
Variações no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo				
Fornecedores	32.939	(22.524)		
Taxas Regulamentares	32.883	51.627		
Entidade de Previdência Privada	(14.308)	(13.770)		
Benefícios Pós-Emprego	(259.480)	(3.001)		
Tributos e Contribuições Sociais	(1.078)	(2.812)		
Passivos Regulatórios	92.032	25.469		
Remunerações e Encargos Provisórios	4.372	13.702		
Resultado de Exercícios Futuros	6.386	-		
Dividendos Declarados e Juros sobre o Capital Próprio	(45.247)	1.870		
Outras	17.808	(958)		
	(133.693)	49.603		
Total das Atividades Operacionais	268.763	252.507		
Atividades de Investimentos				
Investimentos	45.292	(200)		
Imobilizado	(313.318)	(250.012)		
Obrigações Especiais	10.357	12.379		
Total das Atividades de Investimento	(257.669)	(237.833)		
Atividades de Financiamento				
Empréstimos e Financiamentos Líquido	(65.775)	31.421		
Repasse de Convênios	30.697	31.731		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(50.741)	(49.276)		
Total das Atividades de Financiamento	(85.819)	13.876		
Total dos Efeitos de Caixa	(74.725)	28.550		
Saldo Inicial	204.178	175.628		
Saldo Final	129.453	204.178		
Variação no Caixa	(74.725)	28.550		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO	
(valores expressos em milhares de reais)	

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Celesc, *holding*, Sociedade Anônima de Capital Aberto, controladora, desde 2 de outubro de 2006, das subsidiárias integrais **Celesc Geração S.A.** e **Celesc Distribuição S.A.**, e de participações minoritárias em atividades afins, tem como acionista controlador o Estado de Santa Catarina, que detém 50,18% das ações ordinárias.

A Celesc, por meio de suas subsidiárias integrais, tem por objeto executar a política de energia formulada pelo Estado de Santa Catarina; realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; planejar, projetar, construir e explorar sistemas de produção, transmissão, transporte, armazenamento, transformação, distribuição e comercialização de energia, principalmente a elétrica, bem como serviços correlatos; operar os sistemas diretamente, por meio de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia, particularmente a elétrica; desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de geração, distribuição e comercialização de energia, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos; realizar pesquisas científicas e tecnológicas de sistemas alternativos de produção energética, telecomunicações e infra-estrutura de serviços públicos.

2. AMBIENTE REGULATÓRIO

O processo de desverticalização das atividades de geração e distribuição cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 3 de outubro de 2006. A versão de ativos e passivos correspondentes a cada segmento e os principais saldos dos ativos e passivos transferidos para as subsidiárias integrais de Geração e Distribuição estão demonstrados na Nota Explicativa 40, das Demonstrações Contábeis.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em milhares de reais, consoantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil (Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, atualizada pela Lei Federal nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, Lei Federal nº 9.457, de 06 de maio de 1997 e pela Lei Federal nº 10.303, de 31 de outubro de 2001), emanadas com as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários CVM, e as aplicáveis às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica e observância ao Ofício Circular ANEEL nº 2.396, de 28 de dezembro de 2006.

3.1. Consolidação

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis da *holding* com as das controladas subsidiárias integrais Celesc Geração S.A. e Celesc Distribuição S.A., eliminando-se efeitos relevantes de ativos, passivos, receitas e despesas decorrentes de transações efetuadas entre as empresas.

As referidas Demonstrações Contábeis são apresentadas como "**CONTROLADORA**" e "**CONSOLIDADO**" e adicionalmente incluídos o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, das subsidiárias integrais de Geração e Distribuição, as quais iniciaram suas atividades operacionais em 02 de outubro de 2006 quando da anuência concedida pela ANEEL.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

4.1. Práticas Contábeis Específicas do Setor Elétrico

a) Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica

A Celesc e suas controladas adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterado pela Resolução ANEEL nº 668, de 26 de dezembro de 2001, pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 473, de 06 de março de 2006, pela Resolução Normativa ANEEL nº 219, de 11 de abril de 2006, pelos Despachos ANEEL nº 3.033 e nº 3.034, de 21 de dezembro de 2006 e pelo Despacho ANEEL nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006.

b) Custos Indiretos de Obras em Andamento

Parte dos gastos da administração central é apropriado às imobilizações em curso. Essa apropriação é feita mensalmente e corresponde aos gastos com pessoal próprio e mão-de-obra de terceiros aplicados em projetos de investimento.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da "Parcela A" CVA

Destina-se a contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, incluídos na Conta de Compensação da Variação dos Custos da "Parcela A" CVA, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica. Referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia Selic.

d) Exclusão do Programa de Integração Social PIS e da Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social COFINS

Em decorrência da mudança da sistemática de apuração do PIS e da COFINS, pelas Leis Federais nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002 e nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, a ANEEL excluiu tais tributos do cálculo das tarifas de energia elétrica. A partir do reajuste tarifário de 07 de agosto de 2005, pela Resolução Homologatória ANEEL nº 161, de 01 de agosto de 2005, a Celesc foi autorizada a cobrar separadamente o PIS e a COFINS dos consumidores. Desde então, o montante desses tributos está sendo destacado nas faturas de energia elétrica.

e) Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Contempla os pagamentos efetuados por consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, registrados pelos valores originais das contribuições alocadas aos empreendimentos.

Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Controlada Celesc Distribuição S.A., conforme disposições estabelecidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Em virtude de sua natureza, essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

4.2. Práticas Contábeis Gerais

a) Numerário Disponível e Aplicações no Mercado Aberto

Contempla o saldo de aplicações financeiras que são registradas pelos valores originais aplicados, atualizadas até 31 de dezembro de 2006, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras. Contempla, também, o saldo mantido em conta corrente bancária e os valores arrecadados e ainda não repassados pelos agentes arrecadadores.

b) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Refere-se aos serviços medidos e faturados aos consumidores pendentes de recebimento até 31 de dezembro de 2006. Contempla as receitas decorrentes do fornecimento de energia elétrica ainda não faturadas, contabilizadas com base no consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês.

c) Títulos a Receber

Registrados na Controlada Celesc Distribuição S.A., correspondem a créditos derivados da venda de energia, negociados parceladamente, acrescidos de multas calculadas até a data da negociação, conforme determina a ANEEL, e de juros remuneratórios calculados até 31 de dezembro de 2006.

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Está constituída conforme determina a ANEEL pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

e) Estoque

Registrados na Controlada Celesc Distribuição S.A., refere-se a materiais destinados à manutenção das operações e contabilizados ao custo médio das compras. Os materiais destinados às construções são classificados como imobilizações em curso e avaliados pelo custo histórico.

f) Contas a Receber do Estado de Santa Catarina

Corresponde a dívidas do Estado de Santa Catarina assumidas junto a Celesc, acrescidas, quando aplicável, de juros e atualizações monetárias, calculadas mensalmente segundo as disposições estabelecidas nos contratos firmados, conforme demonstrado na nota 13.

g) Investimentos Temporários

Os investimentos temporários são representados por participações em outras sociedades e registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para desvalorização, quando aplicável.

h) Imobilizado

Registrado na Controlada Celesc Distribuição S.A, apresenta-se registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da cota de depreciação acumulada, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994.

Em função do disposto na Instrução Contábil 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros, encargos financeiros e variações monetárias relativas aos financiamentos obtidos junto a terceiros, efetivamente aplicados nas imobilizações em curso, estão registrados neste subgrupo como "Custo", conforme demonstrado na nota 16.

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão estão demonstradas como retificadoras do Imobilizado e referem-se, principalmente, a recursos recebidos dos consumidores destinados a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Estas obrigações estão diretamente vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica, e sua eventual liquidação ocorrerá de acordo com determinações da ANEEL.

5. NUMERÁRIO DISPONÍVEL E APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

As disponibilidades da Celesc e suas controladas Celesc Geração S.A. e Celesc Distribuição S.A. estão aplicadas em bancos Federais, Estadual e Privados, em contas correntes e em aplicações financeiras conforme segue:

CONTROLADORA			
Numerário Disponível	2006	2005	
Bancos Federais	1.445	29.121	
Banco Estadual	4.137	74.410	
Bancos Privados	2.260	9.902	
	7.842	113.433	
CONSOLIDADO			
Numerário Disponível	2006	2005	
Bancos Federais	29.341	29.121	
Banco Estadual	76.657	74.410	
Bancos Privados	13.944	9.902	
	119.942	113.433	

CONTROLADORA					
Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Taxas	2006	2005
Banco do Brasil S.A.	CDB	Diversos	99,5% CDI	509	28.012
Banco do Brasil S.A.	Fundo CDI	Indeterminado	Taxa Flutuante	-	166
Caixa Econômica Federal	CDB	Diversos	99 % CDI	278	9.412
Banco Bradesco S.A.	CDB/RDB	Diversos	98,7% CDI	3.317	5.048
BESC S.A.	Fundo Prime	Diversos	99,17% CDI	15	48.107
				4.119	90.745

CONSOLIDADO					
Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Taxas	2006	2005
Banco do Brasil S.A.	CDB	Diversos	99,5% CDI	509	28.012
Banco do Brasil S.A.	Fundo CDI	Indeterminado	Taxa Flutuante	-	166
Caixa Econômica Federal	CDB	Diversos	99 % CDI	1.325	9.412
Banco Bradesco S.A.	CDB/RDB	Diversos	98,7% CDI	3.317	5.048
BESC S.A.	Fundo Prime	Diversos	99,17% CDI	4.360	48.107
				9.511	90.745

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

CONTROLADORA								
Consumidor Concessionárias Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD		Saldo	
					2006	2005	2006	2005
Residencial	22	1.278	20.190	21.490	(21.131)	(17.608)	359	125.634
Industrial	144	5.726	127.984	133.854	(79.103)	(85.863)	54.751	175.194
Com., Serviços e Outras Atividades	4	602	23.647	24.253	(21.084)	(20.123)	3.169	52.204
Rural	3	441	7.056	7.500	(3.435)	(4.802)	4.065	28.185
Poder Público	-	2.846	26.032	28.878	(17.559)	(18.626)	11.319	11.747
Iluminação Pública	-	102	14.544	14.646	(11.699)	(11.030)	2.947	4.693
Serviço Público	-	3.189	96.678	99.867	(72.570)	(41.860)	27.297	36.780
Ajuste Fin. Revisão Tarifária (a)	-	-	-	-	-	-	-	91.342
Fornecimento Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	125.048
Subtotal Consumidores	173	14.184	316.131	330.489	(226.580)	(199.912)	103.907	650.827
Energia Livre (b)	-	-	-	-	-	-	-	39.791
Suprimentos (c)	27.445	146	2.298	29.889	(1.098)	-	28.791	25.894
Leilão de Energia	1.703	-	-	1.703	-	-	1.703	1.286
Outros Créditos	1.986	-	-	1.986	-	-	1.986	16.393
	31.307	14.331	318.429	364.067	(227.678)	(199.912)	136.387	734.191

CONSOLIDADO								
Consumidor Concessionárias Permissionárias	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	PCLD		Saldo	
					2006	2005	2006	2005
Residencial	79.965	55.185	19.688	154.838	(21.131)	(17.608)	133.707	125.634
Industrial	103.479	45.560	135.601	284.640	(79.103)	(85.863)	205.537	175.194
Com., Serviços e Outras Atividades	38.598	24.631	24.050	87.279	(21.084)	(20.123)	66.195	52.204
Rural	22.545	5.072	8.014	35.631	(3.435)	(4.802)	32.196	28.185
Poder Público	7.802	10.292	25.366	43.460	(17.559)	(18.626)	25.901	11.747
Iluminação Pública	3.134	380	13.121	16.635	(11.699)	(11.030)	4.936	4.693
Serviço Público	6.398	9.445	95.805	111.648	(72.570)	(41.860)	39.078	36.780
Ajuste Fin.Revisão Tarifária (a)	-	-	-	-	-	-	-	91.342
Fornecimento Não Faturado	136.031	-	-	136.031	-	-	136.031	125.048
Subtotal Consumidores	397.952	150.565	321.645	870.162	(226.581)	(199.912)	643.581	650.827
Energia Livre (b)	40.023	-	-	40.023	-	-	40.023	39.791
Suprimentos (c)	43.985	147	2.298	46.430	-	-	46.430	25.894
Leilão de Energia	3.529	-	-	3.529	-	-	3.529	1.286
Outros Créditos	8.951	-	-	8.951	-	-	8.951	16.393
	494.440	150.712	323.943	969.095	(226.581)	(199.912)	742.514	734.191

a) Ajuste Financeiro da Revisão Tarifária

Pela Resolução Homologatória ANEEL nº 193, de 05 de agosto de 2004, o reposicionamento tarifário a ser aplicado sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica foi definido de forma provisória em 4,5%.

Em atendimento ao princípio da modicidade tarifária e a condição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, as tarifas foram reposicionadas de forma definitiva em 9,89% pela Resolução Homologatória ANEEL nº 158, de 1ª de agosto de 2005, aprovou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da Celesc.

A diferença entre 4,5% e 9,89% constituiu-se um ativo regulatório, que foi compensado no período de 07 de agosto de 2005 a 06 de agosto de 2006. Este ativo homologado pela ANEEL correspondeu a um acréscimo de receita no valor de R\$138,9 milhões, reconhecida no exercício de 2005, e integralmente recebida até o final do exercício de 2006.

b) Energia Livre

O crédito constituído pela Celesc refere-se à energia elétrica disponibilizada no âmbito da CCEE, durante o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica PERCEE.

No ano de 2001 foi implementado o "Acordo Geral do Setor Elétrico" entre as concessionárias geradoras, distribuidoras e o Governo Federal. O acordo assumido foi operacionalizado pela ANEEL, que estabeleceu os critérios para recomposição das receitas e perdas extraordinárias relativas ao período de vigência do PERCEE.

A ANEEL pela Resolução nº 36, de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução nº 89, de 25 de fevereiro de 2003, estabeleceu os procedimentos para recuperação e repasse aos geradores e distribuidores, a partir de fevereiro de 2003, dos valores de energia livre.

O montante de energia livre foi homologado pelas Resoluções ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004 e nº 45, de 03 de março de 2004, que conferem a Celesc o direito ao reembolso de energia livre na proporção de 1,654% do total homologado, o que corresponde a R\$46,9 milhões (valor histórico), com prazo de realização em 72 meses, a partir de janeiro de 2003.

Os créditos para a Celesc, após a conclusão do processo de liquidação em julho de 2003, estão demonstrados a seguir:

CONTROLADORA		
Descrição	2006	2005
Saldo Inicial	-	53.262
Remuneração Financeira	-	8.433
Valor Recebido	-	(21.904)
Saldo Final	-	39.791

CONSOLIDADO		
Descrição	2006	2005
Saldo Inicial	39.791	53.262
Remuneração Financeira	20.178	8.433
Valor Recebido	(19.946)	(21.904)
Saldo Final	40.023	39.791

c) Suprimentos

O crédito mantido pela Celesc refere-se a transações de venda de energia para concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, localizadas no Estado de Santa Catarina.

d) Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa

A partir de uma análise criteriosa da perspectiva real de recebimento, combinada com as ações implementadas pela Celesc para a recuperação dos montantes em atraso e conforme determina a ANEEL, foi constituída provisão para os valores dos créditos enquadrados nas seguintes situações:

- faturas da classe residencial vencidas há mais de 90 dias;
- faturas da classe comercial vencidas há mais de 180 dias;
- faturas das classes industrial, rural, poder público, iluminação pública, serviço público e outros, vencidas há mais de 360 dias.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, no período, foi a seguinte:

CONTROLADORA	
	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2005	199.955
Provisões Constituídas no Período	27.723
Saldo em 31 de dezembro de 2006	227.678
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	227.678
Títulos a Receber	-

CONSOLIDADO	
	Saldo
Saldo em 31 de dezembro de 2005	199.955
Provisões Constituídas no Período	76.628
Saldo em 31 de dezembro de 2006	276.583
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	227.678
Títulos a Receber	48.905

7. TÍTULOS A RECEBER

Correspondem a créditos derivados da venda de energia elétrica e outros, oriundos de débitos em atraso, os quais foram objetos de negociação mediante contratos de parcelamentos, acrescidos de encargos de mora até a data de consolidação dos débitos.

CONTROLADORA				
Descrição	2006		2005	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Total	-	269.360	-	43
(-)PCLD	-	-	-	-
Montante Negociado (atualizado)	-	269.317	-	43
Ativo Circulante	-	111.322	-	158.038
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	158.038	-	-
CONSOLIDADO				
Descrição	2006		2005	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Total	358.870	269.360	48.905	43
(-)PCLD	-	-	-	-
Montante Negociado (atualizado)	309.965	269.317	142.919	111.322
Ativo Circulante	142.919	111.322	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	215.951	158.038	-	-

A Celesc continua gerenciando nas várias classes de consumidores e, em especial, com o poder público nas suas diversas esferas, para a diminuição dos saldos em atraso. Os encargos a receber por atraso são calculados de acordo com as condições contratuais estabelecidas com os consumidores.

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

A Celesc procedeu ao registro das retenções, recuperações e antecipações para futuras compensações com os tributos devidos, conforme demonstrado a seguir:

CONTROLADORA				
	2006		2005	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Imposto de Renda s/ Aplicação Financeira	207	-	909	-
ICMS Transferência de Crédito	-	-	7.438	-
ICMS a Recuperar CIAP	-	2.339	7.758	23.273
PIS Crédito Fiscal	12	-	326	-
COFINS Crédito Fiscal	56	-	1.331	-
Base Negativa CSLL	2.161	-	-	-
Saldo Negativo IRPJ	6.488	-	-	-
	8.924	2.339	17.762	23.273

CONSOLIDADO				
	2006		2005	
	Circulante	Longo Prazo	Circulante	Longo Prazo
Imposto de Renda s/ Aplicação Financeira	213	-	909	-
ICMS Transferência de Crédito	46.970	-	7.438	-
ICMS a Recuperar CIAP	9.484	30.795	7.758	23.273
PIS Crédito Fiscal	138	-	326	-
COFINS Crédito Fiscal	636	-	1.331	-
Base Negativa CSLL	2.220	-	-	-
Saldo Negativo IRPJ	6.590	-	-	-
	66.251	30.795	17.762	23.273

9. ESTOQUE

Registrado na controlada Celesc Distribuição S.A. refere-se ao almoxarifado de materiais necessários a manutenção do sistema de distribuição de energia elétrica e estão registrados ao custo médio de aquisição. Em 31 de dezembro de 2006 apresentam os seguintes valores:

CONTROLADORA		
	2006	2005
Almoxarifado	-	13.001
Adiantamento para Fornecedores	-	-
Destinados a Alienação	-	243
Alugados/Empréstados	-	15
	-	13.259

CONSOLIDADO		
	2006	2005
Almoxarifado	17.326	13.001
Adiantamento para Fornecedores	7.138	-
Destinados a Alienação	819	243
Alugados/Empréstados	21	15
	25.304	13.259

10. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA IRPJ E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CSLL DIFERIDOS

O registro de ativo refere-se ao IRPJ e CSLL Diferidos na Celesc Controladora e na Celesc Distribuição S.A., calculados sobre provisões temporariamente indedutíveis, bem como dos saldos de prejuízos fiscais e base negativa, controlados na "Parte B" do Livro de Apuração do Lucro Real Lalur. A realização desses valores ocorrerá pela efetivação das despesas provisionadas ou pela reversão das provisões. Para o prejuízo fiscal e base negativa, a realização é limitada em 30% do lucro ajustado. Os saldos diferidos foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Celesc e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios.

O quadro a seguir demonstra as bases para a constituição e os respectivos cálculos do IRPJ e CSLL Diferidos, considerando os períodos estimados para sua realização:

Descrição	CONTROLADORA						
	Períodos Estimados de Realização						
	2007	2008	2009	2010	2011 a 2013	2014 a 2016	Total
Contingências Cíveis	23.400	28.309	37.059	33.731	49.165	48.451	220.115
Imposto de Renda	5.850	7.077	9.265	8.433	12.291	12.113	55.029
Contribuição Social	2.106	2.548	3.335	3.036	4.425	4.360	19.810
Provisão Desvalorização Casan	81.271	-	-	-	-	-	81.271
Imposto de Renda	20.318	-	-	-	-	-	20.318
Contribuição Social	7.314	-	-	-	-	-	7.314
Provisão Desvalorização Cubatão	3.353	-	-	-	-	-	3.353
Imposto de Renda	838	-	-	-	-	-	838
Contribuição Social	302	-	-	-	-	-	302
Outras Provisões	15.492	17.910	22.056				

b) PIS e COFINS

Pelas Leis Federais nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e nº 10.865, de 30 de abril de 2004, foram alteradas as bases de cálculo e majoração das alíquotas do PIS e da COFINS. Em função dessas alterações, as concessionárias distribuidoras de energia elétrica tiveram um acréscimo nas despesas com PIS e COFINS.

A ANEEL reconheceu o direito da Celesc ao ressarcimento das despesas adicionais com o PIS incorridas no período entre dezembro de 2002 a julho de 2005, e nas despesas com a COFINS de fevereiro de 2004 até julho de 2005.

De acordo com os procedimentos definidos pela ANEEL no Ofício Circular nº 190, de 1º de fevereiro de 2005, ratificado pelo Ofício Circular nº 302, de 25 de fevereiro de 2005, a Celesc apurou os créditos relativos aos custos adicionais incorridos nos respectivos períodos no montante de R\$56,3 milhões, os quais foram consignados contabilmente em rubricas específicas do Ativo.

No reajuste tarifário ocorrido em agosto de 2005, que esteve em vigência até 07 de agosto de 2006, a Celesc recuperou parte dos custos diferidos com PIS e COFINS, por meio de um adicional tarifário de 0,331%. Este procedimento está embasado na Nota Técnica ANEEL nº 225, de 25 de julho de 2005.

Em 03 de julho de 2006, a ANEEL, recalculou os impactos tributários relativos ao período integral, ou seja, dezembro de 2002 a maio de 2005, excluindo da base de créditos os custos com as obrigações setoriais (CCC, RGR e CDR). Com isso a Celesc passou a recuperar mais uma parcela dos custos diferidos com PIS e COFINS, aplicando um adicional tarifário de 0,335%.

Segue quadro demonstrativo da composição dos Ativos Regulatórios do PIS e da COFINS:

Descrição	CONTROLADORA					2006
	2005	Atualiz.	Transf.	Amortiz.	Transf. Subsidiária	
PIS	11.390	234	-	(2.205)	(9.419)	-
COFINS	41.485	885	-	(5.105)	(37.265)	-
Total	52.875	1.119	-	(7.310)	(46.684)	-
Circulante	6.466	207	10.100	(7.310)	(9.463)	-
Realizável a Longo Prazo	46.409	912	(10.100)	-	(37.221)	-

Descrição	CONSOLIDADO				
	2005	Atualiz.	Transf.	Amortiz.	2006
PIS	11.390	376	-	(2.950)	8.816
COFINS	41.485	1.454	-	(6.831)	36.108
Total	52.875	1.830	-	(9.781)	44.925
Circulante	6.466	370	10.100	(9.781)	7.155
Realizável a Longo Prazo	46.409	1.460	(10.100)	-	37.769

c) Outros Ativos Regulatórios

Conforme dispõe o artigo 28 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seus § 2º e 3º, as regras de comercialização prevêm formas específicas para o rateio dos riscos financeiros decorrentes de diferenças entre submercados, eventualmente impostos aos agentes de distribuição que celebrarem Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de quantidade de energia.

Considerando o mecanismo apresentado anteriormente, o artigo 38 do referido Decreto, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica de que trata os seus artigos 36 e 37 às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL, deverá considerar até 103% do montante total de energia contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Tendo em vista que a definição dos critérios para o repasse desse custo de subcontratação de energia foi objeto de Audiência Pública em 22 de fevereiro de 2006 e ainda em andamento, a ANEEL considerou no cálculo do reajuste tarifário de 07 de agosto de 2006, o valor de R\$54,6 milhões, que corresponde a um percentual adicional de compra de energia, calculado com base nos dados do ano civil de 2005 e na metodologia proposta na Nota Técnica ANEEL nº 46, de 14 de fevereiro de 2006.

O valor homologado está sendo recuperado pela Celesc por meio de um adicional tarifário de 1,6855%, aplicado a partir do reajuste tarifário de fornecimento de energia elétrica de 07 de agosto de 2006.

O montante a ser recuperado em tarifa até julho de 2007, foi contabilizado por cálculo a valor presente em agosto de 2006.

Descrição	CONSOLIDADO				
	Outros Ativos Regulatórios				
	2005	Adição	Atualiz.	Amortiz.	2006
Ativo Circulante	-	43.391	1.517	(18.032)	26.876

d) Outros Passivos Regulatórios Ajuste Financeiro do IRT 2005

A Nota Técnica ANEEL nº 205, de 20 de julho de 2006, que introduz os procedimentos relativos ao reajuste tarifário anual sobre as tarifas de fornecimento de energia elétrica da Celesc em agosto de 2006, demonstram a alteração nos cálculos de alguns itens tarifários, os quais influenciaram num ajuste financeiro negativo do IRT 2005 no valor de R\$45,3 milhões

O valor estipulado está sendo devolvido mensalmente aos consumidores, por meio de uma redução de 1,3969% na tarifa de fornecimento e contabilizado pelos mesmos critérios adotados aos outros ativos regulatórios, atualizados mensalmente pela Selic, assim constituídos.

Descrição	CONSOLIDADO				
	Outros Passivos Regulatórios Ajuste Financeiro IRT 2005				
	2005	Adição	Atualiz.	Amortiz.	2006
Passivo Circulante	-	35.961	1.258	(14.945)	22.274

12. OUTROS CRÉDITOS

Correspondem aos demais saldos de direitos a receber, incluindo a rubrica Tarifa Social de Baixa Renda, como seguem:

Descrição	CONTROLADORA			
	2006		2005	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Tarifa Social de Baixa Renda (a)	18.408	-	1.027	-
Rendas a Receber (b)	4.707	-	5.420	-
Programa Reluz (c)	1.334	3.125	1.207	3.647
Cheque sem Fundo	1.109	-	-	-
Pessoal a Disposição	796	-	741	-
Serviços Prestados a Terceiros	466	-	-	-
Adiantamentos a Empregados	-	-	1.024	-
Renda de Rescisão Contratual	-	-	8.645	-
Outros Créditos a Receber	1.187	51	4.671	51
	28.007	3.176	22.735	3.698

Descrição	CONSOLIDADO			
	2006		2005	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Tarifa Social de Baixa Renda (a)	24.493	-	1.027	-
Rendas a Receber (b)	5.287	-	5.420	-
Programa Reluz (c)	8.231	3.125	1.207	3.647
Cheque sem Fundo	1.228	-	-	-
Pessoal a Disposição	902	-	741	-
Serviços Prestados a Terceiros	581	-	-	-
Adiantamentos a Empregados	868	-	1.024	-
Renda de Rescisão Contratual	-	-	8.645	-
Outros Créditos a Receber	1.232	51	4.671	51
	42.822	3.176	22.735	3.698

a) Tarifa Social de Baixa Renda

O Governo Federal, pela Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica a ampliação da Tarifa Social de Baixa Renda com base nos novos critérios e enquadramento das unidades consumidoras.

A partir de maio de 2002, a Celesc promoveu o faturamento do fornecimento de energia elétrica, segundo as disposições estabelecidas nas Resoluções ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002 e nº 485, de 29 de agosto de 2002.

O Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, estabeleceu, ainda, que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse Residencial Baixa Renda será custeado por subvenção econômica (Lei Federal nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002).

A ANEEL, pelo Ofício Circular nº 155, de 24 de janeiro de 2003, divulgou os procedimentos para apuração e registro do ativo decorrente do reconhecimento da aplicação da nova tarifa social no que diz respeito à redução dos valores faturados, cujo saldo está assim representado:

CONTROLADORA	
Saldo 31 de dezembro de 2005	1.027
Faturamento Baixa Renda	17.381
Saldo 31 de dezembro de 2006	18.408

CONSOLIDADO	
Saldo 31 de dezembro de 2005	1.027
Faturamento Baixa Renda	23.466
Saldo 31 de dezembro de 2006	24.493

b) Rendas a Receber

São créditos referentes a receitas auferidas pela concessionária, provenientes de aluguel de postes.

c) Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente

Refere-se ao Programa Reluz, que tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de Iluminação Pública nos municípios, pela substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica.

13. CONTAS A RECEBER DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Descrição	CONTROLADORA/ CONSOLIDADO		
	2005	Juros	2006
Realizável a Longo Prazo			
Empréstimos para o Tesouro Estadual (a)	26.726	2.798	29.524
Programa Rede Subterrânea (b)	4.262	-	4.262
	30.988	2.798	33.786

a) Empréstimo para o Tesouro Estadual

Os valores contabilizados referem-se a empréstimos concedidos pela Celesc ao Tesouro Estadual entre os anos de 1985 e 1986, atualizados até 31 de dezembro de 2006 mediante a aplicação de juros de 10% ao ano e capitalizados trimestralmente, conforme contrato firmado com o Estado de Santa Catarina, em abril de 1998.

b) Programa Rede Subterrânea

Refere-se ao Convênio nº 007, de junho de 1995, firmado entre a Celesc, o Estado de Santa Catarina e o Município de Florianópolis, referente à cooperação financeira para a implantação do Programa Rede Subterrânea, com a finalidade de substituir a rede aérea de distribuição de energia elétrica e a iluminação pública do centro da cidade de Florianópolis por rede subterrânea. Os recursos, inicialmente orçados no montante de R\$3,9 milhões para custeio do referido programa, considerava a seguinte participação: Estado de Santa Catarina (47,4%); Município de Florianópolis (47,4%) e a Celesc (5,2%).

Adicionalmente, foram firmados ainda mais dois termos aditivos ao citado Convênio ratificando os valores até então firmados, cujo montante final foi de R\$6,9 milhões, cabendo aos participantes a alocação dos recursos conforme os percentuais estabelecidos.

O programa foi quitado com o Município de Florianópolis mediante a compensação da Taxa de Iluminação Pública TIP. Permanece registrada a parte do Estado de Santa Catarina, incluindo nesse montante os reajustes previstos pelo convênio.

14. INVESTIMENTOS TEMPORARIOS

Descrição	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	2006	2005
	Machadinho Energética S.A. Maesa (a)	49.738
Dona Francisca Energética S.A. Dfesa (b)	15.338	-
Companhia Catarinense de Águas e Saneamento Casan (c)	110.716	110.728
(-) Provisão para Desvalorização	(81.271)	(81.280)
Fundo de Investimento em Participações Energia PCH	2.000	2.000
	96.521	31.448

a) Machadinho Energética S.A. Maesa

A Celesc e as empresas integrantes do Consórcio Maesa, em conjunto com a Tractebel Energia S.A., em 15 de julho de 1997, firmaram o Contrato de Concessão nº 009 para construção da Usina Hidrelétrica de Machadinho, com potência instalada de 1.140MW. A quota de participação no empreendimento pertencente à Celesc é de 14,63%.

Em 1º de dezembro de 2006, foi realizado leilão especial na Bovespa para alienação de 14,63% das ações ordinárias, correspondendo 49.738.419 ações, no qual se sagrou vencedora a Delta Energética S.A. (subsidiária da Tractebel Energia S.A.) com lance de R\$116,5 milhões.

b) Dona Francisca Energética S.A. Dfesa

O saldo de R\$15,3 milhões refere-se ao investimento realizado no Consórcio Dona Francisca S.A. A Celesc obtém participação no referido Consórcio de 23,03%. A potência instalada da Usina é de 125MW e o direito de exploração é da Companhia Estadual de Energia Elétrica CEEE, responsável pela operação da Usina, recebendo dos demais consorciados o reembolso dos custos pagos na proporção de suas participações no consórcio.

A Celesc mediante a intenção de alienar o referido investimento transferiu o montante do Ativo Permanente para o Ativo Realizável a Longo Prazo.

c) Companhia Catarinense de Águas e Saneamento Casan

A participação societária junto à Casan originou-se pela negociação do débito existente em dezembro de 1999, no valor de R\$90,7 milhões. Durante o ano de 2000, a Celesc procedeu à capitalização complementar de recursos no montante de R\$10 milhões em numerário e mais R\$10 milhões com negociação de débitos, passando o saldo do investimento para R\$110,7 milhões. O investimento corresponde a 55.364.810 Ações Ordinárias ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais PN, todas ao valor de R\$1,00 (um real) cada, subscritas e integralizadas, representando 19,3% do Capital Social da Casan.

Em atendimento ao Ofício/CVM/SEP/GEA1/nº 20, de 25 de abril de 2002, que determinou o refazimento e a republicação das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2001, a Celesc calculou e consignou em seus registros contábeis, provisão para desvalorização no referido investimento.

Tendo em vista a Casan não possuir ações negociadas em Bolsa de Valores, bem como as dificuldades para se obter o seu valor de mercado, e visando ainda, refletir com maior propriedade o valor de realização do referido investimento, a Celesc decidiu estabelecer através de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação de seus investimentos temporários, adotando o método do Fluxo de Caixa Descontado. Desta forma, a Celesc complementou a provisão para Desvalorização do Investimento Casan no valor de R\$57 milhões com base nas informações econômico-financeiras da investida.

A Celesc no mês de junho de 2006 realizou a venda de 12.060 ações, sendo 6.010 ON e 6.050 PN. A participação da Celesc na Casan em 31 de dezembro de 2006 corresponde a 55.358.800 ON, e 55.357.200 PN. Mantendo-se a mesma proporcionalidade da participação na sociedade.

15. INVESTIMENTOS PERMANENTES

Os investimentos estão representados por participações em outras empresas e por participações societárias avaliadas pelo Método de Equivalência Patrimonial.

Descrição	CONTROLADORA	
	2006	2005
Valor Patrimonial		
Celesc Geração S.A.	37.605	-
Celesc Distribuição S.A.	756.020	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	12.956	-
	806.581	-

Avaliação pelo Custo de Aquisição

Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. (a)	3.353	3.353
Machadinho Energética S.A. Maesa	-	49.738
Dona Francisca Energética S.A. Dfesa	-	15.338
Campos Novos Energia S.A. Enercan (b)	-	7.907
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE (c)	-	8.419
Outros Investimentos	3.571	3.806
(-) Prov. Desval. Invest. Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	3.353	-
(-) Prov. Desval. Invest. Outros	-	42
	3.571	88.519

Adiantamento para Investimento

Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (d)	18.600	-
	18.600	-
Total	828.752	88.519

Descrição	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Valor Patrimonial		
Celesc Geração S.A.	-	-
Celesc Distribuição S.A.	-	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE	12.956	-
	12.956	-

Avaliação pelo Custo de Aquisição

Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A. (a)	3.353	3.353
Machadinho Energética S.A. Maesa	-	49.738
Dona Francisca Energética S.A. Dfesa	-	15.338
Campos Novos Energia S.A. Enercan (b)	-	7.907
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE (c)	-	8.419
Outros Investimentos	3.571	3.806
(-) Prov. Desval. Invest. Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	3.353	-
(-) Prov. Desval. Invest. Outros	-	42
	3.571	88.519

Adiantamento para Investimento

Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (d)	18.600	-
	18.600	-
Total	35.127	88.519

a) Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.

A Celesc possui 40% de participação no empreendimento. Em outubro de 2006 foi constituída Provisão de Desvalorização do Investimento em virtude de comunicado do Ibama que se manifestou pelo indeferimento do licenciamento ambiental do empreendimento.

b) Campos Novos Energia S.A. Enercan

A Enercan, empresa constituída para a exploração de aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado, assinou com a ANEEL, em 29 de maio de 2000, o Contrato de Concessão nº 43. A potência instalada é de 800MW. A Celesc possuiu 2,03% de participação no empreendimento e em 2006 alienou o referido investimento à Companhia Brasileira de Alumínio pelo valor de R\$18,7 milhões.

c) Empresa Catarinense de Transmissão de Energia ECTE

A Celesc possui 20% de participação no empreendimento. Em função do processo de Desverticalização, a Celesc, em 31 de dezembro de 2006, efetuou a avaliação do investimento pelo Método de Equivalência Patrimonial alterando o valor de sua participação no empreendimento.

d) Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS

Em 18 de dezembro de 2006, o Estado de Santa Catarina ofertou à Celesc o controle acionário da Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS pelo valor de R\$93 milhões onde o Estado de Santa Catarina é detentor de 1.827.415 ações ordinárias, equivalente a 51% das ações com direito a voto da referida Companhia.

Em decorrência dessa negociação, a Celesc como sinal e princípio de pagamento antecipou no dia 21 de dezembro de 2006 o valor de R\$18,6 milhões, conforme Instru mento Particular de Promessa de Compra e Venda de Ações assinado em 20 de dezembro de 2006. O saldo no valor de R\$74,4 milhões será pago no montante da transferência das ações, que deverá ocorrer após a obtenção da última aprovação da Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás, prevista para 2007.

16. IMOBILIZADO

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na Geração e Distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do ANEEL. A Resolução ANEEL nº 20, de 03 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado na conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999, são as seguintes:

Geração	Taxas Anuais de Depreciação por Macroatividade e Principais Equipamentos				
	(%)	Distribuição	(%)	Administração	(%)
Edificações	2,0	Banco de Capacitores	6,7	Edificações	4,0
Turbina Hidráulica	2,5	Chave de Distribuição	6,7	Equipamento Geral	10,0
Gerador	3,3	Condutor de Sistema	5,0	Veículos	20,0
		Estrutura do Sistema	5,0		
		Regulador de Tensão	4,8		
		Transformador de Distribuição	5,0		

Por atividade, o Imobilizado líquido da depreciação e das obrigações especiais está constituído da seguinte forma:

Descrição	CONTROLADORA					
	Custo					

CONSOLIDADO				
Descrição	2006			2005
	Custo	Depreciação e Amortização Acumulada	Obrigações Vinculadas a Concessão	Valor Líquido
Em Serviço				
Geração				
Terrenos	289	-	-	289
Reservatórios, Barragens e Adutoras	17.626	(8.802)	-	8.824
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	7.749	(5.830)	-	1.919
Máquinas e Equipamentos	28.041	(11.993)	-	16.048
Veículos	43	(43)	-	-
Móveis e Utensílios	38	(35)	-	3
	53.786	(26.703)	-	27.083
Distribuição				
Intangíveis	3.585	-	-	3.585
Terrenos	9.349	-	-	9.349
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	46.679	(26.473)	-	20.206
Máquinas e Equipamentos	2.127.516	(860.476)	-	1.267.040
Veículos	34.310	(27.753)	-	6.557
Móveis e Utensílios	6.143	(4.642)	-	1.501
(-) Obrigações Vinculadas a Concessão	-	-	(238.030)	(238.030)
	2.187.129	(886.949)	(238.030)	1.062.150
Administração				
Intangíveis	26.440	(8.594)	-	17.846
Terrenos	4.092	-	-	4.092
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	26.711	(7.204)	-	19.507
Máquinas e Equipamentos	64.380	(35.735)	-	28.645
Veículos	34.310	(27.753)	-	6.557
Móveis e Utensílios	6.143	(4.642)	-	1.501
(-) Obrigações Vinculadas a Concessão	-	-	(42)	(42)
	162.076	(83.928)	(42)	78.106
Total em Serviço	2.402.991	(997.580)	(238.072)	1.167.339
Em Curso				
Geração	700	-	-	700
Distribuição	326.477	-	-	326.477
(-) Obrigações Vinculadas a Concessão	-	-	(91.903)	(91.903)
Administração	9.662	-	-	9.662
	336.839	-	(91.903)	244.936
Total	2.739.830	(997.580)	(329.975)	1.412.275

O Imobilizado em Curso refere-se, praticamente, às obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

16.1. Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador, e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessa obrigação é aquele estabelecido pela ANEEL para Concessões de Geração e Distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da Concessão.

A composição dessas obrigações é a seguinte:

Descrição	CONTROLADORA		
	2006	2005	
Participação da União	-	18.801	
Participação do Estado de Santa Catarina	-	38.630	
Participação dos Consumidores	-	231.447	
Outros	-	42	
Total	-	288.920	
Imobilizado em Serviço	-	226.306	
Imobilizado em Curso	-	62.614	
Descrição	CONSOLIDADO		
	2006	2005	
Participação da União	29.628	18.801	
Participação do Estado de Santa Catarina	58.500	38.630	
Participação dos Consumidores	241.805	231.447	
Outros	42	42	
Total	329.975	288.920	
Imobilizado em Serviço	238.072	226.306	
Imobilizado em Curso	91.903	62.614	

17. EMPRÉSTIMOS FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

Os saldos dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas apresentam a seguinte composição:

Descrição	CONTROLADORA				
	Principal		Total		
	Encargos da dívida	Circulante	Longo Prazo	2006	2005
Em Moeda Nacional					
Eletrobrás (a)	-	-	-	-	29.637
BNDES (b)	-	-	-	-	95.689
Celos (c)	-	-	-	-	96.001
	-	-	-	-	221.327
Em Moeda Estrangeira					
Eletrobrás (a)	-	-	-	-	967
Total	-	-	-	-	222.294

Descrição	CONSOLIDADO				
	Encargos da dívida	Principal		Total	
		Circulante	Longo Prazo	2006	2005
Em Moeda Nacional					
Eletrobrás (a)	95	6.606	27.364	34.065	29.637
BNDES (b)	-	40.530	2.036	42.566	95.689
Celos (c)	778	21.691	60.336	82.805	96.001
	873	68.827	89.736	159.436	221.327
Em Moeda Estrangeira					
Eletrobrás (a)	-	-	-	-	967
Total	873	68.827	89.736	159.436	222.294

Os vencimentos das parcelas de longo prazo são os seguintes:

Ano	Valor
2008	32.283
2009	27.906
2010	19.125
Após 2010	10.422
Total	89.736

a) Eletrobrás

Os empréstimos e financiamentos contratados destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis da contratante.

b) BNDES

O empréstimo contratado destinou-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc, decorrente da obrigatoriedade de pagamento da energia livre durante a vigência do PERCEE. O valor contratado de R\$42,3 milhões, amortizado em 60 meses a partir de março de 2003. Em caso de inadimplência, a garantia está vinculada aos recebíveis do contratante.

Em julho de 2005, a Celesc recebeu recursos provenientes de contrato firmado com o BNDES, no valor de R\$85,7 milhões, oriundos do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, estabelecidos em conformidade com a Lei Federal nº 10.762, de 11 de novembro de 2003.

Os recursos foram utilizados para quitar dívidas com a CCEE, no valor de R\$60,2 milhões, e com a Eletrobrás, no montante de R\$25,5 milhões. O referido contrato foi financiado em 60 meses com amortizações a partir de agosto de 2005.

c) Contratos Celos nº 09 e 10

A Celesc celebrou os contratos de empréstimos com a Celos, a fim de consolidar as dívidas relativas ao atraso nos recolhimentos das contribuições previdenciárias da patrocinadora, encargos vencidos de atraso no repasse das contribuições assistenciais, débitos referentes ao atraso de aluguéis, à manutenção do edifício administrativo e aos encargos financeiros, bem como outros débitos da patrocinadora verificados até fevereiro de 2000.

O contrato foi parcelado em 120 quotas mensais e sucessivas, a partir de fevereiro de 2000, com incidência de 12% de juros ao ano e atualizado pela variação do Índice Geral de Preço ao Mercado IGP-M.

Condições contratuais dos empréstimos em 31 de dezembro de 2006:

Contratos	Moeda	Data da Assinatura	Objeto	Juros	Data Vencimento Contrato
BNDES	Reais	26/12/2002	Obrigatoriedade de pagamento de energia livre a ela alocada (Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica)	1% a.a. + Selic	Fev/08
BNDES	Reais	26/04/2005	Crédito destinado ao adimplimento de obrigações junto a agentes do setor elétrico (CCEE e Eletrobrás)	1% a.a. + Selic	Jul/07
Celos 09	Reais	11/04/2000	Encargos vencidos incidentes sobre a contribuição previdenciária	12% a.a. + IGP-M	Jul/10
Celos 10	Reais	12/04/2000	Encargos vencidos incidentes sobre as contribuições assistenciais	12% a.a. + IGP-M	Jul/10
ECF 1973	Reais	03/02/2000	Luz no Campo	5% a.a.	Mar/07
ECF 2141	Reais	03/07/2002	Luz no Campo	5% a.a.	Fev/10
ECF 2124	Reais	22/07/2002	Luz no Campo	5% a.a.	Dez/08
ECF 2270	Reais	28/04/2003	Reluz (Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente)	5% a.a.	Dez/09
EFS 007	Reais	27/07/2004	Luz para Todos	5% a.a.	Nov/16
EFS 0096	Reais	09/09/2005	Luz para Todos	5% a.a.	Nov/16

A composição dos empréstimos e financiamentos, consolidadas, por tipo de moeda e indexador é apresentada no quadro a seguir:

Moeda (equivalente em R\$)/Indexador	2006		2005	
	R\$	%	R\$	%
UFIR/IGP-M	116.870	73,3	125.638	56,52
Selic	42.566	26,7	95.689	43,05
Dólar norte-americano	-	-	967	0,44
	159.436	100	222.294	100
Principal	158.563	99,45	221.268	99,54
Encargos	873	0,55	1.026	0,46

Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda / Indexador	Taxa Acumulada no Ano (%)	
	2006	2005
UFIR/IGP-M	3,84	1,21
Selic	15,08	19,05
Dólar norte-americano	(8,22)	(11,82)

A mutação dos empréstimos e financiamentos, consolidados é apresentada no quadro a seguir:

Descrição	CONTROLADORA		Moeda Estrangeira	
	Moeda Nacional	Moeda Nacional	Moeda Nacional	Moeda Nacional
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Em 31 de dezembro de 2005	82.317	137.993	958	-
Ingressos	-	8.050	-	-
Encargos	(388)	170	-	-
Variação Monetária e Cambial	557	1.758	(167)	-
Transferências	52.452	(52.451)	-	-
Amortizações	(54.006)	-	(791)	-
Transf. para Subsidiária	(80.932)	(95.520)	-	-
Em 31 de março de 2006	-	-	-	-

Descrição	CONSOLIDADO		Moeda Estrangeira	
	Moeda Nacional	Moeda Nacional	Moeda Nacional	Moeda Nacional
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Em 31 de dezembro de 2005	82.317	137.993	958	-
Ingressos	-	8.050	-	-
Encargos	(481)	253	-	-
Variação Monetária e Cambial	896	2.665	(167)	-
Transferências	59.225	(59.225)	-	-
Amortizações	(73.130)	-	(791)	-
Em 31 de março de 2006	68.827	89.736	-	-

18. FORNECEDORES

Descrição	CONTROLADORA	
	2006	2005
Fornecedores de Energia Elétrica		
Tractebel S.A.	-	76.737
Eletrobrás S.A.	-	54.042
Copel Geração S.A.	-	40.717
Machadinho Energética S.A. Maesa	15.413	18.267
Petrobrás S.A.	-	13.361
Furnas Centrais Elétricas S.A.	-	2.129
Lages Bioenergética Ltda	-	3.334
Outros	2.144	4.513
Subtotal	17.557	213.100
Encargos de Uso da Rede Elétrica	62	28.064
Fornecedores de Materiais e Serviços	1.563	25.478
Total	19.182	266.642

Descrição	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Fornecedores de Energia Elétrica		
Tractebel S.A.	78.150	76.737
Eletrobrás S.A.	56.717	54.042
Copel Geração S.A.	51.533	40.717
Machadinho Energética S.A. Maesa	15.413	18.267
Petrobrás S.A.	13.523	13.361
Furnas Centrais Elétricas S.A.	4.161	2.129
Lages Bioenergética Ltda	3.379	3.334
Outros	13.402	4.513
Subtotal	236.278	213.100
Encargos de Uso da Rede Elétrica	24.050	28.064
Fornecedores de Materiais e Serviços	39.253	25.478
Total	299.581	266.642

19. TAXAS REGULAMENTARES

São taxas específicas impostas às concessionárias e permissionárias do Setor Elétrico. O quadro a seguir demonstra as obrigações a recolher derivadas dos encargos do consumidor de energia elétrica estabelecidos em Lei e as obrigações a recolher, derivadas da compensação financeira pelo uso de recursos hídricos.

Descrição	CONTROLADORA	
	2006	2005
Eficiência Energética	-	52.507
Encargo de Capacidade Emergencial ECE	40.671	57.173
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial	489	-
Quota da Conta de Consumo de Combustível CCC	-	769
Pesquisa & Desenvolvimento P&D	-	14.213
Conta de Desenvolvimento Energético CDE	-	8.281
Quota de Reserva Global de Reversão RGR	-	1.612
Taxa de Fiscalização ANEEL	19	696
Compensação Financeira Utilização Rec. Hídricos	146	89
	41.325	135.340

Descrição	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Eficiência Energética	56.515	52.507
Encargo de Capacidade Emergencial ECE	40.671	57.173
Encargo de Aquisição de Energia Emergencial	489	-
Quota da Conta de Consumo de Combustível CCC	25.658	769
Pesquisa & Desenvolvimento P&D	29.614	14.213
Proinfa	2.419	-
Conta de Desenvolvimento Energético CDE	10.297	8.281
Quota de Reserva Global de Reversão RGR	1.801	1.612
Taxa de Fiscalização ANEEL	585	696
Compensação Financeira Utilização Rec. Hídricos	179	89
	168.228	135.340

20. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Celesc Distribuição S.A. na condição de patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social Celos, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal à complementação de aposentadoria para os participantes, representados basicamente, pelos seus empregados. A composição das obrigações com a Celos está assim representada:

Descrição	CONTROLADORA			2005
	2006	2006	2006	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Reserva Matemática a Amortizar (a)	-	-	-	434.368
Aquisição Prédio Administração Central (b)	-	-	-	22.180
Valores Correntes a Repassar (c)	-	-	-	6.586
	-	-	-	463.134

Descrição	CONSOLIDADO			
	2006	2006	2006	2005
	Curto Prazo	Longo Prazo	Total	Total
Reserva Matemática a Amortizar (a)	24.222			

A seguir, apresentamos um resumo dos dados que foram utilizados para a avaliação atuarial dos planos de benefícios oferecidos pela Celesc aos seus empregados:

Descrição	Planos de Aposentadoria		Planos de Assistência Médica	
	Transitório	Misto 001	AMHOR	Odontológico
Participantes Ativos				
Frequência	12	3.947	4.013	4.013
Idade Média (anos)	51,48	40,61	45,38	45,38
Tempo de Serviço Médio	24,69	15,88	20,21	20,21
Salário de Participação Médio (R\$)	3.550,39	3.950,41	-	-

Participantes Aposentados (TS/Esp./Idade)				
Frequência	1.852	959	3.554	3.554
Idade Média (anos)	64,16	57,49	63,30	63,30
Benefício Médio Mensal (R\$)	1.769,93	2.289,16	-	-

Participantes Aposentados (Invalidez)				
Frequência	182	168	-	-
Idade Média (anos)	61,86	50,85	-	-
Benefício Médio Mensal (R\$)	1.208,40	1.038,84	-	-

Pensionistas				
Frequência de Grupos Familiares	414	51	-	-
Benefício Médio por Grupo Familiar (R\$)	554,02	964,64	-	-

A Celesc, pela Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, aprovou o PDVI, que foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa implementado a partir de 2003, teve a adesão de 1.089 empregados e até o final de 2006 a Celesc quitou o Benefícios Pós-Emprego de 128 empregados. O saldo do PDVI em 31 de dezembro de 2006 já contemplados no valor presente das obrigações é de R\$248,5 milhões (R\$350 milhões em 2005).

22. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Os Tributos e Contribuições Sociais devidos por força da legislação vigente estão demonstrados a seguir:

Descrição	CONTROLADORA	
	2006	2005
ICMS	341	79.286
IRPJ	6.388	12.154
CSLL	1.691	4.868
COFINS	14.993	15.829
PIS	5.938	3.471
ICMS nas Transferências de Crédito	-	4.072
INSS retido na Fonte	189	731
ISS	182	446
IRRF Serviço de Terceiros	17	44
Outros	329	1.466
	30.068	122.367

Descrição	CONSOLIDADO	
	2006	2005
ICMS	77.090	79.286
IRPJ	6.588	12.154
CSLL	1.801	4.868
COFINS	29.685	15.829
PIS	9.127	3.471
ICMS nas Transferências de Crédito	-	4.072
INSS retido na Fonte	882	731
ISS	936	446
IRRF Serviço de Terceiros	170	44
IRRF Arrendamento e Aluguéis	22	25
Outros	1.999	1.441
	128.300	122.367

23. PROGRAMA PARCELAMENTO ESPECIAL PAES

A adesão da Celesc Controladora ao referido Programa, em 29 de agosto de 2003, teve fatores determinantes às condições vantajosas do programa, tais como o alongamento do prazo de pagamento e a mudança do indexador (Selic para Taxa de Juros de Longo Prazo TJLP). O débito consolidado do Paes está sendo pago desde agosto de 2003, em 120 parcelas mensais. As regras do programa estabelecem como condição de permanência a obrigatoriedade do pagamento regular dos impostos e das contribuições federais.

Descrição	CONTROLADORA/CONSOLIDADO	
	2006	2005
Saldo em 31 de dezembro de 2005	35.584	
(+) Atualização dos saldos TJLP	2.144	
(-) Créditos Fiscais Homologados	2.319	
(-) Amortizações Realizadas em 2006	4.863	
Saldo em 31 de dezembro de 2006	30.546	
Parcelas no Passivo Circulante	4.992	
Parcelas no Passivo Exigível a Longo Prazo	25.554	

24. JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A Lei Federal nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de apuração de IRPJ e CSLL, dos Juros sobre o Capital Próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da TJLP.

A Celesc pagou em 2006, o valor de R\$50 milhões (R\$45,4 milhões em 2005) a título de Juros sobre o Capital Próprio, conforme deliberado em Reunião Extraordinária do Conselho da Administração realizada em 31 de agosto de 2006.

25. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

As provisões acrescidas dos encargos sociais, referentes a férias, gratificações e abonos, devidos aos empregados, estão assim evidenciadas:

Provisão para:	CONTROLADORA	
	2006	2005
Licença Prêmio	-	26.383
Férias	95	18.228
Abono Constitucional de Férias	32	9.513
Gratificação de Férias	47	6.455
Participação nos Lucros ou Resultados	113	2.535
	287	63.114

Provisão para:	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Licença Prêmio	34.218	26.383
Férias	13.668	18.228
Abono Constitucional de Férias	6.949	9.513
Gratificação de Férias	4.467	6.455
Participação nos Lucros ou Resultados	2.770	2.535
	62.072	63.114

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Descrição	CONTROLADORA			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cosip (a)	-	-	9.002	-
Repasso de Convênios (b)	-	-	5.304	-
Faturas Rejeitadas (c)	-	-	3.420	-
Juros Empréstimo Compulsório (d)	-	-	1.490	-
Controladas	7.864	-	-	-
Outras	189	2.661	772	2.662
	8.053	2.661	19.988	2.662

Descrição	CONSOLIDADO			
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
Cosip (a)	18.676	-	9.002	-
Repasso de Convênios (b)	6.504	-	5.304	-
Faturas Rejeitadas (c)	9.242	-	3.420	-
Juros Empréstimo Compulsório (d)	2.256	-	1.490	-
Outras	1.113	2.661	772	2.662
	37.791	2.661	19.988	2.662

a) Cosip

São valores devidos às prefeituras municipais referentes à Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública Cosip, cobradas dos consumidores nas faturas de energia elétrica.

b) Repasse de Convênios

São valores devidos a Celos, por ocasião de convênios dos empregados e que foram descontados em folha de pagamentos.

c) Faturas Rejeitadas

São as obrigações perante consumidores relativos a contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

d) Juros Empréstimo Compulsório

São os adiantamentos efetuados pela Eletrobrás para que a concessionária efetue a liquidação dos juros relativos ao Empréstimo Compulsório. O débito nessa subconta será efetuado com base no valor incluído na conta de energia elétrica, contabilizado, contudo, somente quando esta conta for paga pelo consumidor.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Celesc está sendo citada em diversos processos judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária. Na opinião da Diretoria Jurídica, existe possibilidade de desfecho negativo para a Celesc e suas subsidiárias integrais, em diversos desses processos, considerados como perdas possíveis e prováveis para os quais foram constituídas provisões. Parte desses processos está garantido por depósitos judiciais. De acordo com as análises efetuadas, a Celesc está provisionando os valores decorrentes das ações consideradas como perda provável. A posição das Provisões para Contingências está resumida a seguir:

Contingências	CONTROLADORA			
	Provisão	Depósitos Judiciais	Valor Líquido	Valor Líquido
Trabalhistas (a)	-	-	-	27.547
Cíveis (b)	220.115	-	220.115	70.277
Regulatórias (c)	23.295	22.411	884	8.472
Tributárias (d)	1.240	-	1.240	1.240
	244.650	22.411	222.239	107.536

Contingências	CONSOLIDADO			
	Provisão	Depósitos Judiciais	Valor Líquido	Valor Líquido
Trabalhistas (a)	132.317	45.305	87.012	27.547
Cíveis (b)	334.587	20.124	314.463	70.277
Regulatórias (c)	23.295	22.411	884	8.472
Tributárias (d)	1.240	-	1.240	1.240
	491.439	87.840	403.599	107.536

a) Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Celesc e de empresas prestadoras de serviço relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

Quando da conclusão do processo de desverticalização, os saldos provenientes de ações trabalhistas movidas contra a Celesc Controladora foram vertidos para a Celesc Distribuição S.A.

b) Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza. Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominados "Efeito Cascata", não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário nem mesmo estimar os possíveis efeitos. Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede elétrica, desapropriação e outras.

c) Regulatórias

A Celesc foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas, sendo que a provisão de R\$23,3 milhões representa a estimativa de perdas nestas demandas.

d) Tributárias

Auto de Infração emitido pela Prefeitura Municipal de Criciúma e Prefeitura Municipal de Rio Negrinho no valor de R\$239 mil, devido ao não recolhimento do Imposto Sobre Serviço ISS e o Auto de Infração emitido pela Secretaria de Estado da Fazenda, no valor de R\$1 milhão, referente ao Imposto de Transmissão e Causas Mortis e Doação ITCMD.

28. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA IRPJ e CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CSLL DIFERIDOS

Referem-se ao registro do IRPJ e CSLL da Celesc Controladora e da Celesc Distribuição S.A., com diferimentos calculados sobre Ativos Regulatórios, Energia Livre e Receita não Recebida de Órgãos Públicos. Os efeitos financeiros desses passivos fiscais ocorrerão quando da efetiva realização desses valores.

O quadro a seguir demonstra a movimentação no período:

Descrição	CONTROLADORA				
	2005	Adições	Baixas	Transf. Subsidiária	2006
IRPJ e CSLL s/ Órgãos Públicos	10.354	4.010	(1.884)	-	12.480
IRPJ e CSLL s/ Ativos Regulatórios	72.891	34.172	(72.327)	(34.736)	-
IRPJ e CSLL s/ Energia Livre	13.520	1.142	(3.179)	(11.483)	-
	96.765	39.324	(77.390)	(46.219)	12.480

Descrição	CONSOLIDADO			
	2005	Adições	Baixas	2006
IRPJ e CSLL s/ Órgãos Públicos	10.354	6.987	(1.884)	15.457
IRPJ e CSLL s/ Ativos Regulatórios	72.891	36.721	(77.468)	32.144
IRPJ e CSLL s/ Energia Livre	13.520	4.246	(4.165)	13.601
	96.765	47.954	(83.517)	61.202

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição Acionária

O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$696,2 milhões, mantendo-se o mesmo valor de 31 de dezembro de 2005. As Ações Preferenciais Classe "A" têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos, seguidos pelas Ações Preferenciais Classe "B".

A composição acionária, em número de ações, está representada conforme o quadro abaixo:

Acionistas	31 de dezembro de 2006							
	Ordinárias			Preferenciais			Total	%
	ON	%	PNA	%	PNB	%	Total	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,01	-	-	7.791.201	20,20
SC Participação e Invest. S.A. - Invesc	4.551.897	29,32	-	-	625.438	2,88	5.177.335	13,42
Caixa de Previd. Banco do Brasil Previ	1.954.539	12,59	-	-	931.660	4,29	2.886.199	7,48
Fundação Celesc de Seguridade Social	817.442	5,26	3.246	0,24	258.450	1,19	1.079.138	2,80
Cia. Desemvolv. Estado SC Codesc	97.976	0,63	-	-	-	-	97.976	0,25
L Parisotto Participações Ltda	80.000	0,52	-	-	1.127.749	5,19	1.207.749	3,13
Eletrobrás	4.233	0,03	-	-	4.142.774	19,08	4.147.007	10,75
BNDES Participações S.A. Bndespar	0	-	1.273.089	95,79	284.837	1,31	1.557.926	4,04
Wisteria Holdings LLC	0	-	1.403.100	6,46	1.403.100	6,46	1.403.100	3,64
The Bank Of New York ADR Departm	0	-	-	-	674.565	3,11	674.565	1,75
Claritas Long Short Firm Longo PR	0	-	-	-	660.200	3,04	660.200	1,71
Fundo de Participação Social	0	-	-	-	440.335	2,03	440.335	1,14
Outros	230.040	1,48	52.547	3,95	11.166.273	51,42	11.448.860	29,68
Total	15.527.137	100	1.329.073	100	21.715.381	100	38.571.591	100

b) Ações do Controlador, Administradores e Membros do Conselho Fiscal

Acionistas	Ações do controlador, administradores e membros do conselho fiscal em 31/12/2006*							
	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais "A"	%	Ações Preferenciais "B"	%	Total	%
Controlador	13.258.325	85,39%	3.437	0,26%	883.888	4,07%	14.145.650	36,67%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18%	191	0,01%	0	0,00%	7.791.201	20,20%
Invesc	4.551.897	29,32%	0	0,00%	625.438	2,88%	5.177.335	13,42%
Celos	817.442	5,26%	3.246	0,24%	258.450	1,19%	1.079.138	2,80%
Codesc	97.976	0,63%	0	0,00%	0	0,00%	97.976	0,25%
Conselho de Administração	0	0,00%	0	0,00%	2.500	0,01%	2.500	0,01%
Diretoria Executiva	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Conselho Fiscal	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Ações em Tesouraria	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outros Acionistas	2.268.812	14,61%	1.325.636	99,74%	20.828.993	95,92%	24.423.441	63,32%
Totais	15.527.137	100,00%	1.329.073	100,00%	21.715.381	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	2.268.812	14,61%	1.325.636	99,74%	20.828.993	95,92%	24.423.441	63,32%

medidor, emissão de segunda via de conta, verificação do nível de tensão e outros que venham a ser estabelecidos pela ANEEL.

c) Rescisão Contratual

Receita referente à indenização pela rescisão do contrato de compra e venda de energia elétrica com a Sadia S.A. (R\$2,5 milhões), com a Tigre S.A. (R\$1 milhão) e com a Wetzell S.A. (R\$128 mil).

32. CUSTO DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS

Os Custos e as Despesas Operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	CONTROLADORA 2006						
	Custo do Serviço de Energia Elétrica			Despesas Operacionais			
	Custo com Energia Elétrica	Custo De Operação	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal (a)	-	129.326	1.021	28.350	66.470	6.269	231.436
Administradores (a)	-	-	-	-	2.402	-	2.402
Entidade de Previdência Privada	-	2	-	-	11.692	-	11.694
Material	-	20.249	9.674	761	11.704	-	42.388
Serviços de Terceiros	-	32.505	5.814	41.092	54.828	-	134.239
Energia Elétrica Comp. Revenda (b)	1.106.878	-	-	-	-	-	1.106.878
Encargo de Uso da Rede Elétrica	200.371	-	-	-	-	-	200.371
Conta Consumo Combustível CCC	-	-	-	-	161.732	-	161.732
Conta Desenv.Energético CDE	-	-	-	-	101.125	-	101.125
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	6.279	-	6.279
Comp. Financeira Rec. Hídricos	-	-	-	-	2.484	-	2.484
P&D e Eficiência Energética	-	-	-	-	24.696	-	24.696
Depreciação	-	63.362	-	-	7.075	-	70.437
Amortização	-	-	-	-	3.241	-	3.241
Progr. Incent. Fontes Altern. Proinfra	-	-	-	-	4.084	-	4.084
Utilização Faixas Domínio Deinfra	-	-	-	-	31.349	-	31.349
Provisões	-	-	-	76.357	252.792	-	329.149
Reversão de Provisões	-	-	-	(1.431)	(5.887)	-	(7.318)
Outras Despesas Operacionais(c)	-	2.169	(73)	2.636	3.294	5.906	13.932
	1.307.249	247.613	16.436	147.765	192.055	559.480	2.470.598

Descrição	CONSOLIDADO 2006						
	Custo do Serviço de Energia Elétrica			Despesas Operacionais			
	Custo com Energia Elétrica	Custo De Operação	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal (a)	-	177.252	1.204	38.063	98.127	9.734	324.380
Administradores (a)	-	-	-	-	2.424	-	2.424
Entidade de Previdência Privada	-	2	-	-	17.130	-	17.132
Material	-	27.565	9.674	1.078	15.425	-	53.742
Serviços de Terceiros	-	44.817	5.820	52.891	75.376	-	178.904
Energia Elétrica Comp. Revenda (b)	1.488.664	-	-	-	-	-	1.488.664
Encargo de Uso da Rede Elétrica	250.148	-	-	-	-	-	250.148
Conta Consumo Combustível CCC	-	-	-	-	231.635	-	231.635
Conta Desenv.Energético CDE	-	-	-	-	137.010	-	137.010
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	7.978	-	7.978
Comp. Financeira Rec. Hídricos	-	-	-	-	2.549	-	2.549
P&D e Eficiência Energética	-	-	-	-	33.169	-	33.169
Depreciação	-	85.561	-	-	9.531	-	95.092
Amortização	-	-	-	-	4.555	-	4.555
Progr. Incent. Fontes Altern. Proinfra	-	-	-	-	12.998	-	12.998
Utilização Faixas Domínio Deinfra	-	-	-	-	31.349	-	31.349
Provisões	-	-	-	78.085	364.768	-	442.853
Reversão de Provisões	-	-	-	(1.457)	(48.636)	-	(50.093)
Outras Despesas Operacionais(c)	-	2.697	(73)	3.188	874	(205.076)	(198.390)
	1.738.812	337.894	16.625	171.848	254.791	546.129	3.066.099

Descrição	CONTROLADORA / CONSOLIDADO 2005						
	Custo do Serviço de Energia Elétrica			Despesas Operacionais			
	Custo com Energia Elétrica	Custo De Operação	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras	Total
Pessoal (a)	-	157.773	1.278	34.834	129.778	6.664	330.327
Administradores (a)	-	-	-	-	843	-	843
Entidade de Previdência Privada	-	-	-	-	15.564	-	15.564
Material	-	22.324	14	974	13.340	-	36.652
Serviços de Terceiros	-	34.284	36	46.585	33.742	-	114.647
Energia Elétrica Comp. Revenda (b)	1.450.131	-	-	-	-	-	1.450.131
Encargo de Uso da Rede Elétrica	229.588	-	-	-	-	-	229.588
Conta Consumo Combustível CCC	-	-	-	-	190.795	-	190.795
Conta Desenv.Energético CDE	-	-	-	-	109.377	-	109.377
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	7.256	-	7.256
Comp.Financeira Rec. Hídricos	-	-	-	-	2.753	-	2.753
P&D e Eficiência Energética	-	-	-	-	26.769	-	26.769
Depreciação	-	83.437	-	-	8.640	14	92.091
Amortização	-	-	-	-	4.040	-	4.040
Provisões	-	-	-	53.450	6.553	18.611	78.614
Reversão de Provisões	-	-	-	(6.676)	-	(25.901)	(32.577)
Outras Despesas Operacionais (c)	-	1.844	3	1.678	9.079	9.485	22.089
	1.679.719	299.662	1.331	130.845	221.579	345.823	2.678.959

a) Despesas (Pessoal e Administradores)

Descrição	CONTROLADORA	
	2006	2005
Remunerações	132.196	179.675
Encargos Sociais	57.828	69.071
Participação nos Lucros ou Resultados	9.139	8.626
Benefícios Assistenciais	16.521	18.238
Benefícios Pós-Emprego (Planos Previdenciário e Assistenciais)	-	35.589
Indenizações Trabalhistas	6.308	6.882
Outros	11.846	13.089
	233.838	331.170

Descrição	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Remunerações	181.264	179.675
Encargos Sociais	82.918	69.071
Participação nos Lucros ou Resultados	12.185	8.626
Benefícios Assistenciais	23.047	18.238
Benefícios Pós-Emprego (Planos Previdenciário e Assistenciais)	-	35.589
Indenizações Trabalhistas	10.085	6.882
Outros	17.305	13.089
	326.804	331.170

b) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	CONTROLADORA			
	2006		2005	
	R\$mil	GWh	R\$mil	GWh
Tractebel	507.751	4.632	679.537	7.331
Eletrobrás	193.471	2.394	263.590	3.213
Copel	344.482	3.134	361.450	3.374
Petrobrás	91.612	856	117.811	1.139
Maesa	24.459	491	23.170	489
Lages Bioenergética	22.275	144	28.805	193
Chesf	4.533	66	5.956	88
Cenaeel	1.238	6	1.908	10
Heidrich	346	4	991	12
Santa Maria	151	3	1.065	18
Usina Roncador	274	4	286	5
Parque Eólico	140	1	148	1
CCEAR	59.442	896	-	-
Ativos Regulatórios art. 38 Dec. 5163/04	(37.781)	-	20.586	-
"Parcela A" CVA	(13.281)	-	115.948	-
Outros	20.588	-	20.586	-
Créditos PIS e COFINS	(112.822)	-	(171.219)	-
	1.106.878	12.631	1.470.618	15.873

Descrição	CONSOLIDADO			
	2006		2005	
	R\$mil	GWh	R\$mil	GWh
Tractebel	684.265	6.220	679.537	7.331
Eletrobrás	257.286	3.201	263.590	3.213
Copel	344.482	3.134	361.450	3.374
Copel Distribuição	1.690	15	-	-
Copel Geração	115.675	1.040	-	-
Petrobrás	122.159	1.138	117.811	1.139
Maesa	24.459	491	23.170	489
Lages Bioenergética	29.857	193	28.805	193
Chesf	6.028	88	5.956	88
Cenaeel	1.700	8	1.908	10
Heidrich	597	7	991	12
Santa Maria	364	6	1.065	18
Usina Roncador	441	6	286	5
Parque Eólico	172	1	148	1
CCEAR	79.695	1.190	-	-
Ativos Regulatórios art. 38 Dec. 5163/04	(25.358)	-	20.586	-
"Parcela A" CVA	(25.534)	-	115.948	-
Outros	22.423	-	20.586	-
Créditos PIS e COFINS	(151.737)	-	(171.219)	-
	1.488.664	16.738	1.470.618	15.873

c) Outras Despesas Operacionais

Descrição	CONTROLADORA	
	2006	2005
Arrendamento e Aluguéis	3.886	5.196
Seguros	1.444	1.069
Tributos	3.143	3.431
Doações, Contribuições e Subvenções	1.609	1.128
Recuperação de Despesas	(17.781)	(15.219)
Perdas Recebimento Créditos	1.421	662
Benefícios a Aposentados	7.254	8.505
Indenizações Trabalhistas Ações Judiciais	1.221	-
Indenizações Cíveis	3.646	3.838
Consumo Próprio de Energia Elétrica	3.727	3.840
Propaganda e Publicidade	1.539	3.024
Outros	2.823	6.615
	13.932	22.089

Descrição	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Arrendamento e Aluguéis	4.392	5.196
Seguros	2.047	1.069
Tributos	3.496	3.431
Doações, Contribuições e Subvenções	1.809	1.128
Recuperação de Despesas	(238.458)	(15.219)
Perdas Recebimento Créditos	1.454	662
Benefícios a Aposentados	9.940	8.505
Indenizações Trabalhistas Ações Judiciais	1.502	-
Indenizações Cíveis	4.503	3.838
Consumo Próprio de Energia Elétrica	5.406	3.840
Propaganda e Publicidade	1.719	3.024
Outros	3.800	6.615
	(198.390)	22.089

33. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receitas Financeiras	CONTROLADORA	
	2006	2005
Renda de Aplicações Financeiras	5.042	13.508
Juros Sobre Contas a Receber do Estado de Santa Catarina	2.799	3.018
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Vendida	28.075	40.807
Variações Monetárias	37.681	46.277
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	6.077	-
Atualização "Parcela A" CVA	10.380	25.680
Atualização Paes	2.451	-
Equivalência Patrimonial	140.002	-
Dividendos	47.824	685
Juros sobre Contas a Receber de Consumidores	10.854	15.426
Ágio Transf. Crédito de ICMS SC Participações S.A.	1.597	-
Incentivo Financeiro Fundo Social	3.761	2.024
Outras Receitas Financeiras	12.688	14.372
	309.231	161.797

Despesas Financeiras	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Encargos de Dívidas	40.131	59.041
Varição Monetária Empréstimos e Financiamentos	2.338	-
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Comprada	2.885	(2.880)
Variações Monetárias	11.911	19.173
Juros sobre o Capital Próprio	50.000	40.375
Atualização Paes	2.144	16.858
Atualização Monetária Ativos Regulatórios	3.019	-
CPMF	15.246	17.250
Liquidação de Empréstimo de Curto Prazo	-	9.237
Atualização de Débito Energia MAE	-	3.940
Outras Despesas Financeiras	12.405	13.170
	140.079	176.164
	169.152	(14.367)

Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	CONSOLIDADO	
	2006	2005
Renda de Aplicações Financeiras	5.111	13.508
Juros Sobre Contas a Receber do Estado de Santa Catarina	2.799	3.018
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Vendida	45.707	40.807
Variações Monetárias	48.223	46.277
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	6.233	-
Atualização "Parcela A" CVA	13.952	25.680
Atualização Paes	2.451	-
Ágio Transf. Crédito de ICMS SC Participações S.A.		

Descrição	CONSOLIDADO			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2006	2005	2006	2005
Controladora	(12.495)	63.627	(3.157)	24.637
Celesc Geração S.A.	199	-	110	-
Celesc Distribuição S.A.	62.559	-	22.521	-
Total	50.263	63.627	19.474	24.637

37. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	CONTROLADORA	
	2006	2005
	Receitas Não Operacionais	
Ganhos na Alienação Bens/Direitos	337	722
Ganhos (Almoxarifado)	14.151	6.560
Outras Receitas	16.505	7.549
	30.993	14.831

Despesas Não Operacionais		
Perdas na Desativação Bens/Direitos	18	9
Provisão Não Operacional	-	62.101
Reversão Provisões Não Operacionais	(8)	(4.974)
Perdas na Alienação Bens/Direitos	13	1
Outras Despesas	6.442	3.461
	6.465	60.598
	24.528	(45.767)

Resultado Não Operacional

	CONSOLIDADO	
	2006	2005
	Receitas Não Operacionais	
Ganhos na Alienação Bens/Direitos	391	722
Ganhos (Almoxarifado)	18.858	6.560
Outras Receitas	17.720	7.549
	36.969	14.831

Despesas Não Operacionais		
Perdas na Desativação Bens/Direitos	19	9
Provisão Não Operacional	-	62.101
Reversão Provisões Não Operacionais	(8)	(4.974)
Perdas na Alienação Bens/Direitos	23	1
Outras Despesas	6.896	3.461
	6.930	60.598
	30.039	(45.767)

Resultado Não Operacional

38. SEGUROS

Os Seguros contratados estão de acordo com a política da Celesc com relação à cobertura dos seus ativos, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas.

Riscos	Data da Vigência	Limite Máximo de Indenização ou Limite de Responsabilidade	Prêmio
Transporte Aéreo e Terrestre (a)			
Internacional	01.11.2006 a 01.11.2007	US\$2.000	Variável
Nacional	01.11.2006 a 01.11.2007	US\$2.000	Variável
Prédio Edifício Sede (b)	11.08.2006 a 11.08.2007	R\$36.500	R\$13
Subestações e Usinas (c)	17.07.2006 a 14.01.2007	R\$10.000	R\$592

a) Transporte Aéreo e Terrestre

Visam garantir os danos causados às mercadorias transportadas por qualquer meio adequado no mercado interno e durante as operações de importação ou exportação de mercadorias no mercado externo. O prêmio varia conforme o volume transportado. Os limites máximos de coberturas estão contratados em dólares norte-americanos.

b) Prédio Edifício Sede

Visa garantir danos ao edifício sede administrativa da Celesc.

c) Subestações e Usinas

Na apólice contratada foram incluídas as subestações e usinas, nomeando os principais equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possuem cobertura securitária básica, tais como incêndio, queda de raios e explosão de qualquer natureza, e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e de informática.

39. REVISÃO TARIFÁRIA PERIÓDICA

A Resolução ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabeleceu novos conceitos e diretrizes relacionadas ao segundo ciclo de Revisão Periódica das Distribuidoras de Energia Elétrica. As principais alterações estão descritas a seguir:

- As Obrigações Especiais serão amortizadas a partir da próxima Revisão Tarifária, com o registro a crédito no resultado do Exercício das Distribuidoras, utilizando-se a taxa média dos ativos que lhe deram origem. Também não serão consideradas na definição das tarifas;

- A Base de ativos a ser utilizada na segunda Revisão Tarifária Periódica será a base anterior, atualizada pelo IGP-M, acrescida e ou deduzida das novas adições e baixas ocorridas no período e

- Na definição dos custos operacionais a serem cobertos pelas tarifas, a ANEEL continuará a utilizar a Empresa de Referência como base comparativa.

Os efeitos financeiros futuros decorrentes do segundo ciclo de Revisão Tarifária, que ocorrerá em agosto de 2008 estão sendo analisados pela Administração, não sendo possível quantificar no momento.

40. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS SEGREGAÇÃO POR ATIVIDADES

Com a anuência da ANEEL pela Resolução Autorizativa nº 712, de outubro de 2006, que permitiu a segregação das atividades de Geração e Distribuição de energia, a Celesc constituiu subsidiárias integrais do qual passou a ser Controladora: Celesc Geração S.A. e Celesc Distribuição S.A., que iniciaram suas atividades operacionais totalmente desvinculadas de outras a partir de 02 de outubro de 2006. Apresentamos as principais informações sobre as controladas da Celesc, representadas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos da Celesc Geração S.A. e Celesc Distribuição S.A.

Celesc Geração S.A.	
CNPJ 08.336.804/0001-78	
BALANÇO PATRIMONIAL	
Exercício Findo em 31 de Dezembro	
(valores expressos em milhares de reais)	

ATIVO	2006	2/10/2006
Circulante	26.731	4.219
Numerário Disponível	5.218	4.219
Aplicações no Mercado Aberto	3.022	-
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	4.122	-
Empréstimo e Financiamentos	14.252	-
Tributos a Compensar	117	-
Realizável a Longo Prazo	2.281	97
Controladora	2.281	97
Permanente	27.782	28.004
Imobilizado Líquido	27.782	28.004
Total do Ativo	56.794	32.320

PASSIVO	2006	2/10/2006
Circulante	17.104	-
Fornecedores	284	-
Empréstimos e Financiamentos	14.252	-
Taxas Regulamentares	39	-
Tributos e Contribuições Sociais	844	-
Dividendos Declarados	1.607	-
Outras Contas a Pagar	78	-
Exigível a Longo Prazo	2.085	-
Controladora	2.085	-
Patrimônio Líquido	37.605	32.320
Capital Social	35.000	32.320
Capital a Integralizar	(2.556)	-
Reservas de Lucro	5.161	-
Total do Passivo	56.794	32.320

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	
Período de 02/10/2006 a 31/12/2006	
(valores expressos em milhares de reais)	

	2006
Receita Operacional Bruta	9.981
Fornecimento de Energia Elétrica	9.981
(-) Deduções da Receita Operacional	1.353
ICMS sobre Energia Elétrica Vendida	988
COFINS	300
PIS	65
(=) Receita Operacional Líquida	8.628
(-) Despesas Operacionais	1.556
Encargos de Uso da Rede Elétrica	604
Pessoal e Administradores	8
Material	98
Serviço de Terceiros	431
Depreciação	287
Taxa de Fiscalização ANEEL	17
Comp. Financeira Recursos Hídricos	65
Outras Despesas	46
(=) Resultado do Serviço	7.072
(+) Receitas Financeiras	22
Renda de Aplicações Financeiras	22
(-) Despesas Financeiras	16
CPMF	16
(=) Resultado Operacional	7.078
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	7.078
(-) Provisão para Imposto de Renda	199
(-) Provisão para Contribuição Social	110
(=) Lucro do Exercício	6.769

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Período de 02/10/2006 a 31/12/2006	
(valores expressos em milhares de reais)	
	2006
Origens dos Recursos	
Das Operações:	7.056
Resultado do Exercício	6.769
Itens que não Afetam o Capital Circulante Líquido:	
Cotas de Depreciação	287
De Acionistas:	123
Integralização de Capital Social	123
De Terceiros:	2.085
Controladora	2.085
Total das Origens	9.264
Aplicações de Recursos	
No Imobilizado	65
Dividendos Propostos	1.607
Controladora	2.184
Total das Aplicações	3.856
Aumento do Capital Circulante Líquido	5.408
Demonstração das Variações do Capital Circulante Líquido	
Ativo Circulante	22.512
No Início do Exercício	4.219
No Fim do Exercício	26.731
Passivo Circulante	17.104
No Início do Exercício	-
No Fim do Exercício	17.104
Aumento do Capital Circulante Líquido	5.408

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Findo em 31 de Dezembro				
(valores expressos em milhares de reais)				
Detalhamento	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 02 de outubro de 2006	32.320	-	-	32.320
Integralização	123	-	-	123
Lucro Líquido do Período	-	-	6.769	6.769
Destinação do Lucro Líquido:				
Constituição de Reserva Legal	-	339	(339)	-
Dividendos Propostos	-	-	(1.607)	(1.607)
Retenção de Lucros	-	4.823	(4.823)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	32.443	5.162	-	37.605

Celesc Distribuição S.A.	
CNPJ 08.336.783/0001-90	
BALANÇO PATRIMONIAL	
Exercício Findo em 31 de Dezembro	
(valores expressos em milhares de reais)	

ATIVO	2006	2/10/2006
Circulante	1.077.546	386.433
Numerário Disponível	106.882	50.435
Aplicações no Mercado Aberto	2.370	-
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	600.906	-
Títulos a Receber	142.919	137.263
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(48.905)	(47.203)
Tributos a Compensar	57.210	-
Serviços em Curso	26.768	42.211
Estoques	25.304	14.897
Ativos Regulatórios Conta Comp. de Var. Custos "Parc. A" CVA	107.241	141.143
Ativo Regulatório PIS e COFINS	7.155	9.462
Outros Ativos Regulatórios	26.876	38.225
Outros Créditos	22.820	-
	1.937.052	1.908.877
Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	552.559	566.775
Títulos a Receber	215.951	182.159
Ativos Regulatórios Conta Comp. de Var. Custos "Parc. A" CVA	56.385	28.789
Ativo Regulatório PIS e COFINS	37.769	37.221
Controladora	2.085	-
Tributos a Compensar	28.456	30.023
Impostode Renda e Contribuição Social Diferidos	211.913	288.583
	1.384.493	1.342.102
Permanente	1.384.493	1.342.102
Imobilizado Líquido	1.384.493	1.342.102
Total do Ativo	3.014.598	2.295.310

PASSIVO	2006	2/10/2006
Circulante	944.776	440.643
Fornecedores	280.115	-
Folha de Pagamento e Encargos Sociais	15.046	-
Encargos de Dívidas	873	-
Empréstimos e Financiamentos	68.827	80.932
Taxas Regulamentares	126.864	113.725
Entidade de Previdência Privada	34.934	37.331
Benefícios Pós-Emprego	55.574	46.099
Tributos e Contribuições Sociais	97.388	-
Dividendos Declarados e Juros sobre o Capital Próprio	42.000	-
Passivos Regulatórios Conta Comp. de Var. Custos "Parc. A" CVA	60.952	80.150
Outros Passivos Regulatórios	22.274	-
Obrigações Estimadas	61.785	82.406
Outras Contas a Pagar	78.144	-
Não Circulante	1.313.802	1.323.012
Exigível a Longo Prazo	1.307.416	1.323.012
Empréstimos e Financiamentos	89.736	95.520
Entidade de Previdência Privada	431.365	428.395
Benefícios Pós-Emprego	302.690	537.700
Provisão para Contingências	181.360	112.666
Tributos e Contribuições Diferidas	48.722	46.219
Passivos Regulatórios Conta Comp. de Var. Custos "Parc. A" CVA	55.668	37.979
Controladora	197.875	64.533
Resultado de Exercícios Futuros	6.386	-
Receitas Antecipadas Aluguel	6.386	-
Patrimônio Líquido	756.020	531.655
Capital Social Realizado	621.179	531.655
Reservas de Lucro	134.841	-
Total do Passivo	3.014.598	2.295.310

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Período de 02/10/06 a 31/12/06
(valores expressos em milhares de reais)

	2006
Receita Operacional Bruta	1.182.135
Fornecimento de Energia Elétrica	1.096.770
Suprimento de Energia Elétrica	2.300
Ajuste Financeiro IRT 2005	10.296
Disponibilização da Rede Elétrica	34.856
Recomposição Tarifária Extraordinária RTE	253
Energia Elétrica de Curto Prazo	23.828
Arrendamentos e Aluguéis	7.118
Renda da Prestação de Serviços	5.011
Outras Receitas	1.703
(-) Deduções da Receita Operacional	345.234
ICMS sobre Energia Elétrica Vendida	229.866
PIS	19.917
COFINS	90.035
ISS	13
Reserva Global de Reversão RGR	5.404
Encargo de Capacidade Emergencial	(1)
(=) Receita Operacional Líquida	836.901
(-) Despesas Operacionais	594.691
Energia Elétrica Comprada para Revenda	381.786
Encargos de Uso da Rede Elétrica	49.777
Pessoal e Administradores	92.958
Entidade de Previdência Privada	5.438
Material	11.256
Serviço de Terceiros	44.376
Conta de Consumo de Combustíveis CCC	69.903
Depreciação	24.368
Amortização	1.314
Provisão	113.704
Reversão da Provisão	(42.775)
Taxa de Fiscalização ANEEL	1.682
P&D e Eficiência Energética	8.473
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	35.885
Recuperação de Despesas	(220.676)
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas Proinfra	8.914
Outras Despesas	8.308
(=) Resultado do Serviço	242.210
(+) Receitas Financeiras	39.200
Renda de Aplicações Financeiras	47
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Vendida	17.632
Variações Monetárias	10.542
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Comprada	242
CPMF	1.425
Variações Monetárias	6.864
Outras Despesas Financeiras	3.597
(=) Resultado Operacional	256.410
(+) Receita Não Operacional	5.976
(-) Despesa Não Operacional	465
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	261.921
(-) Provisão para Imposto de Renda	62.559
(-) Provisão para Contribuição Social	22

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	
Período de 02/10/06 a 31/12/06 (valores expressos em milhares de reais)	
Origens dos Recursos	2006
Das Operações:	356.206
Lucro do Período	176.841
Ítems que não Afetam o Capital Circulante Líquido:	
Cotas de Depreciação e Amortização	25.682
Custo das Baixas do Ativo Permanente	3.227
Contingências Fiscais de Longo Prazo	2.503
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	76.670
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	69.226
Juros e Variações Monetárias-Líquidas	2.057
De Acionistas:	89.524
Integração de Capital Social	89.524
De Terceiros:	172.362
Repasso de Convênios	4.770
Adições em Obrigações Especias	3.775
Baixa de Ítems do Realizável a Longo Prazo	1.567
Variação de Custos da "Parcela A" - CVA	22.522
Controladora	133.342
Resultado de Exercícios Futuros	6.386
Total das Origens	618.092

Aplicações de Recursos	
Em Depósitos Judiciais	532
No Imobilizado	79.845
Dividendos Propostos	42.000
Variação de Custos da "Parcela A" - CVA	27.596
Transferência do Exigível a Longo Prazo para o Circulante	32.888
Baixa Benefícios Pós-Emprego	212.374
Controladora	2.085
Parcelamento de Consumidores	33.792
Total das Aplicações	431.112

Aumento do Capital Circulante Líquido	186.980
--	----------------

Demonstração das Variações do Capital Circulante Líquido	
Ativo Circulante	691.113
No Início do Exercício	386.433
No Fim do Exercício	1.077.546

Passivo Circulante	504.133
No Início do Exercício	440.643
No Fim do Exercício	944.776

Aumento do Capital Circulante Líquido	186.980
--	----------------

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Exercício Findo em 31 de Dezembro (valores expressos em milhares de reais)				

Detalhamento	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 02 de outubro de 2006	531.655	-	-	531.655
Integralização	89.524	-	-	89.524
Lucro Líquido do Período	-	-	176.841	176.841
Destinação do Lucro Líquido:				
Constituição de Reserva Legal	-	8.842	(8.842)	-
Dividendos Propostos	-	-	(42.000)	(42.000)
Retenção de Lucros	-	125.999	(125.999)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	621.179	134.841	-	756.020

41. RESUMO DAS DIFERENÇAS ENTRE AS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL (PRINCÍPIOS CONTÁBEIS BRASILEIROS) E O U.S. GAAP

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que diferem em certos aspectos dos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (U.S. GAAP). O quadro a seguir demonstra a conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e no U.S. GAAP do Patrimônio Líquido, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005:

Descrição dos Ajustes de U.S. GAAP	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
Patrimônio Líquido conforme os Princípios Contábeis Brasileiros	1.205.980	1.043.075
Investimentos	(2.777)	(2.777)
Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M	684	684
Provisão para perdas em incentivos fiscais	(3.053)	(3.053)
Reversão de juros nos investimentos	(408)	(408)
Imobilizado	60.496	32.978
Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M	39.143	47.431
Custo, líquido das baixas	152.311	155.115
Depreciação, líquida das baixas	(113.168)	(107.684)
Amortização de "softwares", desde sua data de ativação	(9.512)	(11.259)
Juros e Encargos Próprios	(33.240)	(39.722)
Reversão do custo, líquido das baixas	(104.000)	(105.883)
Reversão da depreciação, líquida das baixas	70.760	66.161
Custos Administrativos	(69.712)	(63.722)
Reversão do custo, líquido das baixas	(92.402)	(82.536)
Reversão da depreciação, líquida das baixas	22.690	18.814
Capitalização de Encargos Financeiros	133.817	100.250
Reversão do critério adotado no Brasil	(27.489)	(28.889)
Custo, líquido das baixas	(36.719)	(37.116)
Depreciação, líquida das baixas	9.230	8.227
Reconhecimento do critério adotado no U.S. GAAP	161.306	129.139
Custo, líquido das baixas	212.238	171.904
Depreciação, líquida das baixas	(50.932)	(42.765)
Obrigações Especiais	123.419	106.852
Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M	(9.246)	(9.940)
Custo, líquido das baixas	(13.398)	(13.649)
Depreciação, líquida das baixas	4.152	3.709
Custo	132.665	116.792
Depreciação acumulada	92.994	81.477
Baixas	39.671	35.315
Plano de Pensão e Assistência Médica	(49.477)	(149.730)
Complemento do Plano de Pensão	61.855	(113.832)
Complemento da Assistência Médica	(111.332)	(35.898)
Outros - Não sujeitos a impactos fiscais	757	8.901
Dividendos propostos	757	8.901
Subtotal dos Ajustes de U.S. GAAP	132.418	(3.776)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os Ajustes de U.S. GAAP	(44.764)	4.310
Subtotal dos Ajustes de U.S. GAAP, Líquidos do IRPJ e CSLL	87.654	534
Patrimônio Líquido conforme U.S. GAAP	1.293.634	1.043.609

O quadro a seguir demonstra a conciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e no U.S. GAAP do Resultado do Exercício, para os Exercícios Findos em 2006 e 2005:

Descrição dos Ajustes de U.S. GAAP	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
Lucro Líquido conforme os Princípios Contábeis Brasileiros	213.646	207.478
Imobilizado	27.518	(8.591)
Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M	(8.288)	(8.784)
Custo, líquido das baixas	(2.804)	(1.943)
Depreciação, líquida das baixas	(5.484)	(6.841)
Amortização de softwares não reconhecida nos livros locais	1.747	1.185
Juros e Encargos Próprios	6.482	6.525
Reversão do custo, líquido das baixas	1.883	1.305
Reversão da depreciação, líquida das baixas	4.599	5.220
Custos Administrativos	(5.990)	(3.623)
Reversão do custo, líquido das baixas	(9.866)	(7.009)
Reversão da depreciação, líquida das baixas	3.876	3.386
Capitalização de Encargos Financeiros	33.567	(3.894)
Reversão do critério adotado no Brasil	1.400	1.399
Custo, líquido das baixas	397	275
Depreciação, líquida das baixas	1.003	1.124
Reconhecimento do critério adotado no U.S. GAAP	32.167	(5.293)
Custo, líquido das baixas	40.334	2.474
Depreciação, líquida das baixas	(8.167)	(7.767)
Obrigações Especiais	16.567	13.998
Correção monetária de 1996 e 1997 com base no IGP-M	694	745
Custo, líquido das baixas	251	174
Depreciação, líquida das baixas	443	571
Custo	15.873	13.253
Depreciação acumulada	11.517	10.647
Baixas	4.356	2.606
Instrumentos Financeiros	-	3.115
Valor de mercado não reconhecido nos livros locais	-	3.115
Plano de Pensão e Assistência Médica	100.253	(21.257)
Complemento do Plano de Pensão	175.687	(10.944)
Complemento da Assistência Médica	(75.434)	(10.313)
Subtotal dos Ajustes de U.S. GAAP	144.338	(12.735)
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre os ajustes de U.S. GAAP	(49.074)	4.330
Subtotal dos ajustes de U.S. GAAP, líquidos do IRPJ e CSLL	95.264	(8.405)
Lucro Líquido conforme U.S. GAAP	308.910	199.073
Lucro por lote de 100 Ações em Reais	400,44	258,06

A mutação do Patrimônio Líquido, de acordo com o U.S. GAAP é como segue:

Patrimônio Líquido conforme U.S. GAAP 31.12.2005	1.043.609
Lucro Líquido do Exercício	308.910
(-) Dividendos pagos	(8.885)
Juros sobre capital próprio	(50.000)
Patrimônio Líquido conforme U.S. GAAP 30.09.2006	1.178.920

Abaixo é demonstrado o resumo das principais diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e no U.S. GAAP:

a) Atualização Monetária em 1996 e 1997

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Celesc cessou a correção monetária dos efeitos da inflação em 31 de dezembro de 1995. A partir de 1ª de janeiro de 1996, o valor contábil de todos os ativos e passivos não monetários passaram a ser representados pelo custo histórico como base de valor. De acordo com o U.S. GAAP, até dezembro de 1997 o Brasil era considerado um país de economia hiperinflacionária e, conseqüentemente, a Celesc continuou a registrar os efeitos inflacionários de tais ativos e passivos através do IGP-M até 1997.

Os ajustes de conciliação de U.S. GAAP representam a amortização da correção monetária do ativo imobilizado, de investimentos e obrigações especiais, resultante da correção monetária aplicada durante os anos de 1996 e 1997.

Para fins de conciliação do U.S. GAAP, o Patrimônio Líquido foi acrescido em R\$30.581 e R\$38.175, em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2005, respectivamente, em função dos ajustes de correção monetária de 1996 e 1997, e líquidos de depreciação e baixas, conforme demonstrado a seguir:

Efeitos da correção monetária pelo IGP-M até 31 de dezembro de 1997	Investimentos	Obrigações Imobilizado	Especiais	Total
Em 31 de dezembro de 2004	684	56.215	(10.686)	46.213
Baixas	-	(1.943)	174	(1.769)
Depreciação e Amortização	-	(6.841)	572	(6.269)
Em 31 de dezembro de 2005	684	47.431	(9.940)	38.175
Baixas	-	(2.804)	251	(2.553)
Depreciação e Amortização	-	(5.484)	443	(5.041)
Em 31 de dezembro de 2006	684	39.143	(9.246)	30.581

b) Investimentos em Incentivos Fiscais

Esses investimentos, aprovados pelo Governo brasileiro para regiões subdesenvolvidas do Brasil ou para projetos específicos, estão disponíveis sem custo adicional sobre o pagamento de impostos. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, são registrados como um ativo, com um crédito correspondente em uma reserva no Patrimônio Líquido. Para fins de conciliação com o U.S. GAAP, este crédito é estornado contra os respectivos investimentos.

c) Amortização de "Softwares"

A Celesc não estava calculando a amortização de "softwares" nos livros locais, pois isso dependia da aprovação da ANEEL para reconhecer tal despesa de amortização na tarifa de energia dos consumidores.

A partir do trimestre findo em 30 de junho de 2005, a Celesc obteve a aprovação da ANEEL sobre o requerimento, para reconhecer a despesa de amortização na tarifa de energia dos consumidores. A amortização foi reconhecida para demonstrar a vida útil dos "softwares" a uma taxa de 20% a.a., retroativamente a 1ª de janeiro de 2005.

Para fins de U.S. GAAP, tal amortização foi reconhecida para demonstrar a vida útil dos "softwares", a uma taxa de amortização de 20% a.a, desde sua adição original.

d) Capitalização de Juros e Encargos Próprios

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Celesc capitalizou os custos de juros de empréstimos, as variações cambiais provenientes de empréstimos indexados em moeda estrangeira e os juros atribuídos aos recursos dos acionistas aplicados na construção em curso, até 31 de dezembro de 2001. De acordo com o U.S. GAAP, em conformidade com o "Statement of Financial Accounting Standards" (Pronunciamento sobre Princípios de Contabilidade) SFAS nº 34 "Capitalization of Interest Cost" (Capitalização dos Custos de Juros), os juros incorridos sobre os empréstimos são capitalizados na medida em que tais empréstimos não excedam as construções em curso. Os juros atribuídos ao recurso do acionistas, bem como as variações cambiais provenientes de empréstimos indexados em moeda estrangeira, não são capitalizados.

e) Capitalização de Custos Administrativos

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Celesc capitalizou custos administrativos indiretos até o limite de 10% das despesas diretas com pessoal e serviço de terceiros, atribuíveis ao imobilizado em curso. Esta prática não é aceita pelo U.S. GAAP e, conseqüentemente, seus efeitos foram revertidos para fins da conciliação ao U.S. GAAP.

f) Obrigações Especiais

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Celesc apresenta as obrigações especiais, representando as contribuições de consumidores ao custo de expansão dos sistemas de distribuição, como redutora do ativo imobilizado. Essas obrigações não estão sujeitas à depreciação com base nas vidas úteis aplicáveis aos respectivos ativos e baixas. De acordo com o U.S. GAAP, as contribuições recebidas de consumidores são consideradas como reembolso de custos de construção e são creditadas contra o custo do respectivo ativo.

Para fins de conciliação com o U.S. GAAP, a depreciação é ajustada pelos efeitos das baixas das obrigações especiais vinculadas à concessão, calculados pelas taxas de depreciações aplicáveis à classe correspondente de imobilizado adquirido com tais contribuições dos consumidores.

g) Instrumentos Financeiros

Com o objetivo de minimizar os custos financeiros atrelados à energia adquirida de Itaipu (denominado em dólares), a Celesc iniciou operações de "swap", cujo objetivo é obter proteção contra a variação da taxa de câmbio, trocando o indexador da dívida (dólar) com Itaipu por reais, indexados pela variação do CDI. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, qualquer diferencial a ser pago ou recebido, oriundo de contratos, é registrado como um ativo ou como um passivo, em contrapartida ao resultado financeiro. O valor de mercado de contratos não foi reconhecido nas Demonstrações Contábeis da Celesc.

Em junho de 1998, o Financial Accounting Standards Board (FASB) emitiu o SFAS nº 133 "Accounting for Derivative Instruments and Hedging Activities" (Contabilização de Instrumentos Derivativos e das Atividades de Hedge). O SFAS nº 133, aditado pelo SFAS

nº 138 "Accounting for Certain Derivative Instruments and Certain Hedging Activities" (Contabilização para Certos Instrumentos Derivativos e Certas Atividades de Hedge) e pelo SFAS nº 149, "Amendment of Statement nº 133 on Derivative Instruments and Hedging Activities" (Emenda ao SFAS nº 133 Sobre Instrumentos Derivativos e Atividades de Hedge), estabelece a contabilização e as práticas de apresentação requeridas para todos os instrumentos derivativos registrados no Balanço Patrimonial, aplicável tanto para um ativo quanto para um passivo, determinados a valor de mercado. O SFAS nº 133 requer que as mudanças relativas ao valor de mercado dos derivativos sejam reconhecidas no resultado, a menos que alguns critérios específicos de contabilização do "hedge" sejam determinados.

Para operações qualificadas como "hedges", os ganhos ou as perdas com derivativos podem ser compensados com o respectivo resultado do item com a opção de "hedge" no resultado do exercício.

Entretanto, para que as operações com instrumentos financeiros derivativos possam ser qualificadas dessa forma, a Celesc deve, formalmente, documentar e demonstrar a efetividade das transações que estão sujeitas à contabilização de "hedge". O SFAS nº 133 deve ser aplicado para instrumentos derivativos e alguns instrumentos derivativos embutidos em contratos híbridos que foram emitidos, adquiridos ou substancialmente modificados após 31 de dezembro de 1997.

Como os contratos de "swap" da Celesc existentes no exercício de 2005 não se enquadravam como contabilização de "hedge", de acordo com o U.S. GAAP, alterações no valor de mercado desses contratos foram reconhecidas no resultado do exercício de 2005.

Em 31 de dezembro de 2006, a Celesc não tinha contratos de "swap" em aberto.

h) Dividendos Propostos e Juros sobre o Capital Próprio

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a cada final de exercício o Conselho de Administração deve propor a distribuição de dividendos a partir do lucro ajustado do período e efetuar sua provisão nas Demonstrações Contábeis da Celesc. Contudo, esta proposta pode ser ratificada ou modificada em Assembléia Geral Ordinária dos Acionistas.

Para fins de conciliação ao U.S. GAAP, dividendos provisionados não foram considerados declarados na data do Balanço Patrimonial e, desta forma, o montante inicialmente provisionado foi revertido.

Em 31 de dezembro de 2006 a Celesc manteve um saldo de R\$16 mil referente a dividendos provisionados em 31 de dezembro de 2005 ainda não pagos e provisionou o montante de R\$741 mil.

Tanto no U.S. GAAP quanto nas práticas contábeis adotadas no Brasil, os Juros sobre o Capital Próprio são considerados obrigações no momento em que são anunciados, sendo provisionados nessa ocasião.

i) Imposto de Renda e Contribuição Social

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o IRPJ e a CSLL Diferidos Passivos, são reconhecidos com base no montante estimado de impostos a pagar no futuro. O IRPJ e a CSLL Diferidos Ativos, relativos a diferenças temporárias dedutíveis (despesas que são provisionadas, porém são indedutíveis até sua realização em períodos seguintes) ou a prejuízos fiscais, são reconhecidos quando existe uma razoável certeza de que a Celesc gerará lucros a serem utilizados para a compensação dos referidos ativos.

De acordo com o U.S. GAAP o IRPJ e a CSLL Diferidos, relativos a diferenças temporárias ou prejuízos fiscais, são sempre reconhecidos e, se necessário, uma provisão para realização é reconhecida se houver possibilidade de não realização dos ativos.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os efeitos do IRPJ Diferido relativo à indexação de ativos permanentes aplicada para fins contábeis, mas não aplicada para fins fiscais, são registrados no Patrimônio Líquido.

De acordo com o U.S. GAAP, essa obrigação como IRPJ Diferido deve ser alocada na Demonstração do Resultado do Exercício.

j) Lucro por Ação

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o lucro líquido por ação é calculado pelo número de ações em circulação na data do Balanço. De acordo com o U.S. GAAP, pelo SFAS nº 128 "Lucro por Ação", o lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível para as ações, pela média das ações disponíveis no período. Para todos os períodos apresentados, a Celesc não possui qualquer potencial de dissolução das ações, conseqüentemente, o lucro diluído por ações é igual ao lucro básico por ações.

k) Contabilização de Efeitos Regulatórios

De acordo com o U.S. GAAP, devido ao resultado de várias ações tomadas pelo Governo Federal e pela ANEEL em 2001, a Celesc está sujeita aos efeitos do SFAS nº 71 "Accounting for the Effects of Certain Types of Regulation" (Contabilização de Efeitos de Certos Tipos de Regulamentação). A estrutura de ajuste tarifário no Brasil passou a prover a recuperação dos custos permitidos a Celesc, incluindo aqueles resultantes das determinações do Governo Federal relacionados às medidas do racionamento de energia impostas em 2001.

Desta forma, a Celesc capitaliza os custos incorridos permitidos como ativos regulatórios diferidos quando há uma provável expectativa de que as receitas futuras iguais aos custos incorridos serão faturadas e recebidas por meio da inclusão destes custos numa tarifa crescente reajustada definida pelo ANEEL anualmente. O ativo regulatório diferido é eliminado quando a Celesc recebe os custos relacionados por meio do faturamento aos consumidores. Se a ANEEL excluir a totalidade ou parte dos custos da revisão, a parcela do ativo regulatório diferido deverá ser objeto de provisão para perda, sendo reduzida na extensão dos custos excluídos.

O Acordo também contempla os custos da "Parcela A" CVA, que cada Empresa distribuidora está autorizada a diferir e repassar aos seus consumidores mediante futuros ajustes tarifários. Os custos da "Parcela A" CVA são definidos pelos contratos de concessão como sendo o custo da energia comprada e outros custos e taxas. A ANEEL tem garantido reajustes tarifários para recuperar uma parte dos custos anteriormente diferidos como custos da "Parcela A" CVA.

Entretanto, devido a incertezas relativas à economia brasileira, a ANEEL tem adiado a aprovação de certos reajustes tarifários da "Parcela A" CVA. O acordo definiu um mecanismo de compensação contábil, criado em outubro de 200

and Long-Lives Assets to be Disposed of” (Contabilização de Provisão para Perda em Ativos de Longo Prazo a Serem Baixados), determina que a provisão deve ser reconhecida sempre que eventos específicos ou quaisquer mudanças eventuais indiquem, mediante a análise do fluxo de caixa descontado estimado a ser gerado por seus ativos em operação, que o valor registrado dos ativos de longo prazo não possam ser recuperados. Para efeitos de ajustes de U.S. GAAP, não foi necessário constituir a referida provisão para nenhum dos períodos apresentados.

Conforme descrito na nota 14 Investimentos Temporários, a Celesc mantém investimento na Casan, o qual é resultante de uma negociação de débitos ocorrida em 1999. O valor do investimento é de R\$110.716 (R\$ 110.728 em 31 de dezembro de 2005), antes da provisão para perdas, a qual foi reconhecida pela Celesc no montante de R\$81.271 e R\$81.280, em 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2005, respectivamente.

De acordo com o U.S. GAAP, transações de quitação de débitos devem ser normalmente reconhecidas a valor de mercado dos ativos recebidos ou dados em troca, se rapidamente disponíveis. Adicionalmente, como o investimento está abaixo de 20% de participação e não há influência significativa exercida pela Celesc na Casan, o investimento deve ser classificado como disponível para venda, como definido pelo SFAS nº 115 “Accounting for Certain Investments in Debt and Equity Securities” (Contabilização de Certos Investimentos em Dívidas ou Participações Acionárias), se as ações da Casan tiverem um valor de mercado determinável.

Como a Casan não possui ações negociadas em mercado, o investimento deve ser avaliado ao valor de mercado na data da aquisição, avaliado por outro método que não seja o de provisão para Investimentos Temporários. Nesse sentido, a Celesc decidiu adotar o método do Fluxo de Caixa Descontado para calcular o valor de mercado para o Investimento Temporário, o qual foi preparado por consultores contratados.

Desta forma, a Celesc efetuou provisão adicional para desvalorização do investimento Casan, no valor de R\$57 milhões, conforme laudo elaborado tomando-se como base as informações econômico-financeiras da Casan em 31 de julho de 2005, reconhecendo tal provisão também para fins de BR GAAP.

m) Plano de Pensão e Outros Benefícios

Conforme apresentado nas notas 20 e 21, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, até 31 de dezembro de 2000, os efeitos do Plano de Pensão e outros benefícios foram reconhecidos quando o plano foi fundado. O Plano de Pensão da Celesc foi alterado de Plano de Benefícios Definido para Plano de Contribuições Definidas a partir de 1998. Em decorrência desse processo, a Celesc registrou em 1999 uma provisão no total do valor. A Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000, determinou que a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2001, as empresas devem registrar os planos de pensão e os efeitos dos benefícios pós-aposentadoria pelo regime de competência.

De acordo com o U.S. GAAP, as disposições do SFAS nº 87 “Employers Accounting for Pensions” (Contabilização de Planos de Pensão pelo Empregador) e do SFAS nº 106 “Employers’ Accounting for Postretirement Benefits other than Pensions” (Contabilização pelo Empregador dos Benefícios Pós-Aposentadoria que não sejam Plano de Pensão) requerem o reconhecimento dos custos em um regime de competência mais abrangente.

Adicionalmente, o U.S. GAAP requer o reconhecimento tanto do ativo quanto da obrigação, conforme apropriado, relativo à diferença entre as obrigações projetadas dos benefícios futuros (conforme definido no SFAS nº 87 e SFAS nº 106) e os ativos do plano. Esses ativos devem ser apresentados a valor de mercado e ajustados por alguns itens de conciliação.

O quadro abaixo apresenta as informações requeridas pelo SFAS nº 132 R (Revisado) “Employer’s Disclosures about Pensions and Other Postretirement Benefis an amanedment of FASB Statements nº 87, nº 88 e nº 106”:

Plano de Pensão e Aposentadoria:	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
Alterações nas obrigações com benefícios		
Obrigações com benefícios no início do exercício	1.603.814	1.526.901
Custo dos serviços	2.251	1.934
Custo dos juros	145.878	160.041
Ganhos atuariais	(207.279)	(1.192)
Benefícios pagos durante o exercício	(80.703)	(83.870)
Obrigações com benefícios no final do exercício	1.463.961	1.603.814
Alterações nos ativos do plano		
Valor de mercado dos ativos do plano no início do exercício	1.148.862	1.065.304
Retorno real dos ativos do plano	157.184	124.531
Contribuição dos participantes	549	442
Contribuição da Celesc	51.420	42.455
Benefícios pagos durante o exercício	(80.703)	(83.870)
Valor de mercado dos ativos do plano no final do exercício	1.277.312	1.148.862
Posição dos Fundos:	(186.650)	(454.952)
Perdas (Ganhos) atuariais diferidos	-	(113.832)
Montante registrado conforme U.S. GAAP	(186.650)	(568.784)
Valor reconhecido conforme BR GAAP	248.505	454.952
Ajuste acumulado requerido pelo U.S. GAAP	61.855	(113.832)

Os componentes do Custo de Benefício Periódico Líquido foram:

	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
Custo dos serviços	2.251	1.934
Custo dos juros	145.878	160.041
Expectativa de retorno dos ativos do plano	(151.364)	(123.976)
Contribuições dos empregados	(549)	(442)
Custo do benefício periódico líquido	(3.784)	37.557

As premissas atuariais consideradas foram:

	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
Taxa de desconto anual	10,24%	10,24%
Retorno anual estimado dos ativos	11,28%	10,24%
Aumento salarial anual	5,04%	5,04%
Ajustes anuais sobre benefícios	0,00%	0,00%
Inflação de longo prazo	4,00%	4,00%

As informações para o plano de pensão com obrigações de benefício acumulado, são como segue:

	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
Obrigações com benefícios projetados	327.592	462.419
Obrigações com benefícios acumulados	287.039	389.944

Ativos do Plano

Em 31 de dezembro de 2006, a alocação dos ativos dos planos de pensão da Celesc, por categoria de ativo, é como segue:

Participações acionárias	13,68%
Aplicações em renda fixa	50,08%
Mercado imobiliário	1,86%
Outros	6,21%
Receíveis (*)	28,18%
Total	<u>100,00%</u>

(*) A Celesc adotou, em 01 de janeiro de 1997, o novo plano de benefícios da Celos, denominado “Plano Misto”, prevendo a transferência dos participantes do plano transitório para esse novo plano. A principal alteração em relação ao plano anterior foi a mudança de benefício definido para contribuição definida relativamente aos benefícios programados, gerando um fundo de aposentadoria. Em decorrência desse processo, a Celesc firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento, em 277 parcelas mensais e sucessivas, do saldo consolidado com a incidência de juros anuais à taxa de 6% a.a. de juros e atualizadas pela variação do IGP-M.

Os administradores do plano de pensão da Celos procuram equiparar os vencimentos dos ativos do plano com a vida útil estimada das obrigações. Isto é alcançado mediante investimentos em aplicações de renda fixa que apresentam um risco menor e tendem a alcançar um retorno anual consistente aproximado do INPC mais 6%.

Os fundos de pensão brasileiros estão sujeitos a certas restrições relacionadas à realização de investimentos em ativos estrangeiros e, por consequência, acabam por investir principalmente em títulos brasileiros. Os planos de pensão da Celesc são monitorados pelo Comitê do Plano de Pensão da Celos, o qual inclui representantes de empregados ativos e aposentados, e tem a responsabilidade de analisar e aprovar as recomendações de investimentos realizadas pelos administradores da Celos. Os administradores da Celos determinaram que a expectativa global da taxa de retorno a longo prazo dos ativos é de 6%, baseados em análises do histórico de desempenho do fundo.

Abaixo estão demonstradas as estimativas dos benefícios a serem pagos:

	Valor	
Ano		
2006	79.180	
2007	78.463	
2008	77.753	
2009	77.048	
2010	76.351	
2011 a 2015	360.145	

Plano de Assistência Médica aos Aposentados:	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
Posição dos Fundos:		
Empregados ativos	(91.389)	(85.718)
Aposentados	(129.218)	(112.094)
	(220.607)	(197.812)
Ganhos (perdas) atuariais diferidas	(484)	(879)
Provisão conforme U.S. GAAP	(221.091)	(198.691)
Provisão de acordo com o BR GAAP	109.759	162.792
Ajuste acumulado requerido pelo U.S. GAAP	(111.332)	(35.899)
Alterações nas obrigações com benefícios:		
Obrigações com benefícios no começo do exercício	197.812	176.275
Custo dos serviços	2.423	2.145
Custo dos juros	20.256	20.256
Perdas (ganhos) atuariais	116	(864)
Obrigações com benefícios no final do exercício	220.607	197.812

Os componentes do custo das obrigações com benefícios foram:

	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
Custo dos serviços	2.145	1.759
Custo dos juros	20.256	18.051
Custo do benefício periódico líquido	22.401	19.810

O impacto de 1,0% de aumento na taxa de tendência dos custos médicos e hospitalares é o seguinte:

	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
Benefícios acumulados	19.579	18.849
Custo dos serviços	176	169
Custo dos juros	1.259	1.043

O impacto de 1,0% de redução na taxa de tendência dos custos médicos e hospitalares é o seguinte:

	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
Benefícios acumulados	(17.808)	(15.967)
Custo dos serviços	(139)	(124)
Custo dos juros	(885)	(793)

As premissas utilizadas para 2006 e 2005 foram as seguintes:

	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
Taxa de desconto anual	10,24%	10,24%
Retorno anual estimado dos ativos	10,24%	10,24%
Custo da assistência médica	7,12%	7,12%
Aumento na adesão	6,08%	6,08%
Mortalidade	AT83	AT49
Inativos	Light Média	Light Média
Rotatividade	0,00%	0,00%
Idade de aposentadoria	100% na primeira exigibilidade do benefício	100% na primeira exigibilidade do benefício

n) Informações por Segmento do Negócio

A Celesc a partir de 2 de outubro de 2006, passou a condição de *holding*, controlando suas subsidiárias integrais: **Celesc Geração S.A.** e **Celesc Distribuição S.A.** Em conformidade com o SFAS nº 131. “Disclosures about Segments of an Enterprise and Related Information” (Divulgações sobre Segmentos de uma Empresa e Informações Relacionadas) a Celesc segregou as atividades operacionais em dois segmentos a serem divulgados: Geração e Distribuição. Os segmentos de Geração e Distribuição da Celesc estão descritos nas notas 40.

o) Diferenças na Classificação do Resultado

Conforme descrito na nota 16 - Imobilizado, a Celesc classifica ganhos e perdas provenientes de baixas e alienação de ativos fixos no resultado não operacional. De acordo com o U.S. GAAP, esses itens são classificados como receita ou despesa operacional. O montante relativo aos ganhos (perdas) líquidos, na baixa de ativo fixo, foi de (R\$24.559) e (R\$9.621) para os períodos findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, respectivamente.

p) Conciliação da Receita Operacional e do Total de Ativos

A conciliação entre as práticas contábeis brasileiras e o U.S. GAAP para as receitas operacionais e para o total de ativos, para os anos apresentados, são como segue:

	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
Resultado Operacional conforme os Princípios Brasileiros (ajustado)	203.344	301.134
Juros sobre o capital próprio	50.000	40.375
Perda com baixas do ativo permanente	(24.559)	(9.621)
Imobilizado - correção monetária de 1996 e 1997	(8.288)	(8.784)
Amortização de “softwares”	1.747	1.185
Capitalização de encargos	33.567	(3.894)
Reversão de juros capitalizados	6.482	6.525
Reversão do rateio de custos administrativos capitalizados	(5.990)	(3.623)
Obrigações especiais líquidas	16.567	13.998
Valor de mercado dos instrumentos financeiros	0	3.115
Plano de pensão, assistência médica e outros benefícios	100.253	(21.257)
Resultado Operacional ajustado pelos efeitos do U.S. GAAP	373.123	319.153

	Período findo em	
	31.12.2006	31.12.2005
	Conforme reapresentado	
Total do ativo conforme os princípios brasileiros	3.633.276	3.358.753
Reclassificação (nota 41.a)	(87.840)	(61.358)
Total do ativo conforme os princípios brasileiros (reclassificado)	3.545.436	3.297.395
Investimentos	(2.777)	(2.777)
Correção monetária de 1996 e 1997	684	684
Provisão para perdas	(3.053)	(3.053)
Reversão de juros e encargos nos investimentos	(408)	(408)
Imobilizado	60.496	32.978
Correção monetária de 1996 e 1997	39.143	47.431
Amortização de “softwares”	(9.512)	(11.259)
Reversão de juros e encargos	(33.240)	(39.722)
Reversão do rateio de custos administrativos	(69.712)	(63.722)
Capitalização de encargos	133.817	100.250
Obrigações Especiais	123.419	106.852
Correção monetária de 1996 e 1997	(9.246)	(9.940)
Depreciação e baixas	132.665	116.792
Total dos Ajustes	181.138	137.053
Total do ativo ajustado pelos efeitos do U.S. GAAP	3.814.414	3.495.806

A descrição detalhada da natureza de cada ajuste na conciliação acima está incluída nos tópicos relacionados anteriormente.

q) Reapresentação do ativo total de acordo com BR GAAP para o exercício findo em 31 de dezembro de 2005

Conforme deliberação nº 488 da CVM Comissão de Valores Mobiliários, de 03 de outubro de 2005, as companhias brasileiras devem apresentar o seu passivo com provisão de contingências líquido dos respectivos depósitos judiciais, a partir das demonstrações financeiras a serem encerradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2006. Seguindo esta determinação, a Celesc procedeu ao registro dos depósitos judiciais em conta redutora do passivo, procedendo a mesma reclassificação para as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins comparativos.

r) Novos Pronunciamentos Contábeis

Em complemento as disposições do SFAS nº 87 “Employers Accounting for Pensions” (Contabilização de Planos de Pensão pelo Empregador) e do SFAS nº 106 “Employers’ Accounting for Postretirement Benefits other than Pensions” (Contabilização pelo Empregador dos Benefícios Pós-Aposentadoria que não sejam Plano de Pensão), o pronunciamento

nº 158 foi publicado com o objetivo de endereçar algumas deficiências dos referidos pronunciamentos e aumentar a transparência das demonstrações financeiras.

Com a publicação deste pronunciamento, as empresas não apenas devem divulgar, mas também registrar as diferenças entre os ativos a valor presente e os passivos atuariais com os seus planos previdenciários.

Com relação a data-base para execução dos cálculos atuariais, atualmente é permitido optar pela atualização do cálculo até três meses antes da data do fechamento. Este pronunciamento define que os cálculos atuariais devem ser atualizados na data de fechamento do balanço.

Este pronunciamento é efetivo para as demonstrações financeiras a serem encerradas em 31 de dezembro de 2006.

A Celesc avaliou o impacto deste pronunciamento sobre suas demonstrações financeiras e efetuou os registros necessários.

42. EVENTOS SUBSEQÜENTES

Alienação da Machadinho Energética S.A.

A ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 828, de 06 de março de 2007, autorizou a Celesc transferir para as empresas Alcoa Alumínio S.A. (ALCOA), Camargo Corrêa Cimentos S.A. (Camargo Cimentos), Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE GT), Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas (DME), Valesul Alumínio S.A. (VALESUL) e Votorantim Cimentos Brasil Ltda (VCB), as ações no Capital Social da Empresa de propósito específico Machadinho Energética S.A Maesa, correspondente a 14,63%, bem como a sua quota-parte, correspondente a 12,16%, no Consórcio Machadinho e na concessão da UHE Machadinho.

	DIRETORIA
	Eduardo Pinho Moreira - Diretor Presidente
	Arnaldo Venicio de Souza - Diretor Econômico-Financeiro e de Relações com Investidores
	Eduardo Carvalho Stonio - Diretor Técnico
	Marcelo Gasparino da Silva - Diretor Jurídico Institucional
	Carlos Alberto Martins - Diretor Comercial
	José Afonso da Silva Jardim - Diretor de Gestão Corporativa
	José Braulino Stähelin - Contador CRC SC 018996/O-8
	Florianópolis, 20 de março de 2007.
	PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos

Acionistas e Administradores da

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. - Celesc.

Florianópolis - SC

- Examinamos o balanço patrimonial da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Celesc e o balanço patrimonial consolidado levantados em 31 de dezembro de 2006 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos do exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Celesc e suas controladas, em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos referentes ao exercício findo naquela data, bem como o resultado consolidado das operações e das origens e aplicações de recursos consolidadas desses exercícios, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- As informações suplementares contidas na demonstração do fluxo de caixa são apresentadas com o propósito de permitir análises adicionais, e não são requeridas como parte das demonstrações contábeis. Referidas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no segundo parágrafo e, baseados em nossos exames, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita para que as mesmas estejam adequadamente apresentadas, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- Conforme mencionado na nota explicativa nº 11.b), a Empresa mantém registrado, no ativo não circulante, créditos no montante de R\$37.769 mil, relacionados ao ativo regulatório das contribuições para o PIS e da COFINS oriundos dos custos adicionais incorridos em função da majoração das alíquotas das citadas contribuições, não contempladas nos reajustes tarifários. A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, mediante processo de revisão dos critérios utilizados para apuração dos referidos créditos, consignados no memorando nº 467/2005 - SFF/ANEEL e homologados conforme a Nota Técnica nº 225/05 SRE/ ANEEL, de 25 de julho de 2005, reconheceu à Empresa, preliminarmente, o montante de R\$9.870 mil. Tendo em vista as diferenças apuradas, decorrentes dos critérios utilizados na apuração dos créditos, a Empresa solicitou à ANEEL revisão dos procedimentos adotados, sendo que, eventuais ajustes, somente serão reconhecidos após a conclusão dos trabalhos de revisão e compensados a partir do próximo reajuste tarifário.
- Conforme mencionado na nota explicativa nº 41, em atendimento aos requisitos estabelecidos pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) para o Nível II de Governança Corporativa, a Empresa preparou conciliação que apresenta os efeitos decorrentes da adaptação das demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005, aos princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América (“United States Generally Accepted Accounting Principles” U.S. GAAP). Baseados em nossa Revisão Especial, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante, para que os itens componentes da conciliação mencionada na referida nota explicativa, representem adequadamente, as diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e os princípios contábeis geralmente aceitos nos Estados Unidos da América.

7. Por meio do Ofício nº 249/2005-DR/ANEEL, de 22 de agosto de 2005, a Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL, aprovou o modelo de reestruturação societária da Empresa, consistindo na alienação de ativos de geração e todas as participações societárias estranhas à Concessão. Posteriormente, a Resolução Autorizativa ANEEL nº 317, de 14 de setembro de 2005, confirmou o processo de reestruturação societária, determinando a data limite de 30 de junho de 2006 para a sua efetivação. Em 15 de maio de 2006, a Empresa solicitou a prorrogação do prazo à ANEEL, que, conforme Despacho ANEEL nº 1.371, de 27 de junho de 2006, resolveu negar a prorrogação de prazo solicitada, mantendo o prazo previsto na Resolução Autorizativa ANEEL nº 217, e notificou a Empresa quanto ao não cumprimento do referido prazo, mediante o Termo de Notificação - TN nº 088/2006-SFF, de 03 de julho de 2006. A reestruturação foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 29 de setembro de 2006 e o processo de desverticalização foi concluído em outubro de 2006. A ANEEL anuiu com o processo de segregação de atividades da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Celesc, através da Resolução Autorizativa nº 712, de 03 de outubro de 2006.

8. Conforme mencionado na nota explicativa nº 13.a), em 31 de dezembro de 2006 a Empresa possui crédito a receber do Estado de Santa Catarina, no montante de R\$29.524 mil, decorrente de empréstimos concedidos nos exercícios de 1985 e 1986, cuja realização depende da viabilização de alternativas para a renegociação de novas condições que permitam a realização daqueles créditos.

9. Conforme mencionado na nota explicativa nº 14, como parte do seu processo de reorganização societária, a Empresa está obrigada a alienar sua participação societária na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, que em 31 de dezembro de 2006 está registrada pelo valor líquido de R\$29.445 mil (R\$110.716 mil menos R\$81.271 mil de provisão para perdas), que reflete o valor estimado de mercado da CASAN. Em 31 de dezembro de 2006, a Empresa possui créditos a receber da CASAN, no montante de R\$135.198 mil, decorrentes de fornecimento de energia elétrica, para os quais já foi constituída provisão para perdas no montante de R\$65.063 mil. A CASAN vem apresentando dificuldades para a manutenção dos seus contratos de concessão, sendo que em diversos municípios do Estado já foi obrigada a entregar a concessão. Essa situação tem causado dificuldades para a CASAN gerar e manter níveis adequados de capital de giro, o que tem inviabilizado o pagamento de suas obrigações junto à Empresa. A realização desses créditos depende do desfecho das negociações, já iniciadas, entre a Empresa e a CASAN.

10. As demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005, apresentadas para fins de comparação, foram objetos de exame conduzida sob a nossa responsabilidade. Nosso parecer relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, datado de 17 de março de 2006, foi emitido contendo parágrafos de ênfase quanto aos mesmos assuntos descritos no quarto, quinto e sexto parágrafos.

Florianópolis (SC), 22 de março de 2007.

Boucintas & Campos + Sotecomti
Auditores Independentes S/S
CRC - SP - 005.528/O - 2 - "S" - SC
Carlos Caputo
Contador - CRC SP 175.056/O "S" - SC



MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Celesc, dando cumprimento ao que dispõe o inciso V, do artigo 142, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou: o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis complementadas por Notas Explicativas dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005. Fundamentado no exame realizado, nos esclarecimentos prestados pela Diretoria Executiva, consoante ao Parecer dos Auditores Independentes (Boucintas & Campos + Sotecomti Auditores Independentes S/S), bem como nos esclarecimentos por eles prestados, o Conselho de Administração manifesta-se favorável à aprovação das mencionadas Demonstrações e estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 27 de março de 2007.

Glauco José Côrte

Eduardo Pinho Moreira	Herbert Steinberg
Alaor Francisco Tissot	Adélcio Machado dos Santos
Içuriti Pereira da Silva	João Fernandes Moraes
Francisco Teixeira Nobre	Ricardo Moritz
Adermo Francisco Crispim	Wadico Bucchi
Arno Veiga Cugnier	Ivo Carminatti

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. Celesc, dando cumprimento ao que dispõem os incisos II, III, e VII, do artigo 163, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, examinou: o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis complementadas por Notas Explicativas dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2006 e 2005. Fundamentado no exame realizado e no parecer dos Auditores Independentes (Boucintas & Campos + Sotecomti Auditores Independentes S/S), bem como nos esclarecimentos por eles prestados, considerando, também, os aspectos abordados e registrados em ata de reunião específica para apreciação das Demonstrações Contábeis, realizada em 28 de março de 2007, o Conselho Fiscal é de parecer favorável que as mencionadas Demonstrações representem adequadamente a situação financeira e patrimonial da Celesc e os resultados das suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis, 28 de março de 2007.

Ronaldo Baumgarten Júnior	Célio Goulart
Jurandir Sell Macedo Júnior	Humberto Dalsasso

CONCEPÇÃO GRÁFICA OFFICIO www.officiocom.com.br

FOTOGRAFIAS TEMPO EDITORIAL www.tempoeditorial.com.br

Páginas 6/7, 10/11, 12, 26,
32, 38, 48, 50 e 52

Freyesleben Imagens www.fimagens.com.br
Páginas 14, 25 e 42

SXC - StockXchange www.sxc.hu
Páginas 8, 18 e 33

Arquivo Celesc
Páginas 37, 44 e 46



